



DIÁRIO



da Assembleia da República

V LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1987-1988)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 28 DE AGOSTO DE 1987

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

José Carlos Pinto Basto da Mota Torres

Cláudio José dos Santos Percheiro

José Carlos Pereira Lilaia

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 40 minutos.

Foram aprovados um relatório e parecer relativo à substituição de dois deputados do PS e um parecer, também da Comissão Eventual de Regimento e Mandatos, autorizando que o Sr. Deputado Almeida Santos (PS) seja inquirido como testemunha.

Concluiu-se o debate do Programa do XI Governo Constitucional, tendo usado da palavra, a diverso título, além dos Srs. Ministros do Planeamento e da Administração do Território (Valente de Oliveira), da Educação (Roberto Carneiro) e da Agricultura, Pescas e Alimentação (Álvaro Barreto), os Srs. Deputados Silva Lopes (PRD), Herculano Pombo (Os Verdes), Ilda Figueiredo (PCP), Manuel Moreira e Roleira Marinho (PSD), Almeida Santos (PS), Ângelo Correia, Pacheco Pereira, Mário Raposo, Costa Andrade e Duarte Lima (PSD), João Corregedor da Fonseca (ID), Linhares de Castro (PCP), Álvaro Barreto (PS), Fernando Conceição (PSD), Correia Gago (PRD), Narana Coissoró (CDS), Carlos Coelho (PSD), José Apolinário (PS), Rogério Moreira (PCP), Helena Roseta (Indep.), Jerônimo de Sousa (PCP), Luís Capoulas (PSD), Álvaro Brasileiro e Rogério de Brito (PCP) e Carlos Lilaia (PRD).

A encerrar o debate intervieram os Srs. Deputados Raul Castro (ID), Herculano Pombo (Os Verdes), Adriano Moreira (CDS), Hermínio Martinho (PRD), Carlos Brito (PCP), Jorge Sampaio (PS), Correia Afonso (PSD) e, por último, o Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva).

A assembleia não aprovou as duas moções de rejeição apresentadas, respectivamente, pelo PS e pelo PSD, produzindo declaração de voto os Srs. Deputados Lopes Cardoso (PS), Carlos Brito (PCP), Nogueira de Brito (CDS) e Herculano Pombo (Os Verdes).

Entretanto, foi aprovado um relatório e parecer da Comissão Eventual de Regimento e Mandatos relativo à substituição de deputados do PSD e do PS.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 21 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 40 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.

Adão José Fonseca Silva.

Adérito Manuel Soares Campos.

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.

Alberto Cerqueira de Oliveira.

Alberto Monteiro de Araújo.

Álvaro Cordeiro Dâmaso.

Amândio Santa Cruz D. Basto Oliveira.

António Abílio Costa.

António Costa de A. de Sousa Lara.

António Fernandes Ribeiro.

António Joaquim Bastos Marques Mendes.

António Joaquim Correia Vairinhos.

António José Caeiro da Mota Veiga.

António José de Carvalho.

António José Coelho de Araújo.

António Manuel Lopes Tavares.

António Maria Oliveira de Matos.

António Maria Pereira.

António Paulo Martins Pereira Coelho.

António Roleira Marinho.

António Sérgio Barbosa de Azevedo.

António da Silva Bacelar.

Aristides Alves do Nascimento Teixeira.

Arlindo da Silva André Moreira.

Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.

Arménio dos Santos.

Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.

Belarmino Henriques Correia.

Carla Maria Tato Diogo.

Carlos Alberto Pinto.

Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
 Carlos Manuel Duarte de Oliveira.
 Carlos Manuel Sousa Encarnação.
 Carlos Sacramento Esmeraldo.
 Casimiro Gomes Pereira.
 Cecília Pita Catarino.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.
 Domingos Duarte Lima.
 Domingos da Silva e Sousa.
 Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.
 Ercília Domingos M. P. Ribeiro da Silva.
 Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.
 Fernando Barata Rocha.
 Fernando Dias de Carvalho Conceição.
 Fernando José Alves de Figueiredo.
 Fernando José Antunes Gomes Pereira.
 Fernando José R. Roque Correia Afonso.
 Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Filipe Manuel Silva Abreu.
 Flausino José Pereira da Silva.
 Francisco Jardim Ramos.
 Francisco João Bernardino da Silva.
 Francisco Mendes Costa.
 Francisco Rodrigues Porto.
 Gilberto Parca Madail.
 Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
 Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.
 Hilário Torres Azevedo Marques.
 Jaime Carlos Marta Soares.
 Jaime Gomes Mil-Homens.
 João Álvaro Poças Santos.
 João Costa Silva.
 João Domingos F. de Abreu Salgado.
 João José Pedreira de Matos.
 João José da Silva Maçãs.
 João Manuel Ascensão Belém.
 João Maria Ferreira Teixeira.
 João Soares Pinto Montenegro.
 Joaquim Eduardo Gomes.
 Joaquim Fernandes Marques.
 Joaquim Vilela de Araújo.
 Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.
 José Alberto Puig dos Santos Costa.
 José de Almeida Cesário.
 José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José Assunção Marques.
 José Augusto Ferreira de Campos.
 José Augusto Santos Silva Marques.
 José Francisco Amaral.
 José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.
 José Júlio Vieira de Mesquita.
 José Lapa Pessoa Paiva.
 José Leite Machado.
 José Luís Campos Vieira de Castro.
 José Luís de Carvalho Lalande Ribeiro.
 José Manuel da Silva Torres.
 José Mendes Bota.
 José Mendes Melo Alves.
 José Nuno Borregana Meireles.
 José de Vargas Bulcão.
 Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.
 Lícínia Moreira da Silva.
 Luís Amadeu Barradas Amaral.

Luís António Damásio Capoulas.
 Luís António Martins.
 Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.
 Luís Filipe Meneses Lopes.
 Luís Manuel Costa Geraldes.
 Luís Manuel Neves Rodrigues.
 Manuel Albino Casimiro de Almeida.
 Manuel Coelho dos Santos.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel João Vaz Freixo.
 Manuel Joaquim Batista Cardoso.
 Manuel Joaquim Dias Loureiro.
 Manuel José Dias Soares Costa.
 Manuel Maria Moreira.
 Maria Assunção Andrade Esteves.
 Maria da Conceição de Castro Pereira.
 Maria Luísa Lourenço Ferreira.
 Maria Manuela Aguiar Moreira.
 Mary Patrícia Pinheiro Correia e Lança.
 Marília Dulce Coelho Raimundo.
 Mário Jorge Belo Maciel.
 Mário Ferreira Bastos Raposo.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Mário de Oliveira Mendes dos Santos.
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque.
 Mateus Manuel Lopes de Brito.
 Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.
 Nuno Francisco F. Deleure Alvim de Matos.
 Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.
 Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rui Alberto Limpo Salvada.
 Rui Manuel P. Chancerelle de Machete.
 Valdemar Cardoso Alves.
 Victor Pereira Crespo.
 Virgílio de Oliveira Carneiro.

Partido Socialista (PS):

Abílio Aleixo Curto.
 Afonso Sequeira Abrantes.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Manuel Avelino.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alberto de Sousa Martins.
 António de Almeida Santos.
 António Cândido Miranda de Macedo.
 António José Sanches Esteves.
 António Magalhães da Silva.
 António Miguel Morais Barreto.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Armando António Martins Vara.
 Carlos Cardoso Lage.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damião Vieira.
 Fernando Ribeiro Moniz.
 Francisco Fernando Osório Gomes.
 Helena de Melo Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Barroso Soares.
 João Cardona Gomes Cravinho.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Rosado Correia.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 Jorge Lacão Costa.

José Apolinário Nunes Portada.
 José Barbosa Mota.
 José Carlos P. Bastos da Mota Torres.
 José Ernesto Figueira dos Reis.
 José Florêncio B. Castel Branco.
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Laurentino J. Castro Dias.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel António dos Santos.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Nuno Manuel Brederode R. dos Santos.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Raul Manuel Bordalo Junqueiro.
 Ricardo Manuel Rodrigues Barros.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favares Brasileiro.
 Álvaro Manuel Balseiro Amaro.
 António Anselmo Aníbal.
 António José Monteiro Vidigal Amaro.
 António da Silva Mota.
 Apolónia Maria Pereira Teixeira.
 Bernardina Lúcia Sebastião.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo Brito.
 Carlos Campos Rodrigues da Costa.
 Cláudio José dos Santos Percheiro.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 José Eduardo Linhares de Castro.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel Loureiro Roque.
 Manuel Anastácio Filipe.
 Manuel Rogério Sousa Brito.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria Luísa Rodrigues A. Garcia da Rosa.
 Maria Odete Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Rogério Paulo S. de Sousa Moreira.

Partido Renovador Democrático (PRD):

António Alves Marques Júnior.
 Carlos Jorge Mendes Correia Gago.
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.
 José Carlos Pereira Lilaia.
 José da Silva Lopes.
 Natália de Oliveira Correia.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 Basílio Adolfo de M. Horta da Franca.
 José Luís Nogueira de Brito.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):
 Herculano da Silva P. Marques Sequeira.

Agrupamento Intervenção Democrática (ID):
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 Raul Fernandes de Moraes e Castro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura de um relatório e parecer da Comissão Eventual de Regimento e Mandatos.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — O relatório e parecer da Comissão Eventual de Regimento e Mandatos é do seguinte teor:

1 — Em reunião realizada no dia 27 de Agosto de 1987, pelas 15 horas e 30 minutos, foram observadas as seguintes substituições de deputados:

Solicitadas pelo Partido Socialista:

Francisco Soares Mesquita Machado (Círculo Eleitoral de Braga) por Laurentino José Monteiro Castro Dias [esta substituição é solicitada ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 3/85 (Estatuto de Deputados) a partir de 28 de Agosto e até 15 de Outubro do corrente ano];

Nuno Manuel Brederode Rodrigues dos Santos (Círculo Eleitoral de Lisboa) por Francisco Igrejas Caeiro [esta substituição é solicitada ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85 (Estatuto de Deputados), com efeitos a partir de 31 de Agosto e até 30 de Novembro do corrente ano].

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concorrentes círculos eleitorais.

3 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

4 — Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

A Comissão: Presidente, *Mário Júlio Montalvão Machado* (PSD) — Secretário, *José Manuel Maia Nunes de Almeida* (PCP) — *Daniel Abílio Ferreira Bastos* (PSD) — *Belarmino Henriques Correia* (PSD) — *Alberto Monteiro de Araújo* (PSD) — *Francisco Mendes Costa* (PSD) — *António José Sanches Esteves* (PS) — *Armando António Martins Vara* (PS) — *Rui do Nascimento Rabaça Vieira* (PS) — *João António Gonçalves do Amaral* (PCP) — *José Nogueira de Brito* (CDS) — *Herculano da Silva Pombo Marques Sequeira* (MEP/PV).

O Sr. Presidente: — Está em discussão.

Pausa.

Visto ninguém pretender usar da palavra, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, vai ser lido um outro parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

Foi lido. É o seguinte:

De acordo com o solicitado no ofício n.º 1793, processo n.º 1011/83, de 27 de Maio de 1987, do 2.º Juízo do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, enviado a esta Assembleia da República pelo ofício n.º 19 914, de 17 de Agosto de 1987, do Gabinete de S. Ex.^a o Primeiro-Ministro, tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a que a Comissão Eventual de Regimento e Mandatos decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado António de Almeida Santos a ser inquirido como testemunha no processo acima referido.

Está em discussão.

Pausa.

Visto ninguém pretender usar da palavra, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, vamos continuar o debate do Programa do Governo.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Lopes.

O Sr. Silva Lopes (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Como disponho de pouco tempo vou concentrar esta minha intervenção apenas na parte do Programa do Governo contida na secção sobre política económica global.

Os objectivos essenciais dessa política anunciados no Programa são o crescimento económico e a redução da inflação.

A promessa do Governo de que a taxa de inflação continuará a baixar até atingir os níveis médios da CEE em 1989 implicará que essa taxa venha a ser de 4% a 6% no próximo ano, como se anuncia no PCEDED, e provavelmente da ordem dos 3% em 1989. Para se atingirem esses resultados não se poderá contar como no último ano e meio com os efeitos da baixa dos preços das importações. Sem esses efeitos não teriam sido possíveis os progressos em matéria de abrandamento da inflação que o Governo atribui ao mérito da sua política.

Nas novas condições menos favoráveis, o Governo indica que baseará a sua política anti-inflacionista essencialmente sobre a restrição ao crescimento da procura interna, a política cambial e a política de rendimentos e preços.

A contenção do crescimento da procura interna será necessária, mas criará dificuldades ao objectivo anunciado pelo Governo de se conseguir, nos próximos

anos, taxas anuais de crescimento do produto interno superiores em cerca de 2 pontos de percentagem da média da CEE. Não se espera que o crescimento do PIB venha a assentar sobre a componente externa. O Governo enfrentará por conseguinte um dilema: ou a contenção da procura interna é relativamente severa e o crescimento económico tenderá a ser mais lento do que o Governo pretende ou o controle da procura interna é ajustado ao objectivo fixado para o crescimento económico e há o risco de a inflação baixar menos do que o Governo ambiciona. O Governo encara o recurso à política cambial e à política de rendimentos como meio de escapar a este dilema, mas por essa via surgem riscos de desequilíbrio nas contas externas e na distribuição dos rendimentos.

É intenção do Governo que as restrições ao crescimento da procura interna incidam mais sobre o consumo do que sobre o investimento.

O crescimento do consumo privado, que no corrente andará talvez acima dos 7%, foi, sem dúvida, um dos factores importantes da vitória do PSD nas últimas eleições. Os votantes que se deixaram seduzir pelas melhorias do seu nível de vida associadas a essa expansão do consumo privado vão certamente ter grandes desilusões em face das restrições que o Governo agora promete.

Para travar o crescimento da procura interna, o Governo anuncia políticas monetárias e orçamentais do tipo restritivo, ou seja, a inversão das orientações que nessas políticas foram seguidas até às eleições.

A política monetária encarada pelo Governo será de difícil concretização, não só por causa da expansão das formas de financiamento não bancário, mas principalmente por causa do conflito entre os objectivos de reduzir a inflação e de não prejudicar o investimento.

O Programa do Governo promete a redução para metade do défice do sector público administrativo entre os anos de 1987 e 1990. Sou bastante céptico a respeito da possibilidade de se cumprir este objectivo. O Sr. Primeiro-Ministro esclareceu aqui que em 1986 se reduziu já a percentagem do défice do sector público administrativo em relação ao produto nacional. Mas os dados publicados sobre o financiamento do sector público administrativo levam a crer que no corrente ano aquela percentagem estará a crescer novamente. Mais importante ainda é que a redução do défice em 1986 só foi possível graças ao aumento espectacular das receitas públicas provocado pela conjugação de factores excepcionais que não voltarão a repetir-se tão cedo. Em vez de ter aproveitado esses factores para reduzir o desequilíbrio nas contas públicas, o governo anterior lançou-se numa expansão das despesas a escala nunca antes vista. Estará aí mais uma das grandes explicações para a vitória eleitoral do PSD em 19 de Julho passado. Mas também nesta área muitos dos eleitores vão ter surpresas pouco agradáveis se a política de austeridade orçamental agora anunciada vier, efectivamente, a substituir a política de fartura nos gastos públicos do último ano e meio. Em qualquer caso, se o Governo não for suficientemente efectivo na contenção das despesas públicas, terá a maior dificuldade em aplicar a política monetária e financeira necessária à descida da inflação, de acordo com o ritmo anunciado.

Apesar da ênfaseposta pelo Governo na política cambial como instrumento para dominar a inflação, só a experiência permitirá julgar as consequências da orientação que vier a ser seguida. A tentação de combater a inflação através das importações a baixo preço será por certo grande. Não me surpreenderia se o Governo não resistisse a essa tentação. Mas se o fizesse, as consequências para a produção nacional e para o equilíbrio externo poderiam vir a ser perigosas. Já tivemos a prova com a política de 1980-1981. A experiência de outros países fornece provas ainda mais concludentes. Teremos portanto de estar atentos.

Quanto à política de rendimentos, partilho da opinião de que ela deve ser utilizada como instrumento válido para reduzir a inflação sem provocar dificuldades excessivas na área do emprego.

Cabe, porém, observar que a política de salários baseada nas metas de inflação do Governo só produzirá os resultados desejáveis se aquelas metas forem realistas e acabarem por ser verificadas. A cláusula de salvaguarda introduzida no acordo da concertação social do corrente ano com o fim de permitir ajustamentos adicionais de salários em casos em que as metas de inflação sejam excedidas significa de facto a indexação dos salários à inflação passada. Uma indexação desse tipo cria graves dificuldades à política anti-inflacionista, como foi verificado em numerosos países.

É de sublinhar, por outro lado, que o Programa do Governo, e mais concretamente o PCEDED, projeta que os salários reais venham a subir menos que a produtividade da mão-de-obra. Isso equivale matematicamente a dizer que a parte dos salários no rendimento nacional continuará a baixar e que subirá correspondentemente a parte dos lucros e outros rendimentos do capital. O argumento utilizado pelo Governo é o de que aumentando os lucros aumentarão os investimentos e se criação mais empregos. Será difícil apreciarmos este argumento sem sermos influenciados por preferências ideológicas, até porque não dispomos dos modelos explicativos nem das avaliações quantitativas que seriam necessários para uma análise objectiva. O Sr. Ministro das Finanças explicou ontem que a Comissão da CEE recomenda aos países membros da Comunidade que o crescimento dos salários reais seja durante alguns anos inferior ao crescimento da produtividade da mão-de-obra. Devemos, porém, interrogar-nos sobre a relevância dessa recomendação para Portugal. Haverá de entre os países da CEE algum outro onde, na última década, os salários reais tenham descido tanto como em Portugal? Em quantos desses países é que a proporção dos salários no rendimento nacional é tão baixa como entre nós?

Pelos vistos, o Governo considera que o quinhão dos salários no rendimento nacional é ainda demasiado elevado depois das reduções registadas em anos recentes, incluindo o ano de 1986. Aguardo com curiosidade a reacção das forças sindicais que participam no Conselho de Concertação Social a esta posição do Governo. E não posso deixar de apontar que também nesta área o CDS tem razões para se queixar de que está a ser ultrapassado pela direita pelo Governo de um partido que tem o nome de social-democrata.

Aplausos do PRD, do PS, do PCP, de Os Verdes e da ID.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A intervenção que vou produzir é no sentido de clarificar alguns aspectos do Programa do Governo que para nós se afiguram pouco claros.

Nomeadamente no que concerne ao capítulo da juventude, pretende o Governo criar a ilusão de que, de facto, a juventude está no alvo prioritário das suas atenções. No entanto, uma leitura atenta do Programa do Governo revela-nos que a palavra «risco» aparece vezes sem conta espalhada ao longo de quase todas as matérias que aí vêm descritas: «risco», «arriscar», «libertar de impostos de carga fiscal aqueles que são capazes de arriscar», e, a certa altura, deparamos com a afirmação de que «ao Estado cabe proteger os pobres e os menos capazes».

Cria, assim, o Governo um novo grupo que, a meu ver, seriam os deficientes do risco, aqueles que não são capazes de arriscar. Porém, o Governo esquece-se de que alguns não arriscam porque não têm com quê; não é possível arriscar a quem nunca petiscou. Quando o Governo fala em potenciar os jovens empresários esquece-se de que nunca serão jovens empresários as centenas ou milhares de putos que andam a cheirar sacos com cola nas ruas das nossas cidades. Nunca serão jovens empresários os milhares de prostitutas, algumas ainda crianças, que a certa hora do dia saem para a rua para trabalhar, vendem o grupo, vendem os sonhos para poderem ter ao menos um pouco do presente, já que o futuro é um luxo reservado aos futuros jovens empresários.

No capítulo da educação permito-me lançar um repto ao novo Ministro da Educação. Queria que V. Ex.^a levasse a cabo a reforma do sistema educativo, mas que o fizesse de modo a levar a escola onde estão os alunos e não onde ela é requerida por influências políticas ou clientelas partidárias. Refiro-me concretamente ao caso da cidade de Chaves, a maior cidade de Trás-os-Montes, a cidade com mais habitantes, com um maior número de estudantes, mas onde os jovens chegam ao 12.º ano e acabou-se! Acabou-se a esperança, acabou-se o futuro!

Outro desafio que lanço ao Sr. Ministro da Educação é o seguinte: faça a reforma do sistema educativo, mas faça-a com as portas do seu gabinete abertas. Tenha o cuidado de perguntar aos professores, aos pais, aos educadores, às associações de estudantes e a todas as partes intervenientes no processo o que é que elas pensam. Não arrisque fazer a reforma sozinho porque não vai resultar.

No que respeita à política de ambiente, e refiro-me concretamente à Secretaria de Estado do Ambiente, começo por lamentar que, mais uma vez, seja uma secretaria e não um ministério. Na realidade, temos alguns receios no que se refere ao impacte ambiental provocado pelo aumento previsível das construções, pelo ordenamento mais liberal do território, por uma política florestal submetida ao interesse das celuloses e das quotas de produção de celulose, por uma afirmação no sentido de que há objectivos de defesa nacional que são prioritários em relação à defesa do ambiente — refiro-me concretamente à indefinição do Governo nesta matéria, pois ainda aqui não foi dito

se sim ou não ao alargamento do campo de tiro de Alcochete, o que gostaria que fosse. O Governo ainda não se referiu concretamente quanto à política energética, o Programa não é claro nesse aspecto e nele não se encontram referências explícitas aos incentivos que devem ser dados a quem quer promover a energia alternativa e a sua utilização. O Governo ainda não disse se é ou não a favor da alternativa nuclear para o nosso país.

Em matéria de política externa, do Programa do Governo não decorre uma posição firme na defesa dos nossos direitos enquanto povo ibérico, sujeitos que estamos no realidade e no dia a dia ao tremendo programa nuclear do Estado Espanhol, que, como os senhores devem saber, prevê 21 centrais nucleares para a Península Ibérica. E é bom não esquecer que se nas nossas fronteiras nem as vacas tuberculosas conseguem ficar presas nas malhas, muito menos a radioactividade.

Voltando ainda à política de ambiente, que, em nosso ver, é ou deveria ser uma política envolvente, deveria ser o Ministério do Ambiente...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço desculpa por o interromper, mas a verdade é que esgotou o tempo global de que dispunha neste debate.

O Orador: — Muito obrigada, Sr. Presidente, vou terminar de imediato.

Vou concluir a minha intervenção com um desafio ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente. Nós não somos daqueles que não damos chances a quem quer trabalhar. Acreditamos nos que querem trabalhar! Sr. Secretário de Estado, prove-nos que, de facto, o ambiente não é uma colecção de bandeiras, que o ambiente é o sítio onde nós e os nossos filhos temos de viver: impeça que a construção e o desordenamento desregrados esventrem os nossos rios, matem os nossos peixes; impeça que os intentos lucrativistas de alguns queimem as nossas florestas; impeça, enfim, que os militares façam demasiado barulho, barulho esse que não permite que vivam as outras espécies nas reservas do Tejo nem aos agricultores trabalhar na zona de Almodôvar, de Beja, onde os militares se dão ao luxo de estourar pólvora a mais.

Aplausos da ID e do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Passadas as eleições aí está o contraste entre as promessas e a política concreta que o Governo pretende realizar no campo social.

É sintomático que pelo caminho tenham caído várias promessas do manifesto eleitoral, como o subsídio de apoio ao início do ano escolar, a independência social e económica dos agregados familiares, a habitação digna para cada família portuguesa. Ao anunciar que chegou a hora das «escolhas dolorosas», dos cortes orçamentais, da contenção do consumo e da «moderação» nos aumentos salariais, o programa governamental torna claro que os objectivos da sua política apenas visam favorecer restritos grupos à custa de maior injustiça social para a grande maioria da população.

Em relação à habitação social, por exemplo, o Governo opta por lançar a responsabilidade da sua construção às autarquias locais e cooperativas, demitindo-se totalmente do seu papel. E quando fala da «progressiva liberalização do regime de arrendamento urbano e que esta passará pela indispensável ‘mobilidade’ dos Portugueses» não será que, afinal, o que se pretende é a diminuição dos direitos dos inquilinos, o cortejo de despejos (especialmente de reformados e idosos) e os contratos a prazo instituídos no arrendamento urbano?

Em relação à saúde, ao anunciar a destruição da Lei do Serviço Nacional de Saúde rompe com a Constituição e aponta como alternativa o «seguro-doença». O que o Governo está é, afinal, a proclamar o regresso ao tristemente célebre: «Quem quer saúde, paga-a.» Trata-se, pois, de prosseguir uma política que agravou os problemas da saúde do povo português, que levou ao encerramento de hospitais, maternidades e postos de saúde, que despediu médicos, que usa e abusa da contratação a prazo de técnicos e outros trabalhadores da saúde.

O que é feito da efectiva igualdade de oportunidades, tão apregoada na campanha eleitoral, no acesso à saúde na assistência materno-infantil? Não será isto senão o prosseguir do encerramento das maternidades e o aumento da taxa de mortalidade infantil? Como é possível concretizar o reconhecimento da maternidade e paternidade como valores eminentes quando leis como o planeamento familiar, a educação sexual e a interrupção voluntária da gravidez não são implementados a nível nacional e a sua aplicação é simplesmente boicotada?

E onde estão as medidas para concretizar a efectiva igualdade de oportunidades para as mulheres? A anunciada revisão do regime de faltas, introduzindo-lhe mecanismos para penalizar o absentismo, e o incentivo aos prémios de produtividade, ao atingir os direitos dos trabalhadores, visa em especial uma maior discriminação da mulher trabalhadora, pondo simultaneamente em causa o reconhecimento da maternidade e da paternidade como valores sociais eminentes. O Governo pretende aprofundar a precarização do trabalho das mulheres, de que é o primeiro a dar exemplo na função pública, deixando antever que o pretexto da igualdade afinal talvez vá servir apenas para justificar a imposição do trabalho nocturno para as mulheres na indústria.

Mas também quanto aos jovens, apesar de o Governo continuar a encher a boca com a palavra «Juventude», o Programa se limita a retomar a lógica do «salve-se quem puder», do «desenrascanço». Repetindo, a linha do auto-emprego não resolve os problemas dos jovens, como, aliás, o demonstra a prática actual.

É, porém, nela que o Governo insiste, exceptuando um único facto novo: o propósito de acabar à nascença com o subsídio para os jovens à procura do primeiro emprego.

É nítida a opção governamental: desmultiplicar-se em «incentivos» aos filhos dos empresários e de outras camadas mais favorecidas da população e continuar cego, surdo e mudo perante os dramas reais de milhares de jovens que permanecem longo período sem encontrarem o emprego que procuram.

Também na área educativa ficaram pelo caminho da demagogia eleitoral a criação de novos cursos noctur-

nos de apoio aos trabalhadores-estudantes, tal como os subsídios especiais no início do ano escolar e a prometida duplicação das entradas no ensino superior. E o que se constata é a desvalorização do valor substantivo da Lei de Bases do Sistema Educativo e das obrigações que impendem ao Governo na sua aplicação e a ausência no Programa de medidas concretas de combate ao insucesso escolar e à valorização profissional dos professores. O estatuto da carreira docente foi esquecido, enquanto volta o propósito da tentativa da governamentalização do Conselho Nacional de Educação.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Em vez de reforçar o desenvolvimento do sistema público de ensino, como pressupõe a lei de bases, o Governo opta por escancarar as portas ao ensino privado. É, afinal, a concretização do menos Estado na educação, na saúde e na segurança social.

É o mesmo princípio que norteia a defesa da passagem para o privado da gestão dos serviços públicos de segurança social (creches, infantários, lares de terceira idade), com o óbvio encarecimento dos serviços e em prejuízo das populações das camadas e regiões mais desfavorecidas. É o esquecer de medidas concretas que visem os deficientes. É o retrocesso na atribuição do subsídio de doença. É o apostar na criação dos fundos de pensões, reservando ao sector segurador (privado, naturalmente) um papel de relevo na captação de poupança de longo prazo, com destaque para produtos ramo «vida», criando assim as alternativas ao actual sistema de segurança social, demitindo-se o Estado das obrigações constitucionais de organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado.

E quanto ao grave problema do financiamento da Segurança Social, nada de concreto é proposto, deixando antevers os problemas da descapitalização e do estrangulamento do sistema a curto ou médio prazo.

O que o Governo quer não é apenas o menos Estado das empresas públicas. Ao querer também o menos Estado no apoio social aos mais desfavorecidos, aos que necessitam dos serviços de saúde e do apoio da Segurança Social, o Governo opta por fazer das necessidades sociais uma fonte de negócio para grupos privados, e só para alguns, à custa da grande maioria dos portugueses.

O Governo revela, assim, a sua verdadeira face. É essa política injusta que combateremos por todos os meios legais e constitucionais.

Applausos do PCP, de Os Verdes e da ID.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território (Valente de Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No dia 20 de Novembro de 1985, quando se discutiu nesta Câmara o Programa do X Governo Constitucional, tive ocasião de elaborar sobre a lógica da organização do ministério que então me foi confiado e que agora voltou a sê-lo de novo. Não vou, por isso, ocupar o tempo de VV. Ex.^{as} com a repetição de argumentos que estão registados,

parecendo-me suficiente dar a todos o testemunho de que o funcionamento do Ministério durante vinte meses provou que tinha nexo a nossa proposta e que se justifica a manutenção do esquema que então adoptámos.

Não vou também fazer o balanço exaustivo do que, dentro desse quadro organizativo, se conseguiu. Mas não posso deixar de sublinhar a correcção e eficácia do esquema montado para a gestão dos subsídios oriundos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional; o rigor e a transparência com que se tratou do sector do equipamento regional e urbano; a mudança radical que se operou no domínio da protecção de áreas que devem permanecer para fruição da comunidade, no presente e no futuro, e a expectativa justificada que, mercê do reforço das estruturas e meios de planeamento e coordenação, se conseguiu criar na nossa comunidade científica em relação ao seu envolvimento nas tarefas do desenvolvimento do País.

Acabo de referir um exemplo respeitante a cada uma das quatro áreas em que se articulou o Ministério; facilmente se poderá estabelecer entre elas um fio condutor que ponha em evidência as contribuições para o desenvolvimento que, de forma que se quer integrada, aqueles quatro sectores curam, em permanência, de assegurar. Esta é, aliás, uma preocupação constante: a integração é um exercício complexo que reclama aplicação, mas é também a maneira mais segura de com poucos meios se conseguir um grande efeito, por via de uma actuação sobre as componentes que realmente são determinantes da intensidade da resultante. Por isso, insistiremos na sua prática ao nível por que somos directamente responsáveis e a todos os outros em que a existência de numerosos agentes possa induzir uma dispersão de esforços, se não houver a vontade deliberada de os tornar convergentes.

Esta determinação tem as maiores consequências na introdução de novas formas de proceder ou na insistência em aprofundar outras que já foram ensaiadas, mas que custam a arrancar, por exigirem consensos ou escalonamentos no tempo dos benefícios de alguns, de modo a que se consiga maximizar o benefício de todos no médio prazo. Refiro-me, concretamente, aos programas integrados de desenvolvimento regional, de que já há alguns bons exemplos. Para que o sejam sempre têm os diversos agentes intervenientes de saber compatibilizar as suas aspirações, não querendo todos ganhar sempre, mas servindo-se da variável tempo para promover a equidade na distribuição de benefícios a que todos têm naturalmente direito. Os programas integrados não podem constituir um mero instrumento para sacar mais fundos comunitários. Estes virão, como já vieram no passado, desmentindo os inseguros, que afirmavam não sermos capazes de os captar. Mas é preciso que convirjam para realizações que potenciem o desenvolvimento geral, mobilizando os nossos recursos e acrescentando-lhes o maior valor possível.

A actividade de planeamento terá de constituir uma via privilegiada para a efectiva integração de Portugal na Europa: a escolha dos objectivos, a concepção dos programas, a afectação dos recursos, serão determinadas pela preocupação constante de adequar a dinâmica de desenvolvimento interna à comunitária e potenciar o aproveitamento pleno das oportunidades que decorrem da inserção numa Europa que prossegue a construção de um mercado único e o reforço da coesão económica e social.

Hoje, em Portugal, já toda a gente sabe o que são os fundos comunitários e quais os seus benefícios potenciais. Chegou o momento de exercitar fórmulas mais exigentes de coordenação e de integração, em que os investimentos vejam esclarecidos os seus objectivos antecipadamente, em que haja articulação entre aqueles cujos efeitos sejam complementares e em que as consequências de cada um sejam avaliadas com rigor.

Quer isto dizer que não vamos dormir sobre os louros de termos sido o país da Comunidade Europeia que em 1986 melhor realização conseguiu face ao tecto do montante para ele reservado no FEDER. Pelo contrário, essa circunstância anima-nos a prosseguir na via da exigência e do rigor, ensaiando mecanismos progressivamente mais ambiciosos de articulação com os outros fundos comunitários e com as outras fontes de financiamento possível e envolvendo os agentes que tenham responsabilidades directas na consecução dos empreendimentos. Quem alguma vez participou em exercícios deste tipo sabe bem o que eles exigem de tempo, de vontade e de sentido de compromisso entre os que têm de ceder agora para receber depois ou dos que têm de trocar um sector por outro.

O acompanhamento e a avaliação dos empreendimentos não são tarefas com grande tradição entre nós. Mas a actividade das instâncias públicas, centrais, regionais ou locais, diversificou-se muito e complicou-se muito. Por isso, se não se segue, com precisão, a execução física e financeira dos numerosos investimentos em curso, alguém perderá dinheiro ou oportunidades de ver a sua situação melhorada. Essa foi a razão que determinou a criação de um departamento de acompanhamento e avaliação no âmbito da Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional, cujas responsabilidades também abarcam a generalização de uma prática sistemática, a todos os níveis, das funções que lhe estão no título.

Se insisto nesta referência é porque estou convencido de que, para já, Portugal foi uma «agradável surpresa» para a Comunidade, que, na realidade, não esperava que fôssemos o primeiro país a apresentar as candidaturas do programa VALOREN, acompanhadas de um regulamento que lhes está a servir de modelo, ou que fôssemos tão escrupulosos nas duas levas de projectos já enviados para a candidatura ao FEDER, ou que fizéssemos tão bem como estamos a fazer muitas outras coisas. Mas, à medida que os outros forem verificando que também sabemos correr, a prova endurecerá e todos estaremos em pé de igualdade, o que significa que a meta será sempre colocada mais longe de prova para prova.

É este o sentido em que caminharemos neste sector. Mas, além da referência ao estilo, convém que deixe uma palavra acerca das linhas de força da política regional que temos em mente. Tendo de ser muito sintético, será, efectivamente, uma referência brevíssima.

Entre 1990 e 1992 o País verá profundamente alteradas as suas condições de acessibilidade, tanto no litoral como entre este e o interior. Os tempos e os custos das viagens permitirão viabilizar muitas novas actividades fora do cordão tradicional entre Braga e Setúbal, experimentando a própria acessibilidade, em relação ao exterior, grandes modificações. É evidente que o esforço que se está a desenvolver na rede principal e na rede complementar tem de prosseguir, nomeadamente através da concretização das principais propos-

tas que constam do trabalho já concluído e relativas à desclassificação de muitas estradas anteriormente consideradas como nacionais. Temos como elemento fundamental do desenvolvimento harmónico do País o desencravamento físico das suas parcelas onde possa ser instaladas actividades económicas que permitam conjugar o crescimento geral com o desenvolvimento das partes. Por isso, este sector será objecto de cuidado permanente.

Mas é evidente que a acessibilidade não se destina a facilitar a «colonização» da periferia pelo centro; desenvolvimento tem de partir de dentro, o que impõe uma prioridade à educação, à formação profissional, à circulação da informação, ao fortalecimento das capacidades de iniciativa local, à divulgação de novas ideias e de novas oportunidades de criação e riqueza... À quebra do isolamento físico tem de corresponder uma quebra de todos os outros tipos de isolamento, para o que não chega assegurar somente a transmissão das «mensagens»; é preciso também cuidar dos «receptores»...

Durante tempo demais julgou-se fácil atrair para partes deprimidas do território empreendedores «de fora». É tempo de não persistirmos nessa ilusão e de repousarmos mais na capacidade de iniciativa local, que se tem de potenciar ou de criar de raiz. Não é tarefa fácil: isso passa pela valorização social da capacidade de empreender e passa também pela generalização da valorização de uma cultura científica e de uma cultura tecnológica e das correspondentes actividades, cujo desenvolvimento está dependente de uma ligação, tão íntima quanto possível, com as necessidades resultantes do desenvolvimento sócio-económico e cultural do País.

O Sr. Costa Andrade (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A criação de empregos torna-se mais fácil quando os candidatos dispõem de formação adequada. Mas nada dispensa a necessidade de conferir às dimensões de um movimento à vontade de empreender dos que, criando um emprego para si, acabam também por criá-lo para os outros. As novas unidades são muito mais pequenas e flexíveis do que foram as de gerações anteriores; o que elas reclamam é muito mais conhecimentos técnicos e científicos e mão-de-obra muito mais versátil e bem preparada. É por isso que no nosso Programa de Governo se dá importância crescente ao sector da ciência e tecnologia, privilegiando as modalidades de apoio à investigação que se faça em ligação ou sob contrato com empresas. Desse modo tornar-se-á mais curto o lapso de tempo entre a obtenção de resultados da investigação e a sua operacionalização prática, assegurar-se-á a manutenção de vantagens comparativas das nossas actividades económicas por via dos acréscimos de produtividade ou, pelo apadrinamento de novas actividades, tornar-se-á fácil e quase automática a acção de avaliação que há pouco devia ser generalizada; determinar-se-á, enfim, a instalação de um clima muito dinâmico de procura de novos campos de acção e de contínua actualização das formas sob que ela se exerce.

Durante o governo anterior ocupámo-nos com atenção dos problemas postos pelas autarquias locais. Dentro da esfera de acção do Governo, ou dando colaboração à Assembleia da República na elaboração de lei

(entre as quais avulta a das finanças locais), a verdade é que, discreta mas eficazmente, se conseguiu dar uma contribuição de relevo para o reforço do poder local. Muito há, naturalmente, a fazer. Mas, passado que está o tempo em que a satisfação das necessidades básicas reclamava atenção e meios de uma forma absorvente, chegámos hoje a um estádio em que se torna imperioso dar ênfase às questões do ordenamento do território. Já não se trata de ir em socorro de situações de carência afeita; na grande maioria das situações reclama-se uma reflexão profunda e, simultaneamente, muito prática acerca do modo de fazer comunidades viáveis e agradáveis. A viabilidade tem de ser económica e operacional; os espaços que temos de adaptar devem acolher actividades que robusteçam a base económica dos aglomerados que pretendemos ordenar; essas actividades têm de se manter competitivas ao longo do tempo e articular-se no espaço de modo funcional com todas as outras que os centros urbanos encerram. Mas a vida nos grandes e nos pequenos centros tem de ser agradável. As situações de anomia nos subúrbios incaracterísticos das nossas duas grandes áreas metropolitanas não podem deixar de se reflectir nas perspectivas de vida dos seus habitantes, impondo-se, com urgência, uma acção que seja, simultaneamente, de alívio da pressão e de correcção dos efeitos nefastos da pressão que remanesce. A primeira encontra como instrumento mais fácil o revigoramento dos centros urbanos de tamanho médio ou pequeno, que, dessa maneira, justificariam melhor o equipamento que reclamam, mas que muitas vezes não tem a procura que determinaria os limiares que são ambicionados. A segunda impõe operações de coordenação de serviços ou de decisões que se torna muito nocivo atrasar; é evidente que nada deve ser feito sem o envolvimento activo das autarquias locais. Todavia, a situação nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto é de tal modo gravosa que tem de se lançar mão, com urgência, de instrumentos que favoreçam a ultrapassagem das condições de vida que alguns dos seus habitantes têm de suportar.

É bom de ver que as duas operações têm de se processar em simultâneo; quer dizer, o revigoramento do papel dos centros urbanos pequenos e médios não pode deixar de acompanhar a arrumação das áreas metropolitanas e, em especial, dos seus subúrbios. De outro modo, ao melhorar de forma isolada a situação destes últimos, não faríamos senão perpetuar o fluxo que para eles se dirige vindo dos pequenos centros ou das áreas rurais; a própria animação destas impõe que haja uma rede urbana equilibrada em que os centros de tamanho médio e pequeno assegurem a prestação de uma vasta gama de serviços a toda a população.

É importante, todavia, que se diga que o País não tem dinheiro para sustentar serviços que operam com níveis de procura muito abaixo do que a capacidade instalada permite ou do que justificam os padrões de qualidade que queremos ver generalizados a todos os portugueses.

Insisto: isso só se conseguirá através da concretização de uma política de ordenamento do território, que passa, naturalmente, pela definição de um quadro geral orientador e pelo envolvimento activo dos diferentes agentes de decisão, à frente dos quais estão, obviamente, os eleitos locais.

Elemento essencial da política de ordenamento do território será decerto a revisão de vários diplomas fun-

damentais, de forma a adequá-los à realidade do reforço do poder local entretanto ocorrido, a tornar mais apetecida por parte dos órgãos autárquicos a elaboração de planos de ordenamento, a clarificar melhor as regras de um jogo onde muitos são os agentes.

A legislação a produzir deverá ser simples e flexível, participada e rigorosamente cumprida.

A florada a questão do equipamento, é importante que se diga que entendemos indispensável mobilizar todas as energias existentes e canalizar para a satisfação de necessidades colectivas o grande sentido de solidariedade e de entrega à resolução de questões sociais que os nossos concidadãos sistematicamente exibem. Isso sucede nas corporações de bombeiros e nas associações culturais, nas misericórdias e nos grupos desportivos, nos lares de terceira idade e nos jardins-de-infância e tem de suceder em muitos outros domínios, porque as exigências são crescentes e diversificadas e o Estado tem de ser muito selectivo quanto ao objecto de aplicação dos fundos de que dispõe, reservando-os para accionar as molas mais directamente propulsoras do sistema complexo que a sociedade representa. O princípio a generalizar, a este respeito, será o da contratualização: o Estado dará um impulso a quem tomar à sua conta a obtenção de alguns meios de arranque da construção do equipamento em causa e curar de assegurar as despesas correntes que a sua exploração determinar.

Tenho referido, sob uma forma ou outra, que a vida que ambicionamos para os Portugueses deverá ter maior nível e melhor qualidade. E acentuei já a importância da mobilização eficaz dos nossos recursos, à frente dos quais está, naturalmente, o produto da nossa inteligência e as contribuições que ela pode dar para o desenvolvimento do País e para o progresso da Humanidade. Mas há outros recursos tornados mais facilmente operacionais e eles próprios directa ou indirectamente influentes no nosso nível de vida; de entre eles estão-me confiados os recursos hídricos. Dispondo de recursos brutos cerca de três vezes os valores médios europeus, a verdade é que a irregularidade no tempo e no espaço da sua ocorrência tornam dispendioso o seu cabal aproveitamento. Isso reclama um esforço particular no uso correcto dos recursos que se armazenam, tendo de se fazer sentir aos utilizadores que estão a tratar com um factor dispendioso: abundante, felizmente, mas caro. É esta preocupação que nos há-de orientar nas soluções físicas e nos arranjos institucionais: procuraremos construir os mais rendíveis aproveitamentos hidráulicos no maior número possível, mas sempre com a preocupação de assegurar que o recurso tornado disponível não seja mal aproveitado ou ignorado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Isto é verdade tanto para os usos agrícolas como para os energéticos ou para os de abastecimento doméstico.

A qualidade de vida depende hoje de muitos factores. Já referi os que estão ligados ao ordenamento do território, mas há muitos outros ligados à qualidade da água e do ar, ao enquadramento físico em que decorre a nossa vida, à segurança com que consumimos os produtos de que temos necessidade, às oportunidades para fruir as belezas da Natureza, ao sossego e à ausência dos diversos tipos de agressões sonoras ou visuais,

enfim, a numerosas componentes sobre as quais já demonstrámos cuidado empenhado e em relação às quais quero deixar ficar aqui uma palavra de comprometimento responsável: faremos o máximo que estiver ao nosso alcance; algumas vezes, porém, será nesta Câmara que teremos de vir procurar a resolução das questões que se põem neste domínio. Estou certo de que os senhores deputados serão sensíveis aos valores que estão em jogo e à nossa responsabilidade e vontade de desenvolver, protegendo, e de proteger com um sentido de utilidade, não pondo redomas em cima do que não pode ficar à margem da vida que corre.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Espera-se, naturalmente, que eu diga uma palavra acerca do processo de regionalização. Afirmámo-lo na legislatura anterior e insistimos em dizê-lo de novo: queremos avançar, mas temos de fazê-lo de forma segura, não suscitando questões em que a discussão apaixonada, mas superficial, faça passar para segundo plano os aspectos mais substanciais do processo. As nossas posições actuais são coerentes com as anteriores e insistimos em afirmar que um assunto de tanta importância para o País não foi nem será orientado, na sua discussão e resolução, por razões de oportunidade. A qualquer nível espacial, uma discussão sobre as fronteiras tende sempre para uma divisão dos campos, entrincheirando-se as pessoas atrás das posições que um conjunto complexo, objectivo e subjectivo, de razões determinou um dia, dificultando os ajustamentos posteriores que a razão aconselharia. Por outro lado, as experiências recentes estrangeiras neste domínio mostram que uma reforma compassada que permita a adaptação das atitudes e das formas de comportamento é mais frutuosa do que uma alteração radical do quadro institucional.

A nossa posição é, assim, a de focar a atenção nas funções das futuras regiões administrativas, precedendo a sua análise o desenho das fronteiras e a de tudo fazer a ritmo que permita a absorção por todos os actores das novas regras de proceder.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O futuro próximo vai determinar alterações substanciais na nossa forma de reagir aos desafios que vamos ter de enfrentar. Mais do que aguardar que eles desabem sobre nós, já demonstrámos capacidade para comandar a pequena parcela de autonomia de decisão que qualquer grupo de 10 milhões de habitantes tem no mundo de hoje. Podemos dispor de uma capacidade de influência proporcionalmente maior do que a nossa quota-parte demográfica, porque somos uma velha nação que soube fazer amigos em todo o mundo ao longo de nove séculos. Mas podemos ainda majorá-la por via da tenacidade em pertencermos ao nosso tempo, tentando entender os seus problemas e procurar para eles as soluções. Foi o que tentámos antecipar no Programa do Governo e foi o que eu procurei sublinhar agora em relação aos sectores cuja responsabilidade me cabe.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Moreira.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território, o primeiro comentário da minha bancada ao capítulo do Programa do Governo relacionado com a regionalização e poder local é positivo.

Consideramos que o Governo procura nesta matéria, como em todas as demais, dignificar e prestigiar a acção do poder local, que é, sem dúvida alguma, uma das acções mais nobres que tem promovido, de forma inequívoca, o desenvolvimento local e a qualidade de vida das populações.

Neste sentido, o Governo procura implementar uma política que vá ao encontro da solidificação cada vez maior do prestígio do poder local, das suas autarquias e daqueles que as servem, que são os autarcas. Por isso, o nosso comentário é francamente favorável em relação a este capítulo do Programa do Governo.

Gostaria também de realçar um aspecto importante, que é o da regionalização, pois trata-se de uma matéria de grande relevância nacional que tem de ser tratada com todo o sentido de Estado.

O Partido Social-Democrata, defensor que é dessa regionalização — aliás, já diversas vezes o disse nesta Câmara —, considera que esta matéria deve ser tratada de forma muito ponderada, com amplo consenso nacional, para que este processo tenha êxito, como todos nós, naturalmente, desejamos.

Consideramos que em matéria de regionalização o Partido Social-Democrata — aliás, como em todas as outras matérias — está disponível para dialogar com os outros partidos, de forma a encontrarmos uma lei quadro na qual se definam em primeiro lugar as funções e as competências das futuras regiões administrativas e só depois definirmos, tal como acabou de dizer o Sr. Ministro — com o que, aliás, estamos de acordo —, qual deve ser o conjunto das diversas regiões administrativas.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para colocar ao Sr. Ministro duas questões. No Programa do Governo diz-se que «o Governo procurará apoiar o reforço do papel dos municípios no processo de desenvolvimento das suas áreas territoriais». Concordamos com esta afirmação; no entanto, gostaria de saber que tipo de apoio procurará o Governo implementar para o reforço da acção dos municípios. Gostaria também de lhe perguntar como é que as autarquias devem participar na promoção e no desenvolvimento das comunidades locais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, há mais um orador inscrito para formular pedidos de esclarecimento. Deseja responder já ou no fim?

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território: — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Roleira Marinho.

O Sr. Roleira Marinho (PSD): — Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território, notámos no Programa do Governo, em todo ele, mas particularmente na área do poder local, uma constante procura de adequar as leis vigentes ao sentir das popu-

lações, às realidades do dia a dia, ao contrário de certas oposições, que insistem e persistem em obrigar os cidadãos a vestir roupagem jurídica que está de todo em todo ultrapassada, e, por isso, o Grupo Parlamentar do PSD saúda o retomar de alguns temas no Programa do Governo que há longos anos vimos anunciando como metas, mas que os «ortodoxos» da política sempre impediram.

Está neste caso a revisão do «regime jurídico dos baldios», cujo projecto de lei o PSD apresentou na I Legislatura e chegou a consagrar em lei, embora a oposição, dormente, quinze dias depois a revogasse. Retomou-se o projecto de lei na II Legislatura, tripetiu-se na III (com o apoio do Partido Socialista), repôs-se na IV (então com a «coerente» oposição do Partido Socialista) e, finalmente, aparece agora no Programa do XI Governo Constitucional. Convenhamos que será das nossas mais antigas promessas eleitorais e que esperamos levar a bom termo. Daí a minha pergunta: qual a perspectiva do Governo quanto à concretização deste objectivo, tanto mais que o Grupo Parlamentar do PSD pensa repor a sua iniciativa legislativa?

Uma outra área, Sr. Ministro — e essa eu não a vislumbrei no Programa do Governo, e por isso a minha questão, tanto mais que ela foi objecto de, pelo menos, cinco projectos de lei na anterior legislatura e é elemento importante na vida das comunidades locais —, é o problema das «consultas locais aos cidadãos eleitores», se quisermos, «o referendo local». Qual a posição do Governo sobre tal instrumento?

Por fim, congratulamo-nos com a continuidade dos planos integrados de desenvolvimento regional, que, em alguns casos, de norte a sul do País, foram óptimas experiências e motores do progresso verificado — conforme V. Ex.^a assinalou —, desejando ainda assinalar o relevo dado ao «associativismo municipal», que aponta para o mesmo objectivo, e, por isso, Sr. Ministro, a nossa pergunta é a de saber como é que se pensa implementar estes programas.

Aguardamos as respostas de V. Ex.^a, afirmando desde já que confiamos na sua acção e na de todo o Governo, porque o exemplo que ficou dos dezoito meses passados é uma garantia para os quatro anos que agora começamos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território: — Srs. Deputados, agradeço-lhes os vossos comentários e as vossas perguntas.

Quanto ao primeiro comentário do Sr. Deputado Manuel Moreira, devo dizer que a regionalização e o processo que ela seguirá — naturalmente, em profunda cooperação com a Assembleia — vai assumir o aspecto que V. Ex.^a referiu, ou seja, primeiro vamos tratar de saber o que vão fazer as regiões administrativas e só depois entraremos nas etapas mais conflituosas, que bloqueiam muitas vezes a clareza daquilo que se faz depois.

Quanto ao processo de desenvolvimento e envolvimento das autarquias, aproveito para responder à última questão colocada pelo Sr. Deputado Roleira Marinho, invocando aquilo que disse na cerimónia do 10.º aniversário do poder local. As autarquias locais têm, fundamentalmente, duas funções: por um lado, são órgãos políticos de afinação e de elaboração e de escolha locais e, por outro lado, são órgãos que curam de prover serviços às populações.

É evidente que estas duas funções têm de ser vistas articuladamente, mas, tal como disse há pouco, passado está o tempo de, em nosso entender, dar prioridade, fazendo ponto de preocupação dominante, à provisão de serviços às autarquias locais. Hoje têm de se fazer perguntas mais profundas acerca do que são as funções para as quais, por um lado, aquele órgão existe e saber, fundamentalmente, quais são as bases que estão por detrás ou qual é a base económica que faz viver determinado aglomerado.

Se respondermos a estas perguntas, somos capazes de ir buscar razões, para orientar as tais escolhas locais, muito mais consonantes com uma perspectiva actual e futura dessas mesmas autarquias.

Quer dizer, asseguramos a vida actual e futura no sentido de, como há pouco referi, por um lado, dar viabilidade aos grupos humanos e, por outro lado, torná-la agradável.

De forma que aquilo que nós vamos fazer, e ainda com mais empenhamento, é dar precedência a questões de desenvolvimento relativamente à provisão de serviços imediatamente rentáveis e muito necessários porque correspondiam a carências antigas. Portanto, é relativamente a questões ligadas ao desenvolvimento dos respectivos concelhos que vamos acentuar a nossa acção.

É evidente que os nossos municípios, não sendo tão pequenos como as comunas francesas, ainda não têm dimensões para fazer grandes planos e grandes programas, pelo que favorecemos a criação de associações de municípios para esse efeito.

É à volta de programas de desenvolvimento local, enunciando os objectivos e definindo os instrumentos adequados, que verdadeiramente procuraremos incentivar a colaboração, visando o reforço da base económica, tornando viáveis essas comunidades e assegurando o seu futuro.

Quanto aos baldios, não posso estar mais de acordo com aquilo que o Sr. Deputado Roleira Marinho disse. Espero que o Parlamento retome projectos antigos relativos a esse assunto. Nós não damos senão apoio àquilo que vier nesse sentido. Compreendemos que em 1976, ainda sem autarquias eleitas, se tivesse escolhido outra solução, que hoje é só fonte de conflitos e que urge ser remodelada. De forma que, para evitar conflitos, para que aqueles que são directamente designados pela população sejam efectivamente os responsáveis pela utilização de um bem que lhes pertence, nós somos a favor da entrega da gestão — com condições, naturalmente muito bem especificadas na lei — às autarquias locais, particularmente às juntas de freguesia.

Quanto ao último ponto, o do referendo, esperamos que essa matéria seja retomada. Somos a favor da participação; há consultas locais que têm de ser feitas relativas a grandes problemas. Imagino que, localmente, o exercício do referendo é muito viável porque há problemas que podem apaixonar e mobilizar toda uma

população, e para esses grandes problemas o sentido da participação que sempre defendemos deverá ter instrumentos adequados para melhorar a sua concretização.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Santos.

O Sr. Almeida Santos (PS): — Sr. Presidente, quero felicitá-lo pela sua eleição e desejar-lhe os maiores êxitos no exercício do cargo.

Sr. Presidente cessante, esta Assembleia fica a dever-lhe uma presidência, sem favor, notável. A minha gratidão.

Sr. Primeiro-Ministro, nenhum outro sentimento pode sobrepor-se ao de lhe dirigir sinceras felicitações pelo êxito eleitoral que alcançou e de lhe desejar, e ao seu governo, que nos surpreenda, governando bem.

Srs. Deputados, cumprimentemo-nos uns aos outros. Merecemos do povo que nos elegeu a honra de termos sido escolhidos para lhe fazer as leis.

Aos que pela primeira vez se juntam a nós, nesta tarefa tantas vezes incomprendida, desejo estoicismo para a total ausência de condições de trabalho, paciência para as críticas malévolas, compreensão para as ardências ocasionais do debate parlamentar. Ao fim de três mandatos a gente habitua-se.

Risos.

E agora, Sr. Primeiro-Ministro?

Agora que V. Ex.^a e o seu partido ultrapassaram a fasquia do poder a sós, que democracia e que diálogo?

Agora que V. Ex.^a adregou, salvo seja, meter o legislativo num bolso e o executivo no outro, que fiscalização deste por aquele e que separação de poderes?

Agora que V. Ex.^a pode ditar a vida ou a morte dos decretos desta Assembleia e reduzir a uma contagem simples de sentados e levantados a recusa da sua promulgação, que veto político e que leis?

Agora que V. Ex.^a não precisa de aprovar por resolução as opções que esta Assembleia rejeite — porque antecipadamente se sabe que as não rejeitará —, que desenho do nosso futuro e que opções para o nosso destino colectivo?

Agora que V. Ex.^a tem ao seu dispor todas as cadeiras, e, apesar disso, mais pretendentes do que lugares para se sentarem nelas...

Risos do PS.

... que resistência ao clientelismo, para além das boas palavras e das porventura bem intencionadas promessas?

Agora que o seu partido é demasiado grande para não albergar todos os estratos sociais, todas as ideologias, todos os interesses e todas as ambições, que coesão partidária e que fervor militante?

Agora que se vai saber de antemão na Rua de Buenos Aires o que vai acontecer em São Bento e que passa a ser definido ao pequeno-almoço do Primeiro-Ministro o que passa a saber-se na Rua de Buenos Aires, que seduções mobilizadoras para os políticos, que dúvidas estimulantes para os analistas, que emprego para o Dr. José Miguel Júdice?

Risos.

Agora que temos um Presidente da República que não põe calços na roda das instituições, uma assembleia cuja vontade oficial é a do seu partido — no fundo a de V. Ex.^a — e um governo que seguramente não vai ser a pátria do contraditório, que bodes expiatórios, que álibis e que desculpas?

É claro que há ainda a Constituição, há ainda os partidos, há sempre a política. E nós sabemos com que deleite V. Ex.^a insinua na Constituição um travão, nos partidos o andar de baixo dos seus voos pelo Olimpo nacional, na política a fatalidade melancólica de não podermos passar sem ela.

A Constituição, essa, ainda se pode rever. Os partidos é que se não podem revogar. E a política, no próprio acto de negá-la, renasce da negação, que política continua a ser.

Compreenda, Sr. Primeiro-Ministro, que tudo isto nos preocupa.

Ele há a estabilidade, eu sei. Durante quatro anos, em princípio — princípio que até pode não chegar ao fim —, só teremos de votar por duas vezes, da fatalidade de termos de votar três ou mais nos defendendo a actual e confortável maioria.

Mas não nos defende da maçada sedativa, de que este debate está sendo o primeiro sinal. Um jogo de que se conhece antecipadamente o resultado, que bocejo!... Uma roleta que de antemão revela o número premiado, que sensaboria!... Não é que eu encare a política como um *ludus*. Acontece apenas que a não concebo sem confrontação e sem vida! E é a incerteza do resultado que mais ilumina os que se confrontam!

Ele há — dizem-nos também — a eficácia; o poder sem escolhos. Mas aí eu permito-me duvidar. Sem o escolho da contradição governam os ditadores e são já poucos os que curtem saudades das ditaduras. Sem os escolhos que uma maioria homogénea afasta governou a AD e ao fim de três anos foi preciso chamar os bombeiros!...

Não falta aí quem discuta as reais vantagens de um partido dominante numa democracia que não aceita confundir-se com uma autocracia electiva. Receia-se, não sem motivo, que o poder não partilhado acabe por esclerosar, por minar a legitimidade do sistema, por conduzir à confusão entre o partido dominante e o sistema, à alternância de sistemas, e já não de maiorias. Isto apesar da base democrática do partido dominante!

Ouvimos também que vai haver mais respeito pelas oposições, mais diálogo do que no mercado do Bolhão, mais concertação do que entre os querubins do céu! Clientelismo nem pensar!...

Perdoará o Sr. Primeiro-Ministro a ingratidão de não termos ficado tranquilos. É que já não estamos em Outubro de 1985. Entretanto, V. Ex.^a foi dizendo com igual ênfase o que repetiu agora, e o seu governo, que o de agora igualmente repete — descontada a cosmética —, foi o que se viu! Vale a pena lembrar que a oposição parlamentar e o próprio Parlamento foram sistematicamente vexados? Que o diálogo foi, mal cumprida, uma formalidade estatutária? Que a concertação social, à parte um episódico êxito de política salarial, se resumiu depois à concelebração desse êxito? Que o «sai daí que o meu amigo quer sentar-se» foi mais frequente do que a gripe?

Os lugares são os mesmos, os candidatos são agora mais. Admitindo que o Primeiro-Ministro não é pro-

penso ao remorso — até porque raras vezes se engana —, faz mesmo questão em que acreditemos em que desta vez é que vai ser?

Não cultivamos ilusões. O poder, onde quer que tenha assento, vai ser monocolor! Esperamos é que, se continuar a ser como tem sido, assuma frontalmente a cedência às pressões e não caia na tentação de mandar escrever às vítimas cartas como aquela tão célebre que recebeu Lord Kimberley, e que não resisto a rememorar:

Ex.^{mo} Senhor: Amanhã tencionamos matá-lo. Mas fazemos questão em que saiba que não vai nisso nada de pessoal.

Risos.

E respeito das oposições como, se são partidos, partidos que defendem ideologias, tudo realidades e valores que V. Ex.^a cordialmente detesta?

Pois não fez V. Ex.^a uma campanha eleitoral e não faz política na primeira pessoa do singular?

Não combate as ideologias, não se coloca acima dos partidos e não tenta identificar-se com um quase escatológico interesse nacional, ao mesmo tempo insinuando que os partidos chafurdam no lodo dos interesses rasteiros?

Não disse V. Ex.^a no seu discurso de posse que o seu «projecto, eminentemente nacional [...] não respeita os raciocínios políticos e as barreiras ideológicas convencionais»?

Acontece, Sr. Primeiro-Ministro, que lutámos demais contra a proibição dos partidos e a maldição das ideias para ouvirmos V. Ex.^a, sem um estremecimento de alma, voltar a pôr em causa — ainda que em termos de assinalável comedimento — o que tanto custou a conquistar. Não aceitamos — e espero que o tenhamos connosco nesta recusa — que o que o 25 de Abril significou e significa para os verdadeiros democratas deste país tenha o destino das embalagens dos detergentes, que se deitam fora depois de usados!

E, já agora, porque herdei do Eça a «paixão de ser leccionado», peço-lhe que me ensine por que imperativos nacionais devo acompanhá-lo na recusa das ideologias.

Haverá mesmo política sem elas? Ou Estado sem política? Ou automóvel sem motor?

Não sou sectário e, uma vez mais como o Eça, «vejo capitalistas sem empalidecer». Tecnocratas sem alma é que não! Recuso, com Burdeau, a «mediocridade de projectos de que desertou o espírito». Acredito na força das ideias, e já convivo há tantos anos com as minhas que não aceito desquitar-me delas. Faço até questão em continuar a ter a certeza — como dizia o outro — de que é o leiteiro quem de manhã me bate à porta.

O Sr. Sottomayor Cardia (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sabem os Srs. Deputados? Sempre considerei — e não sou o único! — que o antipartidarismo obsessivo e a ideologia do fim das ideologias não passam de uma reacção defensiva dos *beati possidentes* contra a invasão da esfera política pelo pé descalço, menos sofisticado no verbo mas mais afirmativo na exigência. É a rejeição de uma incomodidade!

Tomámos uma vez mais boa nota dos apelos a «menos Estado». E não andamos tão distraídos que não saibamos que vai ser esse um dos pratos fortes da próxima revisão constitucional.

Por falar disso, que fique bem entendido que, se não a consideramos uma questão fechada, nos termos aqui referidos pelo meu camarada Vítor Constâncio, não aceitaremos que o diálogo e a busca de consensos o mais possível alargados funcionem apenas aí, onde o partido dominante não pode de todo em todo passar sem eles.

Menos Estado quer dizer — se bem ajuizamos — menos empecilhos à retoma do liberalismo conservador — única ideologia que parece escapar à alergia anti-ideológica do Sr. Primeiro-Ministro — ...

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... mais e menos concorrência, um sector público empresarial peso-pluma, meia televisão, meia rádio e os jornais estatizados em mãos tão fiéis, ou economicamente tão poderosas — o que dá no mesmo —, que mal vai ouvir-se na informação o piaíssimo das vozes que se opõem.

Julgava eu que ia ficando claro que o *laissez faire* encaixava mal as crises e que, só por si, não assegurava nem generalizava a abundância!

Curiosamente, a direita nunca clamou por menos Estado enquanto dispôs do seu domínio! Bem ao contrário, reforçou-o. Foi só quando o perdeu que começou a opor-nos a aplicação ao sector público do tecnoratismo da gestão privada.

Entretanto, o Estado-providência foi suprindo Deus na angústia dos mais desprotegidos. Cresceram o significado e a importância do salário indirecto, da socialização do próprio salário.

Mas à medida que do Estado se exige cada vez mais, e que o cidadão isolado se sente cada vez mais desprotegido em face da complexidade e da magnitude dos problemas do seu tempo, eis que a direita se toma de pânico, receosa de um Levitã providente, esquecida, ou talvez não, de que o moderno Estado de direito democrático não infunde receio nem ao «chapelinho encarnado»! ... E tenta recuperar a velha fórmula, tão velha como Matusalém, segundo a qual ao Estado compete manter a ordem, à iniciativa privada competindo o resto!

Valerá a pena comentar o Programa do Governo? Esta bizarria da dupla investidura dos governos, uma em razão das pessoas, antes de se saber o que se propõem fazer, outra em razão da matéria, sem em função dela se poderem adequar as pessoas, nunca fez muito sentido.

Por isso, de certo, ligam tão pouco os governos aos seus programas e tão nada o País aos programas dos seus governos. São menos lidos do que o *Syllabus* e menos dignos de crédito do que as *Peregrinações* de Fernão Mendes Pinto. Conhecê-los-ão, por inteiro, os próprios ministros?

Em todos aparecem uns tantos e tão certos refrões. Sirva de exemplo uma arquipelágica regionalização que nunca mais deslaça, oelixir universal da profissionalização de tudo quanto tenha vida e figura humana, o acrescimento de tudo quanto é bom, a míngua de tudo quanto é mau. As luas novas do costume. Por que haviam pois de perder tempo a lê-los os Srs. Ministros?

Original, verdadeiramente original, só o programa do I Governo Constitucional, pelo facto mesmo de não ser o segundo.

Protestos do PSD.

Os demais, sem exceção, não passam de espasmos copiativos daquele.

E depois a contradição insanável. Por um lado, um governo que promete tudo o que os outros prometeram — a tal ponto que nem vinte orçamentos chegariam para cumprir tanta promessa — por outro, um Estado «mínimo», em dieta de emagrecimento, auto-promovido a agente de venda de propriedades, enquanto tiver alguma coisa que vender! ...

Desta vez, porém, o ritual carece ainda mais de sentido. Eis o primeiro governo que está em condições de dizer-nos: este é o programa; mas pode ser outro; ou pode não ser nenhum, se em vez de governar me apetece tocar viola.

É a caricatura, eu sei. Mas é das caricaturas que mais ressalta a verdade que há nas coisas.

Isto quanto à formalidade. Quanto à substância, é precisamente o contrário. Se algum governo tem a obrigação política de esclarecer os Portugueses sobre o que pensa do seu destino colectivo — dando de barato que pensa alguma coisa — é aquele que com maior grau de probabilidade sabe que programa a quatro anos de vista.

Pois bem, meus senhores: à parte algum apuramento na forma, foi uma vez mais a decepção. As expectativas já não eram muitas. O PSD mudou muitas vezes de líder, mas nunca de criatividade. Desde os programas dos governos da AD, desde o programa do anterior governo, desde as Grandes Opções do último governo — esse entremez que nos fez rir até às lágrimas —, passando pelos diversos programas eleitorais em que nem a sedução do voto fez o milagre de uma ideia, sabíamos que o conservadorismo dos seus cérebros era insensível ao acicate da inovação criadora.

Mas nunca julgámos que, desta vez, a primeira em que nenhum obstáculo verdadeiramente inexpugnável impede um confortável «penso, logo faço», continuasse a pensar-se globalmente o que sempre se pensou, a programar-se *grosso modo* o que sempre se programou, sem que o aproximar de um novo século e o espasmo de um novo mundo pusessem fim ao «voo cego em direcção a nada» que tem sido a gestão do agora partido dominante.

«O importante», disse Mitterrand, «é para onde queremos caminhar.» Salazar sabia, no discurso da Sala do Risco. O País é que estava distraído! ...

Sabe-o este governo? Se sabe, que ao menos nos dissesse se vamos em direcção a mais indústria e mais poluição, ou a mais serviços e mais qualidade de vida. Se mais serviços, em quais investiremos: se, por exemplo, no turismo, valorizando o homem amável e a natureza acolhedora que nos couberam em sorte, se na inteligência em direcção às novas tecnologias.

Que ao menos nos dissesse, sendo a agricultura uma fatal prioridade, se privilegiaremos o regadio, e nesse caso com que barragens, ou a floresta, e neste caso com que destino.

Que ao menos nos dissesse se a sua obsessão pela iniciativa privada vai ou não despejar gradualmente o Estado do ensino, da saúde, da habitação, da segurança social, das prisões (há sempre uma ideia luminosa à

espera de um Sr. Chirac), deixando-o confinado à produção de serviços não lucrativos. É que, se vai proceder a esses despejos, ocorreu-me que talvez pudéssemos começar por poupar alguns ministros! ...

Que ao menos nos dissesse se, sendo cada vez mais o emprego um bem escasso, vai ou não empenhar-se em distribuí-lo com justiça, nomeadamente reduzindo a duração do trabalho e antecipando a idade da reforma, ao invés de continuar aferrado à velha teima de esperar pelo desenvolvimento.

E já que falamos em «desenvolvimento», que ao menos nos dissesse se é essa a nova «religião» a que devemos fé, na esteira dos países que se desenvolveram tanto que não sabem o que fazer de um tamanho que começa a não caber no homem!

Que ao menos nos dissesse se, no limiar do sexto bilião de terráqueos, temos uma política demográfica, ou continuamos devotos do mandamento bíblico do crescimento e da multiplicação.

Que ao menos nos dissesse se, havendo que fazer escolhas, privilegiando isto em detrimento daquilo, vamos continuar a privilegiar o automóvel em detrimento da habitação, o lucro dos madeireiros em detrimento da floresta, os «new era boys» da especulação bolsista em detrimento do investimento produtivo, a demagogia em detrimento da verdade.

Que ao menos nos dissesse se, com o Estado às arreias, alguém defende os fracos da concorrência dos fortes e aqueles de serem esmagados por estes.

Que, em resumo, nos dissesse se concebe o Portugal que vem aí como um País novo ou este remendado, eternamente de muletas na peugada do mais acelerado «fordismo». Quis meter tudo no mesmo saco e produziu uma caldeirada indigesta. Cheio de votos, é vazio de ideias. É conservador, conserva.

Pensando bem, o Governo é lógico. Apaixonado pelo «economismo esquecido do homem» que o liberalismo é, nada há que programar sobre o futuro dos homens. Programar é intervir. E a intervenção do Estado, para os que acreditam no equilíbrio que naturalmente promana da livre concorrência — sem excluir a dos fortes contra os fracos e a dos maus contra os bons — tem sempre efeitos perversos.

Garantamos, pois, ao merceeiro da esquina o direito de concorrer com o Sr. Belmiro de Azevedo; e viva a igualdade de oportunidades! ...

Risos do PS.

O melhor programa, para um liberal convicto, é, pois, aquele que começa por não existir!

Este existe! Mas é um patinho feio, sem asas para voar nos céus do futuro.

Apesar de tudo, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, nem tudo vai ser tão mau assim.

O gigantismo é, sem dúvida, inimigo da destreza. Fragiliza e cria dependência.

Contradictoriamente, as oposições são tanto mais necessárias quanto mais exígua. Seja-me permitido destacar a que o meu partido representa: por ser a mais expressiva, a mais consolidada, a que guarda em si mais capacidade expansiva e mais aptidão para funcionar como garantia real de que não correm risco as mais eminentes exigências democráticas e de justiça social. Estaremos à altura dessa responsabilidade.

V. Ex.^a e o seu partido controlam dois órgãos de soberania. Mas não são o soberano. E são tantas as

promessas acumuladas, agora sem alibi; tão interclasse-sistas as exigências; tão diversificadas as expectativas e as pressões; tão arrogantes os poderes de facto, que talvez se justifique a necessidade de alguma abertura e a ponderação de alguma modéstia.

Espero, sinceramente, que não venhamos a ter saudades do poder partilhado.

Tenho, entretanto, por certa a sobrevalorização, aos olhos dos Portugueses, da Presidência da República — em si e no papel que lhe cabe —, em resultado de ter passado a ser o único poder soberano efectivamente separado, como Montesquieu aconselhava que fossem todos.

V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, tem gozado, até níveis de espanto, dos favores da sorte. Que «S. Dólar» ...

Risos do PSD.

... continue a protegê-lo, se for para bem de todos nós. E que um ataque de modéstia — a que o não considero imune — o leve a não mais rotular de competência própria, que também a tem, os precalços da cotação de uma divisa alheia.

Se puder, tenha em boa conta que Portugal não tem 50% de ricos. Governe também a pensar nos pobres.

Risos do PSD.

A última coisa que estes desejariam era serem liberalmente abandonados à sua sorte.

Um último conselho. Não me pediu, mas estou com pendor para dar-lho. Tenha sempre presente a advertência que o grande Demóstenes, na sua famosa *Oração à Coroa*, em boa hora reeditada em Portugal, endereçou aos afortunados: «Quem julga ser mais bem sucedido, ou pensa que tem mais ventura, nunca sabe se ela subsistirá até ao anoitecer.»

Aplausos do PS, da ID e do Deputado Silva Lopes (PRD).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa anotou os pedidos de palavra dos Srs. Deputados Ângelo Correia, Pacheco Pereira, Mário Raposo, Costa Andrade, Dias Loureiro, Duarte Lima e Montalvão Machado, ao que suponho para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Deputado Almeida Santos, a sua intervenção foi elucidativa de várias circunstâncias, que convém esclarecer.

Em primeiro lugar foi elucidativa pelo facto de ter passado pela rama, superficialmente, o Programa do Governo. V. Ex.^a recusou o seu debate e, curiosamente, invocou ser o Governo a não querer o confronto de ideias, quando o Governo pôs às claras o Programa, apresentou-o, o Primeiro-Ministro e os Ministros falararam, e na altura em que se esperaria a contrapartida do diálogo por parte da oposição, afinal quem recusou o próprio diálogo, por não querer falar do conteúdo do Programa do Governo, foi a própria oposição, foi V. Ex.^a

Aplausos do PSD.

Mais curioso e elucidativo é o facto de V. Ex.^a não ter feito e ter dito uma coisa deliciosa, que é esta: os

Programas do Governo são quase sempre a reedição do primeiro ou do segundo. E ao mesmo tempo, nesta mesma Casa, no mesmo dia e no mesmo sítio, diz coisas gravíssimas: cuidado com o risco político que o País está a correr, que é o não debate da ideologia, o caminho para o fim das ideologias, quando se sabe que cada programa do Governo, cada programa concreto, reflete uma ideologia. E quem, de um lado, ao mesmo tempo, pode e alerta «cuidado com aqueles que defendem o fim das ideologias» é a mesma entidade, é a mesma pessoa que, ao fim e ao cabo, vem dizer que não vale a pena discutir a concretização das ideologias nos vários programas porque são sempre a repetição daquilo que uma vez, em 1976, foi feito.

Aplausos do PSD.

É elucidativa a diferença de discurso entre o Sr. Deputado e o Deputado Vítor Constâncio. Aliás, são dois tempos e dois modos do PS.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É que V. Ex.^a apelou e alertou para um conjunto de riscos que ninguém vê, ou, ainda pior, que o líder do seu partido ontem não viu.

Risos do PSD.

Era o líder do seu partido que ontem dizia ser verdade que perante a evolução da realidade social e cultural todos os partidos que estão vivos e procuram reflectir a modernidade escapam um pouco às velhas categorias tradicionais, esbatendo-se algumas fronteiras que pareciam estabelecidas no plano ideológico. É o seu líder de partido que o diz, não sou eu. E hoje é o Sr. Deputado que recusa esta visão.

Ontem, o seu líder partidário dizia, e bem, que há uma abertura do Governo, uma possibilidade de diálogo. Hoje, o Sr. Deputado Almeida Santos vê fantasmas onde, ontem, o líder do seu partido via aberturas e, fundamentalmente, capacidade de um entendimento futuro.

Ontem, o seu líder partidário via possibilidades de o País se entender. Hoje V. Ex.^a vê fantasmas onde eles não existem. Não sei se foi da noite se será da permanente noite em que V. Ex.^a tem vivido nos últimos tempos.

Aplausos do PSD.

Mas mais elucidativo é o discurso de V. Ex.^a em relação a alguns pontos. E permito interrogar-me sobre o que fez V. Ex.^a desde o dia 6 de Outubro de 1985 cá em Portugal. E ainda diz que vem aí o liberalismo, que o Programa do PSD nessa altura, e agora, é um programa sem inovação, sensaborão, sem interesse nenhum... A pergunta que ponho é esta: mas, que diabo!, com um programa tão sem inovação, tão sem capacidade, tão sem imaginação, tão sem garra para mobilizar o País, como é que esse programa tem 50% de votos e a capacidade genética e estrutural de V. Ex.^a e os seus dotes excelsos apenas conseguiram obter há um ano e meio 21%?

Aplausos do PSD.

Obviamente, o respeito e a admiração que tenho pelo Sr. Deputado Almeida Santos não me levariam nunca

a fazer algumas destas perguntas se ele não tivesse colocado as questões como as colocou, hoje, nesta bancada.

As coisas são o que são, e somos obrigados a tirar as ilações de acordo com o comportamento que as pessoas perfilham. E V. Ex.^a perfilhou um comportamento inusitado e não adequado.

Não é adequado V. Ex.^a, por fim, fazer um ataque à eventual dificuldade ou aos problemas que decorriam da privatização da comunicação social.

Mas o Sr. Deputado Almeida Santos, como aliás outros deputados desta Câmara ontem fizeram, comete o maior erro político de análise e de seriedade política e intelectual ao duvidar de uma falta de independência da comunicação social estatizada após a sua reprivatização, quando V. Ex.^a tem hoje em Portugal um sector já maioritário da comunicação social que é privado, que reflecte, clarissimamente, as diferenças de posição, a independência dos seus jornalistas, a capacidade clara de poderem perante o País projectar e expressar a pluralidade e a independência dos sectores a que eles próprios se reportam.

Fazer hoje um ataque à eventual reprivatização dos meios de comunicação social do Estado é insultar a capacidade dos jornalistas, das suas direcções, dos meios privados de comunicação social que hoje existem e que já se comportam como naturalmente e futuramente a reprivatização dos meios da comunicação social do Estado irão continuar a operar.

Fazer suspeções, hoje, dessa questão é já fazer suspeções reais sobre o modo como se comporta a pluralidade dos meios de comunicação social em Portugal: *O Diário, O Diabo, O Expresso, O Semanário, O Correio da Manhã, O Tempo, O Jornal*.

Curiosamente, VV. Ex.^m, quando atacam o meio de comunicação do Estado, no final atacam-no quando ele é do Estado e ao mesmo tempo atacam-no depois de ele ser do Estado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Qual é a lógica da vossa postura? Atacam tudo — preso por ter cão e preso por não ter?

Última questão: Sr. Deputado Almeida Santos, boa parte da sua intervenção foi curiosíssima. A primeira parte apenas lançou anátemas, dúvidas, expressou uma enorme sensaboria pela vida política nacional após um partido ter a maioria parlamentar, o apoio nacional maioritário, poder dispor de um governo homogéneo, de uma articulação clara com o partido que o elegeu e apoia, por querer ter, apesar de tudo, uma relação frontal, aberta, dialogante com a oposição, como disse ontem o Sr. Primeiro-Ministro e o seu líder partidário reconheceu. Vem hoje o Sr. Deputado dizer: «Mas que maçada, que problemas vêm para o País pelo facto de haver agora um governo maioritário!»

Dr. Almeida Santos, que é que V. Ex.^a andou a fazer nos meses de Outubro, Setembro e Agosto de 1985 quando apelou aos Portugueses, ainda por cima por escrito e com um cartaz, onde pedia, em concreto, um valor maioritário exactamente assegurado pelos valores que hoje ataca?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Almeida Santos deseja responder agora ou apenas no termo?

O Sr. Almeida Santos (PS): — Apenas no final, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Deputado Almeida Santos, teria muito gosto em ter tido agora uma oportunidade para lhe agradecer a saudação que fez aos novos deputados, como é o meu caso, mas infelizmente essa saudação foi acompanhada por um processo de menoridade ao conjunto dos deputados desta Câmara e, por esse motivo, não me parece que o deva fazer.

Tal saudação foi acompanhada, essencialmente, de uma menorização — e isso é que eu não comprehendo como é que se pode passar de um elogio tantas vezes excessivo e retórico das virtudes parlamentares para uma rápida menorização dessas virtudes a partir do momento em que se forma uma maioria na Câmara. Isso parece-me completamente contraditório.

Aplausos do PSD.

A primeira questão que gostaria de colocar directamente ao Sr. Deputado é a seguinte: se considera ou não normal a existência na vida democrática de maiores e minorias, exactamente porque o que me parece que se passa — e o discurso do Sr. Deputado Almeida Santos é um bom retrato disso — não é tanto uma manifestação de oposição, mas mais uma manifestação de impotência. O que na realidade se passa não é o problema de ter deixado de haver política, é que os senhores não sabem como é que a vão fazer nos próximos quatro anos.

Aplausos do PSD.

E de alguma maneira isso é evidente! Percebe-se agora que, após as eleições, passou o estado de choque e se entrou numa espécie de estado de susto, quer dizer, acordou-se de manhã e verificou-se que temos quatro anos à nossa frente, que vai haver um governo com um programa, vai haver governação e nós não sabemos muito bem o que havemos de fazer — e isso é evidente na contradição profunda entre o discurso do Sr. Deputado Vítor Constâncio e o discurso do Sr. Deputado Almeida Santos —, porque não sabemos, nem podemos, exprimir claramente em termos políticos os interesses que presidem à nossa actuação.

O que é visível nas contradições e flutuações do discurso do Partido Socialista é que não consegue compatibilizar as afirmações de princípio com os interesses e as clientelas que tem necessidade de defender...

Aplausos do PSD.

... e por isso oscila permanentemente entre um discurso mais mole, que no fundo se limita a dizer «nós somos oposição e exercemos o direito de oposição» — e depois não diz nada para substanciar por que razão é que exercem o direito de oposição —, e um discurso que no fundo nos ameaça com o fascismo, que nos fala de Salazar, que nos fala do fim dos partidos, o que é, evidentemente, um completo contrasenso.

Portanto, uma das questões que quero colocar é muito directa e tem a ver com o facto de saber se é ou não legítimo haver maiorias em democracia, se é

ou não legítimo essas maiorias realizarem o programa para que foram mandatadas e se isso não é um aspecto importante da vida democrática.

Em segundo lugar, desejava saber como devemos atender e interpretar a posição política do Partido Socialista, se pelo que diz o Dr. Almeida Santos se pelo que diz o Dr. Vítor Constâncio.

Por outro lado, a preocupação do Partido Socialista com o Estado parece-me inteiramente contraditória com a crítica ao clientelismo do PSD, porque é óbvio que a partir do momento em que se defende a diminuição do Estado se diminui a possibilidade de utilizar o Governo para se poder alargar a clientela a partir do poder político. Isso é evidente.

Aplausos do PSD.

O que me parece é que o Partido Socialista só está preocupado com a diminuição do peso do Estado, porque isso significa a diminuição do peso das suas clientelas, que nele já estão instaladas, e não se trata do problema de as substituir necessariamente, mas do problema de haver menos espaço para as meter.

Portanto, a outra questão que coloco é esta: por que razão é que, dentro de uma crítica ao clientelismo, não se salda a diminuição do peso do Estado, que, como sabe, é uma das formas relativamente difíceis de controlar e pela qual crescem as clientelas partidárias e as clientelas do poder político.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Raposo.

O Sr. Mário Raposo (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: É evidente que depois de um discurso *fleuve* e sem grandes «ardências parlamentares», como foi o do Sr. Deputado Almeida Santos, a capacidade interrogativa acerca dele rapidamente se esgota. Ela foi, na realidade, fundamentalmente esgotada pelos dois colegas que me antecederam.

Entretanto, para quem, como o Sr. Deputado Almeida Santos, tanto gosta, e bem, da pátria do contraditório, como certamente e na sua perspectiva não a encontra agora nesta Assembleia, fez reverter a pátria do contraditório para si mesmo. E, realmente, contradisse-se frontalmente. Por um lado, entende que uma maioria, o facto maioritário pelo qual tanto se bateu em 1985 e pelo qual todo o povo ansiou ao longo de tantos anos, se torna uma situação sedativa e faz perder o sentido do contraditório nesta Assembleia. Por outro lado, considera que o facto maioritário conduz, necessariamente (na perspectiva do Sr. Deputado Almeida Santos), ao fim das ideologias.

Exactamente o que o PSD pretende é que não haja fronteiras fundamentais entre os destinatários da sua actuação. É essa a intencionalidade do Governo, que pretende que a sua acção, o seu esforço, as suas tarefas, se desenvolvam e cumpram em favor de todo o povo português e não apenas em favor de um espaço privilegiado, porque portador de uma determinada ideologia. Este foi um ponto fundamental da sua contradição.

Por outro lado, lamentou que o Governo tenha ultrapassado a fasquia eleitoral, tenha batido um recorde. Está aqui, latente no fundo, germinando insidiosamente

e preocupantemente, para si e para o seu partido, o receio de que, findos estes quatro anos, como todos os recordes, a fasquia suba mais alto e o Partido Social-Democrata aumente ainda mais a sua actual percentagem eleitoral.

No fundo, o que o PS e toda a oposição, aliás numa postura que considero relativamente compreensível, recusam é esta afirmação do povo português, esta afirmação esmagadora e irresponsável, desde logo face a uma acção do que já estava feito.

Estamos aqui a discutir não apenas o Programa do Governo, mas aquilo que o Governo realmente já fez, porque este governo, sendo um governo diferente, se funda no mesmo corpo de ideias e no mesmo tipo de actuação.

Claro que o Partido Socialista e o Sr. Deputado Almeida Santos não poderão, evidentemente, gostar do *laissez faire, laissez passer*, porque quer se queira quer não, a partir de agora, até certo ponto, obviamente, e respeitadas as regras de controle parlamentar, de que nenhum Deputado consciente abdicará, o Sr. Deputado Almeida Santos e o seu partido têm que *laissez passer* mais do que deixaram passar na sessão legislativa anterior ...

Risos do PSD.

... em que, na realidade, boicotaram (é isso mesmo!), bloquearam alguns projectos fundamentais, que teriam feito que aqueles dezoito meses que se cumpriram com evidente proveito para o povo português, e que o próprio povo português, o tal povo português que é inteligente e que sabe o que quer, reconheceu, teriam sido ainda mais positivos. Realmente ocorreu, em determinados momentos, um nítido bloqueamento parlamentar, de que eu, aliás, na minha área —que não é uma área, digamos, polémica nesse aspecto—, não me posso queixar. O certo é que assistimos, foi aqui patenteado, outros pontos, a esse bloqueamento.

Finalmente, e se o Sr. Presidente me permite, vou completar a minha interrogativa. Não sei por que o PS e o Sr. Deputado Almeida Santos (devo dizer-lhe, eu dirijo-me sempre a si muito afectivamente, mesmo quando de si discordo frontalmente, como neste momento) insistem na problemática constitucional. Tenho muito gosto em discordar; aliás, a consonância surge, por vezes, da dissonância; a nossa consciência pessoal tem, neste momento, uma total dissonância de perspectivas e de pontos de vista. Eu não sei porquê, ao referir-se a um programa do Governo, ao criticar-se um programa do Governo onde apenas *en passant* se refere, se remete, para a revisão constitucional como pressuposto da actuação e da implementação de determinadas medidas, o Sr. Deputado Almeida Santos e o Partido Socialista tanto se apegam à ideia da revisão constitucional. A verdade é que é este o sopro da oposição, digamos, negativa, que se pode interpor para a normalização final da vida deste país.

Portanto, Sr. Deputado Almeida Santos, eu queria dizer-lhe que o Governo —estou certo disso, assim como todos os deputados da minha bancada e, no fundo, todos os deputados— vai intervir, porque mesmo para desregular é necessário regular. Se necessário, o Governo intervirá. E irá intervir, neste momento, com maior legitimidade, com maior estabi-

lidade, a legitimidade que lhe outorgou o povo português e, por que não dizê-lo, a estabilidade que resultou da acção do anterior governo.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Andrade.

O Sr. Costa Andrade (PSD): — Sr. Deputado Almeida Santos, o seu discurso deixou-nos francamente preocupados.

O Sr. Deputado Almeida Santos, a quem esta Câmara deve das melhores páginas de oratória parlamentar, apresentou-nos hoje, aqui, um exercício que não está à altura dos seus créditos.

Trata-se de um discurso minado por insanáveis contradições. Há uma contradição de fundo que perpassa por todo ele: começa por falar, numa espécie de atitude apocalíptica, da existência de uma maioria. A maioria — princípio dogma do discurso do Sr. Deputado Almeida Santos — é uma catástrofe. A criação de uma maioria em Portugal é o apocalipse — princípio dado.

Mas, por outro lado, e ao mesmo tempo, fala da oposição dizendo: «da oposição, salva-se a exceléncia da oposição do Partido Socialista, porque é a maior, a mais consistente e a que está em melhores condições». Daqui resulta um dogma implícito: «quanto maior, melhor..., o ideal seria o Partido Socialista».

Aplausos do PSD.

Agora, em relação à oposição, o bonito já não é o pequeno, o bonito é o «quanto maior, melhor». Implícito neste discurso, o ideal seria que o PS assumisse o gigantismo da oposição.

Ao mesmo tempo vai também dizendo que no arquétipo dos poderes políticos há outra estrela que brilha com particular fulgor: o Presidente da República, que é aquele para quem nós olhamos. Penso que essa figura não devia ser aqui trazida, mas cá vem ele, uma vez mais.

Mas o Presidente da República, Sr. Deputado, também foi eleito por maioria, e por uma maioria absolutamente incindível, porque se trata de um órgão unipessoal. Só que, em relação a ele, o PS ainda se julga estar mais próximo da fogueira, com alguma legitimidade acrescida.

O mal não está nas maiores, está no facto de elas não estarem do nosso lado; porque aquelas que estão próximas de nós, essas são excelentes.

Risos e aplausos do PSD.

Mas, digamos, o importante não é isto, Sr. Deputado. O importante (e o preocupante) é a atitude do PS, pela voz do Sr. Deputado, perante o fenômeno de existir ou não uma maioria de Governo em Portugal.

O Partido Socialista, pela voz do Sr. Deputado Almeida Santos, disse que Portugal deixou de ser a pátria do contraditório. Não é verdade, Sr. Deputado. Deixou de ser a de um certo contraditório, que era o contraditório do sistema político fechado, onde as forças políticas se contradiziam, se anulavam reciprocamente e apareciam nos próximos actos eleitorais sem a incerteza e sem a plena responsabilidade, porque, entretanto, desculpavam-se com o teatro do absurdo que ia correndo no micro-sistema político.

O verdadeiro contraditório, Sr. Deputado, começo agora. É com uma maioria que vai ter quatro anos para governar, com uma oposição que se vai candidatar em alternativa, que agora começa o verdadeiro contraditório. Só que é um contraditório perante o povo português, não é um contraditório de subterfúgios, de ameaças reciprocas dentro do sistema e da comunidade política. O verdadeiro contraditório começa agora, mas a questão verdadeiramente preocupante é a de que não há um candidato alternativo, porque o PS disse que o bom não é haver uma maioria, o bom será — para usar uma imagem de uma cidade que, tal como a mim, lhe é cara — um país de partidos, do «Portugal dos Pequeninos».

Para terminar, dado que me revejo em todas as intervenções feitas pelos meus colegas de bancada, a questão que ponho é esta: o Partido Socialista renuncia à sua vocação, ao seu desafio de também, um dia, se constituir como alternativa? Com que é que Portugal pode contar?

Se um dia, por hipótese, o Partido Social-Democrata não obtiver a maioria, que Governo teremos? Será, de novo, um governo do «Portugal dos Pequeninos»? Será de novo um governo de pequenos partidos, do «Portugal dos Pequeninos», com o contraditório entre eles e sem o verdadeiro contraditório face ao povo português?

Com que é que o povo português pode contar da parte do Partido Socialista? Aspira ele a ser ou não, um dia, maioria? E se aspira a ser maioria, por que é que não festeja, independentemente do seu conteúdo, este facto verdadeiramente inovador, esta nova realidade que está aí, este salto qualitativo de termos passado para o regime das maiores, como a Espanha, de Felipe Gonzalez, a Grécia e tantos outros países da Europa ocidental governados neste momento (e bem) por maiores?

Esta é, Sr. Deputado, a minha pergunta: o PS candidata-se ou não? Que é que este povo pode esperar do Partido Socialista?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Lima.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Deputado Almeida Santos, a primeira sensação que se recolheu com o discurso de V. Ex.^a foi a de que ele tinha sido escrito há muito, muito tempo, muito longe. Talvez V. Ex.^a estivesse ainda em Macau — quase pensaria isso se não me tivesse cruzado consigo, há dias, a caminho do Algarve — e tinha mandado uma carta, muito antes de 19 de Julho, e que essa carta só agora tivesse chegado e só agora fosse lida, porque realmente não dá conta do que se passou depois das eleições de 19 de Julho. Isto apesar de o seu discurso continuar a ser um discurso belo, bem escrito, ritmado, como é seu timbre.

Anote que há uma grande desolação da parte de V. Ex.^a em relação à própria instituição parlamentar. V. Ex.^a parece que deixou de acreditar em tal instituição e no próprio exercício do direito da oposição pelo facto de haver agora uma maioria nesta Câmara.

Já houve outras maiores nesta Câmara. Houve no tempo da Aliança Democrática, mas também houve no tempo do bloco central, do qual V. Ex.^a foi um ilustre ministro e que teve a seu cargo as relações com o Parlamento.

Que mudou? Qual foi a alteração tão radical que se operou para que V. Ex.^a veja agora a função da Assembleia da República como se fosse uma espécie de Assembleia Nacional ou de Câmara Corporativa?

Foi este desalento, esta sensação de falta de crédito nas instituições democráticas que não esperava no discurso do Sr. Deputado e que é radicalmente distinto do discurso que V. Ex.^a ainda fez aqui há pouco tempo, penso que no decorrer da discussão da moção de censura ao governo anterior.

Falou do conservadorismo do Governo, e eu diria que conservador foi o seu discurso, porque repetiu os mesmos temas a que nos vem habituando, embora sempre com o mesmo brilho dos últimos anos.

Pedi que o Governo surpreendesse, governando bem. Sr. Deputado Almeida Santos, permita-me que lhe diga que acho que isso é impossível, porque os senhores nunca se surpreendem quando o Governo governa bem. Só se surpreendem depois dos resultados eleitorais. Terão de haver, portanto, novas eleições, porque até lá os senhores não se vão surpreender seguramente.

Aplausos do PSD.

Terminaria formulando um voto no sentido de que, por seu turno, V. Ex.^a não nos continuasse a surpreender com os seus discursos, porque esse será um sintoma de que vamos continuar aqui a comparar dois grandes talentos: da sua parte, um grande talento literário; à sua frente, um grande talento político, que é o Primeiro-Ministro deste governo, que se vão obviamente defrontar.

Aplausos do PSD.

Ele alimenta o seu talento literário e os seus discursos vão alimentar as nossas perspectivas legítimas de continuar a subir nas próximas eleições.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Santos.

O Sr. Almeida Santos (PS): — Srs. Deputados, gostava de entrar pelas vossas perguntas adentro, mas acontece que, se o fizesse, entraria dentro do tempo do meu partido e dos meus camaradas. Tenho, portanto, de responder-vos com grande economia.

Gostaria muito de dizer alguma coisa sobre a honra que me deram de se «deixarem provocar» pelo meu discurso. Este é o primeiro indício de que ele atingiu o objectivo. Acabou o marasmo nesta Assembleia, o qual vinha a ser uma coisa verdadeiramente lamentável. Aqui está a primeira reacção contra aquilo que eu recceio; atirei uma pedra no charco, provocou ondas, ainda bem!

Disse o Sr. Deputado Ângelo Correia que passei pela rama o Programa do Governo. Como sabe, entre aqueles que fiz e aqueles que tive de ler, por força das minhas funções, sou a grande vítima dos programas do Governo. Como tal, também li este, só que lhe encontrei tão poucas novidades, além daquela de que falci no meu discurso, que resolvi falar só nessa grande novidade e deixar as pequenas, que não existiam.

Repetem-se os mesmos chavões; promete-se o Céu e a Lua. Repetem-se as mesmas frases e até as mesmas medidas, com ligeiríssima margem de originalidade.

Só que, no fundo deste programa, há uma grande originalidade, e essa é a contradição que assinalei no meu discurso. Por um lado, continua a prometer tudo, e, por outro, diz ao Estado: «Vai lá para os fundos do palco, desaparece, asfixias-me. É preciso que desapareça da cena política, porque temos Estado a mais e é preciso que tenhamos Estado a menos.»

Essa é que é a novidade deste programa.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado. Desde que não me descontem tempo, não há problema nenhum em me interromper.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Muito obrigado pela amabilidade.

Fico preocupado ao constatar que V. Ex.^a diz existir uma diferença fundamental neste programa do Governo e que o resto é igual.

Então como é que V. Ex.^a justifica e legitima a moção de rejeição do Programa apresentada pelo PS, estabelecendo exactamente que o que faz levar o seu partido a rejeitar o Programa deste Governo é a diferença em relação a ele? Ora quando V. Ex.^a, afinal, vem dizer que não há diferença nenhuma, a não ser num aspecto essencial, que é que está certo: a moção de rejeição do PS ou o discurso de V. Ex.^a?

O Orador: — Nas suas intervenções, como sempre, houve mais sofisma do que razão.

Risos do PSD e do PS.

Queria dizer-lhe o seguinte: o facto de, na parte descriptiva, ser a «mesmice» mais completa não impede que no fundo surja o mais grave Programa já aqui apresentado — aos meus olhos, se me dá licença.

O Sr. Deputado queria com certeza que eu chegassem aqui e o felicitasse, ao seu partido e ao seu Governo, por nos terem trazido um programa que destrói o Estado, que comete tudo à iniciativa privada, que diz que o Estado o asfixia. Queria que, no fundo, fosse retomar lá do fundo dos séculos um liberalismo que já caiu em desuso e que eu aparecesse aqui decrépito, muito triste, a dizer «pois tem de ser, temos uma maioria e temos de respeitá-la».

Não. Nós vamos protestar contra esse esvaziamento do Estado; vamos protestar contra a retoma tardia e requentada desse liberalismo que já ninguém no mundo perfilha; vamos lutar contra isso, Sr. Deputado, queiram ou não queiram, agrade-vos ou não. Este meu discurso é, porventura, a primeira pedra desse nosso protesto.

Por outro lado, não venham tentar explorar desentendimentos entre mim e o meu querido camarada Vítor Constâncio, cujo discurso brilhantíssimo tanto apreciei. Nós praticamos a divisão do trabalho e a divisão das tarefas. Iríamos dizer as mesmas coisas por quê? O que eu disse foi aquilo que certamente ele tem no seu espírito como preocupação, só que calhou a mim dizer-lo e não a ele.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não fui eu que inventei o ataque às ideologias e aos partidos, como também não inventei

a falta de ar por o Estado ser tão pesado. Isso existe no discurso permanente do Sr. Primeiro-Ministro, nos documentos deste governo, desde que é governo — porque não começou agora, mas é o mesmo, com a tal diferença da cosmética. É isso que me preocupa, Sr. Deputado.

Julga que eu apareceria aqui decrépito a dizer «paciência, resignemo-nos»? Não, não me resigno e têm de aceitar as nossas pedradas no charco.

Diz que eu vejo fantasmas, e vejo-os. O liberalismo é um fantasma, até pela sua antiguidade, pois até já tem lençol. Foram desenterrá-lo não sei de onde. Enfim, estão a copiar o Sr. Chirac, que também não há-de ir longe — basta esperar pelos resultados do seu governo.

Quanto à «noite permanente» em que tenho vivido, sendo mais velho que o Sr. Deputado, vivi durante muitos anos uma noite terrível, e embora eu esteja convencido de que não regressaremos a essa noite, não será por minha concordância que nos aproximaremos dela.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Diz que a grande contradição foi eu ter pedido 43 %. Foi um erro que cometi — e reconheço sempre os meus erros —, só porque depois se viu que estava muito longe da possibilidade de atingi-los, porque, enfim, aconteceu o fenómeno do PRD, que, suponho, nem o Sr. Deputado, com a sua presciência, era capaz de prever.

Mas o que não pedi foi 43 % para destruir o Estado nem para a retoma do liberalismo. Os meus 40 % não me preocupavam; a vossa maioria, nesse aspecto, preocupa-me.

É legítima a vossa maioria e disse-lhe que é democrática.

O Sr. Deputado Pacheco Pereira perguntou-me se eu não acho normal a existência de maiorias. Claro que acho, e eu mesmo disse isso. Perguntei como é que vai ser agora. Felicitei o Sr. Primeiro-Ministro por ter atingido a maioria, mas não me proíbam de fazer perguntas. Quero e gosto de saber como vai ser.

Já há muitos anos que ouço essa canção de embalar. Mesmo na tal noite existia uma canção de embalar, e sei com que violência as realidades negavam essa canção.

Agora sei que não vai ser assim, mas também não estou à espera que regressemos ao ponto de partida de antes do 25 de Abril. Não quero é que, efectivamente, as vossas promessas — como, aliás, aconteceu no passado — continuem a ser belas promessas, mas que, no fundo, não passem de palavras.

As realidades desmentem-no, como, por exemplo, no clientelismo, na tal liberdade e pluralismo dos órgãos de informação. Se o meu amigo quiser negar a realidade, faça favor, mas não o acompanho nessa negação.

Ao Sr. Deputado Pacheco Pereira já respondi em parte. É normal a existência de maiorias e de minorias, mas não me leve a mal por não confiar tanto na vossa maioria como confiaria numa maioria nossa. Tenho as minhas reservas à vossa maioria.

Falou que fiz uma menorização dos novos deputados, o que não fiz; mas fico já de lápis afiado à espera de ver quantas vezes o Sr. Deputado vai votar contra as propostas do Governo.

Aplausos do PS.

Diz que o fim dos partidos é um completo contrassenso — eu também acho e concordo com o Sr. Deputado. Mas por que se atacam, então, tanto os partidos? Por que razão se diz que os partidos, eles, sim, são uma coisa menor que não devem ser chamados à discussão dos grandes problemas nacionais? Por que é que as convenções, as ideologias e os partidos ficam fora das preocupações deste governo e do Sr. Primeiro-Ministro?

Talvez me queira explicar, nesse caso, quem menoriza: se eu, os deputados, ou o Sr. Deputado, os partidos e as ideologias.

O Sr. Deputado disse que se se diminui o Estado se diminui o clientelismo. Desculpará que lhe diga, mas isso é igualmente um sofisma, porque o problema é o de saber quem vão ser os herdeiros do actual Estado — e aí é que se põe o problema do clientelismo.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado Mário Raposo, tenho muito gosto em voltar avê-lo nessa bancada, onde espero que deixe mais saudade do que deixou no Ministério da Justiça, apesar de todo o apreço e admiração que tenho por si.

Diz o Sr. Deputado que vamos deixar passar mais agora, além das considerações que fez. No voto sim, obviamente; na emissão de opiniões e na crítica activa e construtiva, não. Vamos ser, porventura, mais oposição do que nunca, porque é disso que mais precisamos. Não tenha ilusões a esse respeito.

O Sr. Deputado Costa Andrade premeia-me sempre com as suas considerações, e agradeço-lhe por isso.

Diz que eu acho que a maioria é uma catástrofe. Espero que não o seja, mas receio que o venha a ser.

No que respeita à oposição, diz que afirmei que quanto maior, menor. Não foi isso o que eu disse e não falei do tamanho do meu partido — leu ou ouviu mal o meu discurso, não está lá a palavra «tamanho». O que eu disse foi o contrário, ou seja, que as opiniões são mais necessárias quanto mais exígues. E mantenho esta afirmação.

Diz que o Presidente da República também foi eleito por maioria. Como sabe, o Presidente da República não podia ser eleito de outro modo.

Risos do PS e do PCP.

O que disse e continuo a dizer é que há uma sobrevalorização da Presidência da República pela circunstância de passar a ser o único órgão de soberania verdadeiramente separado. Os outros estão, como disse um pouco caricaturalmente, um num bolso e o outro no outro bolso do Sr. Primeiro-Ministro.

Diz que o verdadeiro contraditório começou agora. Como sabe, adoro a ironia e felicito-o, pois esta foi uma bela ironia, não há dúvida. Ao dizer que o verdadeiro contraditório começou agora, consegui bater-me nas minhas preocupações de fazer alguma ironia.

Pergunta-se o PS renuncia a ser alternativa. Ninguém disse aqui nada que pudesse levá-lo a essa sua preocupação. Pelo contrário, entendemos que este resultado eleitoral não será um planalto, como pretende o Sr. Primeiro-Ministro; foi mesmo um pico, e pensamos ser evidente termos todas as condições para ser uma alternativa de poder.

O que não podemos, Sr. Deputado, é deixar, passiva e melancolicamente, que essa possibilidade de os vermos...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Almeida Santos, o Partido Socialista esgotou o tempo global, mas faça o favor de terminar.

O Sr. Almeida Santos: — Muito obrigado, Sr. Presidente, terminarei já.

O Sr. Deputado Duarte Lima insinua que sinto desolação pela instituição parlamentar. Não, não é a instituição parlamentar que está em causa. Alguém a pôs em causa nesta Câmara, mas não vamos ser hipócritas ao ponto de negar, mais uma vez, que o próprio Sr. Primeiro-Ministro pôs em causa o prestígio de tal instituição, não eu.

É evidente que lhe digo que o debate parlamentar vai ficar prejudicado na sua riqueza pela circunstância de haver uma maioria dócil que vai votar obedientemente todas as propostas do Governo. Mas, fora isso, o debate vai ser tão rico como sempre foi.

Acusa-me de ter repetido os meus anteriores discursos. Mas se os anteriores foram bons, por que é que este foi tão mau? Não foi mau...!

No que respeita ao confronto entre o meu talento literário e o talento político do Sr. Primeiro-Ministro, não lhe levo a mal que considere o Sr. Primeiro-Ministro um político talentoso — os resultados eleitorais isso o demonstram. Mas sabe que nem sempre estive de acordo com todos os homens talentosos. Já tivemos mais homens talentosos no nosso país com os quais estive metade da minha vida em desacordo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação (Roberto Carneiro): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Está hoje profunda e generalizadamente radicada a convicção de que não pode haver sociedade moderna, democracia consolidada e progresso sustentado a não ser com fundamento numa sólida base educacional. A história das nações, de resto, aí está a demonstrá-lo.

É meu intento, nesta oportunidade, expor a VV. Ex.^{as}, Srs. Deputados, não uma repetição do Programa do Governo, mas sim pressupostos e linhas orientadoras de política que informam esse Programa na área da educação e que reflectem o modo e a circunstância em que se traduz aquela convicção que referi inicialmente e o correspondente designio de acção política.

Antes e acima de tudo, a educação é exigência radical que decorre, naturalmente, do valor eminentíssimo da dignidade da pessoa humana; valor este que é a pedra de toque de uma cultura autêntica de liberdade.

Por isso, a educação é hoje reconhecida como um direito fundamental da pessoa, universalmente consagrado e expressamente contemplado na Constituição Portuguesa. Ao assumir por inteiro esta doutrina, o Governo interpreta toda a acção educativa como uma tarefa que essencialmente consiste na formação de homens livres: educar para a liberdade, e para a correspondente responsabilidade, é a essência mesma da educação. Isto significa e determina a colocação de toda a prioridade teórica e prática nos direitos e nas necessidades dos educandos e da comunidade em geral.

Sem esta opção não haverá verdadeiramente sociedade livre, porque a formação de homens livres é

incompatível com uma concepção monolítica de sistema educativo que seja incapaz de assumir, gerar e recriar continuamente as expressões da liberdade intrínsecas à natureza humana e à complexidade das sociedades modernas. Neste sentido a diversidade e a pluralidade, nos planos pedagógico e institucional, constituem fundamentos irrecusáveis de um ensino democrático.

Porém, a educação é ainda, sem sombra de dúvida, vistas as coisas por um ângulo económico e de progresso material, o investimento decisivo que determina o desenvolvimento dos povos e a conquista de níveis elevados de bem-estar.

Se esta concepção era já dominante no pensamento económico dos anos sessenta, ela tornou-se hoje quase obsessiva, no momento histórico em que se verifica a transição de um modelo industrial para um modelo pós-industrial de civilização, onde os factores estratégicos de vantagem já não são nem a energia, nem as matérias-primas, nem o capital fixo, mas, outrrossim, a inteligência, a informação, a inovação tecnológica, a criatividade, a adaptação à mudança, em suma, a qualidade do factor humano.

Aplausos do PSD e dos deputados Basílio Horta e Nogueira de Brito (CDS).

Deste modo, verificando-se aqui uma total convergência das exigências da dignidade humana e da liberdade pessoal e social, por um lado, e as exigências do desenvolvimento, por outro, haverá que concluir que a educação é, afinal, uma instância de síntese estratégica de promoção humana e de desenvolvimento social em toda a sua latitude.

Não admira, por isso, que, por toda a parte, lhe sejam reconhecidos os méritos de veículo privilegiado de preservação da herança cultural, sem a qual não há identidade, e também de veículo do sentido de renovação, sem a qual não há sobrevivência.

Desejo, contudo, acentuar ainda uma ideia importante que pode enunciar-se na afirmação de que o sistema educativo de um povo constitui, pela sua própria composição humana e pela sua função específica, uma instância onde, de modo exemplar, se demonstra a solidariedade vivida por essa comunidade. Ao lado de outras intervenções sociais, como a da saúde, a da Segurança Social e a do voluntariado, a educação põe à prova a solidariedade das gerações, a solidariedade para com todos os que têm necessidades educativas especiais, sobretudo para com os que à partida estão em desvantagem ou têm menos oportunidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Dos princípios sumariamente ilustrados decorre que a educação é, e tem de ser, uma prioridade nacional indeclinável. E como tal a assume o Governo, confiado numa consonância do País e dos seus órgãos de soberania.

Com efeito, pela sua própria natureza, a tarefa educativa tem de empenhar todo o corpo social: as famílias, as escolas, com os seus alunos e professores, as autarquias, as empresas, todas as instituições privadas de vocação educativa e cultural, enfim, as autoridades políticas e órgãos de soberania, em particular o Governo. Sem esquecer todos aqueles que contribuem para a vida da cultura e da comunicação, como os intelectuais, os homens de ciência e os profissionais de comunicação social.

Este esforço verdadeiramente nacional terá, de resto, de ser vivido como um esforço de geração, com a cons-

ciência de que os resultados se obtêm a longo prazo, e em que, por isso mesmo, terá de haver um profundo sentido de persistência e de estabilidade em torno de grandes linhas da política educativa e das estratégias que as sustentam.

Um tal propósito impõe condições de consenso nacional, que devem procurar criar-se por um tríplice esforço: em primeiro lugar, através de um diálogo alargado e honesto; depois através do respeito sincero pela diferença e da renúncia ao sectarismo.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Muito bem!

O Orador: — Finalmente através do reconhecimento da necessidade de decisão tempestiva e eficaz dos órgãos de soberania, no exercício democrático e equilibrado das suas competências.

Não obstante os esforços já desenvolvidos pelos governos anteriores, e a que há que prestar homenagem, e apesar dos progressos que devem reconhecer-se nos últimos anos, a situação educativa portuguesa está ainda marcada por problemas estruturais acumulados desde há décadas, responsáveis pelos atrasos graves que sofremos.

Refiram-se alguns aspectos: uma população com um fraco índice de estudos, uma mão-de-obra com enormes carências de qualificação, uma taxa de analfabetismo sem paralelo na Europa, sérios estrangulamentos no acesso à educação, deficiente qualidade dos serviços educativos, a todos os níveis, grave insucesso escolar, particularmente no ensino básico, fortes assimetrias regionais.

Não admira, portanto, que perante este quadro se tenha vindo a gerar um crescente consenso quanto à necessidade de mudança. De facto, não podemos perder mais tempo e este governo de legislatura elege claramente como uma grande prioridade a reforma do sistema educativo e o arranque para um progresso que, tendo por horizonte a transição do milénio, como resulta dos princípios que informam a Lei de Bases do Sistema Educativo, aposte, contudo, nos próximos quatro anos como um tempo em que se joga muito de essencial do período de transição para uma integração europeia plena.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Assim resulta um enorme desafio, verdadeiramente patriótico e histórico, que consiste praticamente em diminuir, de forma acelerada, a distância que nos separa dos países mais adiantados.

Neste desafio desejaria salientar cinco vectores fundamentais.

Em primeiro lugar, a democratização do ensino, de modo a cumprir a palavra de ordem «educação para todos», e não apenas para alguns. Na verdade, a escola é o nó estratégico e o instrumento privilegiado de promoção da igualdade de oportunidades numa sociedade.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, a aposta na qualidade, que tem de ganhar-se na reforma dos programas, na formação dos professores, na criatividade da escola, na autonomia e no desenvolvimento da universidade, no respeito pela diversidade e na promoção da excelência.

Em terceiro lugar, fazer viver uma ideia de dinamismo, de criatividade e de optimismo, que se poderá exprimir na ideia força da educação para o sucesso. Combatendo pela negativa, contra o insucesso escolar, e pela positiva, a favor de uma educação para a confiança e a autonomia, para a criação de homens competentes, empreendedores, inovadores e capazes de assumir riscos.

Aplausos do PSD.

Em quarto lugar, educação para a vida activa; isto é, para a participação cívica e cultural, tanto como para o exercício profissional. Em suma, para uma formação integral, que não descure nenhum domínio dos valores e da cultura, das artes e das humanidades, das ciências e das técnicas, da cultura física e da cultura do espírito, que fazem uma civilização avançada.

Em quinto lugar, a valorização da pátria, da língua e da cultura portuguesas: na ordem interna, designadamente nos planos de estudo e nos conteúdos programáticos, e bem assim na ordem das relações privilegiadas de cooperação com os povos de língua portuguesa, razões de ser e sustentáculos de uma vocação provadamente universalista que caracterizam a postura de Portugal no mundo.

Ganhar um tal desafio e satisfazer honestamente os referidos vectores fundamentais põe sérias e difíceis condições, de que me permito destacar três.

Em primeiro lugar, o resgate da escola, isto é, a recuperação do seu sentido próprio, face, designadamente, à burocacia e aos interesses parcelares. É preciso transformar a escola no centro vital de todo o processo educativo ao serviço dos alunos. É preciso que a escola não seja apenas «preparação para a vida»; é preciso que a escola seja ela mesma «vida».

Aplausos do PSD.

Dito de outro modo, uma escola atractiva, com projecto próprio, onde a aprendizagem se apresente como uma permanente aventura e o jovem possa conquistar espaços de realização e de felicidade.

Em segundo lugar, a mobilização generosa de pais, alunos e professores, de comunidades, da opinião pública e de todas as forças sociais que integram o tecido social por uma educação melhor.

Em terceiro lugar, um grande esforço da Nação no tocante à afectação dos meios financeiros indispensáveis para a realização deste grande objectivo nacional que é, numa curta expressão, a reforma educativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nos poucos minutos que me couberam, esforcei-me por traçar, de forma breve, um quadro de princípios, de propósitos e de condições que informam a orientação do Programa do Governo para a área da educação e que reflectem o espírito de diálogo que se requer. Com efeito, a primeira condição do diálogo efectivo é eliminar-lhe o espaço de equívoco.

Terminarci dizendo que não tenho ilusões quanto às dificuldades de toda a ordem que o programa do Governo para a educação vai defrontar na sua execução. Contudo, tenho o ânimo que me dá a profunda convicção de que estamos perante tarefa histórica e dramática, desafio que o povo português não pode perder. Por isso, o Governo conta com as forças de todos os que, libertos de sectarismos e de egoísmos estreitos, estejam dispostos a uma larga convergência e a um pro-

fundo acto de generosidade e de libertação, que o empenho educativo, bem entendido, consubstancia. Pela sua parte, o Governo empenhar-se-á sem regatear os meios e o trabalho esforçado.

Não há tarefa mais nobre do que criar esperança, formando, pelo espírito e pela cultura, os nossos filhos e os portugueses de amanhã.

Aplausos do PSD e dos deputados Basílio Horta e Nogueira de Brito (CDS).

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Correger da Fonseca.

O Sr. João Correger da Fonseca (ID): — Sr. Ministro, V. Ex.^a acabou de traçar um quadro verdadeiramente negro de um dos principais sectores do País, que é, realmente, o do ensino.

E acabou por dizer que tem à sua frente uma tarefa histórica e dramática, que assim mesmo classificou. Na realidade, a situação é dramática, mas também convém recordar, Sr. Ministro, que pelo menos há sete anos a grande responsabilidade por este sector, por esta situação dramática, é do PSD, que sobraçou essa pasta durante anos e anos a fio sem resolver os graves problemas do sector da educação e do ensino.

V. Ex.^a falou sempre, ao longo do seu discurso, da filosofia de um conceito de liberdade do homem livre.

Ora bem, vamos então a isso, Sr. Ministro, e, se não se importa, vou-lhe fazer umas perguntas.

O Programa do Governo utiliza, a p. 161, o primeiro eixo estratégico — é assim que é classificado — da política educativa ou da liberdade para defender o incremento do ensino privado, omitindo o n.º 1 do artigo 75.º da Constituição da República, que consigna a criação pelo Estado de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubram as necessidades de toda a população. Restringindo-se a educação pré-escolar em Portugal entre 1973, 1974 e 1983, em 1984 registou-se um aumento da taxa de inscritos de 187%, taxa que é de 2283% no ensino público, declinando 14% no ensino particular. Isto consta das estatísticas de educação de 1974 e 1984.

Deste modo, Sr. Ministro, será legítimo concluir que a generalização da educação pré-escolar contida no Programa do Governo é viável através da difusão da rede pública.

Já agora, observe-se que o distrito da Guarda, que registou maior percentagem de inscritos em relação à população do grupo etário respectivo, só tem rede pública.

Ora, no primeiro ciclo do ensino básico e no ensino oficial, no continente, o número de escolas primárias com um só lugar de professor perfaz 2771, ou seja, 28,5% do total, isto na análise de conjuntura do Ministério da Educação e Cultura de 1985 — estou-lhe a citar elementos do seu próprio Ministério.

Ora, supondo que, nos termos do Programa do Governo, também se oferecia a liberdade de optar pelo ensino privado, quais são, Sr. Ministro, as verbas que o Ministério da Educação prevê para realizar este seu desiderato? Por outras palavras, alargando o âmbito da questão a outros sectores do ensino, quantas dezenas de milhões de contos são necessários para preencher o tal eixo estratégico de liberdade, ou seja, o incremento do ensino privado?

Aguardamos com expectativa, Sr. Ministro, o próximo Orçamento do Estado para ver se, na realidade, o Sr. Ministro consegue cumprir com esta sua tarefa.

Uma segunda questão: em publicação também do Ministério de V. Ex.^a, editada em 1986, prevê-se para Portugal em 1995 uma taxa de analfabetismo literal, para maiores de 14 anos, de 9,4%, tendo como pontos extremos o distrito de Setúbal com 3,7% e o distrito de Beja com 26,3%. Além destes distritos, mais cinco distritos da zona interior excedem os 20%.

Na IV Conferência Internacional sobre Educação de Adultos realizada em Paris em 1985, com a participação de Portugal, recomenda-se a eliminação total do analfabetismo até ao ano 2000 e V. Ex.^a, Sr. Ministro, acabou de mostrar claramente a sua profunda preocupação pelo analfabetismo em Portugal.

Nesse caso, pergunto: aceita o Ministério da Educação as previsões atrás referidas, em que à excessiva taxa de analfabetismo acresce a profunda disparidade das desigualdades regionais? Se não concorda, quais as previsões que estima? E já agora, Sr. Ministro, pergunto se há ou não o intuito de seguir em Portugal a recomendação daquela IV Conferência referida. Finalmente, como pensa até ao ano 2000 acabar com o analfabetismo no nosso país?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Linhares de Castro.

O Sr. Linhares de Castro (PCP): — Sr. Ministro, infelizmente em matéria de educação o Governo não nos apresentou um programa. Digamos que nos apresentou um articulado de objectivos gerais, ao qual, em termos de educação, se poderá dizer que faltam os objectivos específicos, as estratégias e os recursos. Assim sendo, e porque o articulado é francamente vago, pretenderia que o Sr. Ministro concretizasse algumas das coisas que é possível ler no texto que nos foi distribuído.

A primeira questão é a seguinte: que medidas concretas vai tomar o Governo relativamente àquilo que no texto surge como a valorização — e estou a citar — social e profissional dos educadores e como vai distribuir no tempo essas medidas que eventualmente porá em execução?

A segunda questão que gostaria de lhe pôr diz respeito à acção social escolar. Também no texto distribuído o Governo refere — e volto a citar — o fortalecimento dos meios da acção social escolar e a adopção das medidas de justiça social que privilegiam os alunos mais carenteiados. Como pensa o Sr. Ministro e como pensa o Governo atingir estes desideratos quando, como sabe, os regimes de captação e de bolsas de estudo são de tal forma ridículos que muitas famílias que vivem com um salário mínimo não têm direito a apoios para os filhos que estudam? Vai o Governo manter o valor das bolsas, dos apoios e das captações? Ou vai, finalmente, o Governo dar razão ao projecto que o PCP tem repetidamente apresentado nesta Assembleia e que consubstancia um alargamento dos mecanismos de apoio social aos estudantes?

A terceira questão que gostaria de lhe pôr é a de que no mesmo texto distribuído pelo Governo não há nenhuma referência clara ao que será feito para acabar com a situação de milhares de professores que exercem com contratos a prazo, quer nos sectores de edu-

cação pré-escolar, quer nos sectores do ensino básico e secundário. São aquilo o que se chama os professores não efectivos destes sectores de ensino.

Que medidas pensa o Ministério da Educação tomar para acabar com os contratos a prazo de que o Sr. Ministro aqui falou no discurso de abertura deste debate?

Uma última pergunta: o Sr. Ministro sabe, e o Governo sabe também, que a educação de ensino especial foi profundamente mal tratada no governo anterior, de tal maneira que se acabou mesmo com as classes especiais e com as unidades de orientação educativa, o que significa, de facto, que milhares de crianças vão ficar sem apoios para as suas deficiências específicas se a situação não for resolvida.

Por outro lado, também, não se vislumbra no texto que foi distribuído pelo Governo uma referência a questões concretas relativamente às CERCIs e a outras instituições não lucrativas que dão apoio a crianças deficientes. Gostaria também que o Sr. Ministro esclarecesse sobre o que é que o Governo pensa fazer relativamente a esta matéria.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barreto.

O Sr. António Barreto (PS): — Sr. Ministro da Educação, por razões técnicas, políticas e doutrinárias, a parte do Programa relativa à educação distingue-se de outros capítulos do Programa do Governo. Acrescento que esta distinção é, em geral, por boas razões. Distingue-se também, e muito, do programa de educação do anterior governo e da política e da prática seguida pelo anterior governo, e neste capítulo devo dizer-lhe que anuncia-se progresso. Registamos a intenção.

Este programa anuncia também uma ruptura com oito anos de presença do PSD no Ministério da Educação. Devo dizer-lhe, Sr. Ministro, que o discurso que fez há pouco e uma boa parte do Programa apresentado são bons. Há desacordos, temos desacordos, uns importantes, outros de pormenor, mas o que o Sr. Ministro disse é bom, e registamos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Ministro, no seu programa, apela, ou solicita, ou sugere, consensos em matéria de educação. Devo dizer-lhe que, em princípio, estamos dispostos; todavia, queremos ver a sua acção, queremos ver a acção prática do Governo nos tempos que se seguem e queremos ter a certeza de que estamos perante uma seriedade de intenções. Vou-lhe dar um exemplo: no Programa o Governo anuncia que, a curto prazo — um, dois, três, quatro anos —, o orçamento da educação atingirá níveis europeus. Vamos aceitar que os níveis europeus actuais são à volta dos 6% em países que durante 10, 15, 20 anos, despenderam com a educação 6%, 7%, 8%, 9%, do produto bruto. Em Portugal estaremos polemicamente entre os 4%, 3,8%, 4,1%.

Queremos saber se é essa, realmente, a intenção do Governo e queremos ter a certeza, nomeadamente durante o debate do Orçamento e do Plano, de que se irá caminhar nesse sentido.

Devo dizer-lhe que do seu discurso me ficou, apesar de tudo, um mal-estar. E esse mal-estar advém depois de ouvir, com tanta frequência, a insistência do Governo no «menos Estado», no retirar o Estado da vida social e económica. Pergunto-me: será que também vão retirar o Estado da educação, depois do panorama negro que o Sr. Ministro acabou agora mesmo de sintetizar em poucas palavras e que nós socialistas vimos denunciando há anos? Será que o Estado vai sair? Não haverá aí uma enorme contradição com o compromisso que o Governo faz no capítulo de educação de aumentar o Orçamento?

Quero dizer ao Sr. Ministro e ao Governo que estaremos atentos, que estaremos muito atentos para saber se, de facto, este compromisso de esforço, de preocupação, de dispêndio com a educação vai realmente ser cumprido pelo Governo.

Queria, rapidamente e no minuto que me resta, disparar várias perguntas: quais são as alterações que o Sr. Ministro entende fazer no Conselho Nacional de Educação? Não será esse um excelente local para o diálogo, a negociação e a concertação?

O Sr. Ministro anuncia alterações sem dizer quais! Receamos que essas alterações venham retirar ao Conselho Nacional de Educação capacidade de diálogo e de negociação.

Será que o Ministério da Educação vai preocupar-se com a eliminação tão rápida quanto possível dos turmas, da escola em *part-time*, da escola aos bocadinhos?

Será que o Ministério da Educação se vai ocupar com aquilo que nós socialistas chamamos «a escola a tempo inteiro», a escola como comunidade cultural? Será que o Ministério da Educação vai retomar a questão famigerada do ensino do português? Será que o Ministério da Educação vai retomar, naqueles termos que prefiro não recordar, a questão da dedicação exclusiva dos professores e dos investigadores universitários?

Quais são, Sr. Ministro, os novos mecanismos que vai tentar pôr em prática para efectivar, realmente, uma democratização do acesso ao ensino, nomeadamente de todas as famílias pobres ou sem meios para lá chegar? Será que cinco, dez anos são um horizonte aceitável para que a escolarização obrigatória seja realmente universal? Mas para que se possa fazer nesse prazo de tempo é preciso começar já e muitíssimo depressa. Quais são os mecanismos, uma vez mais, que o Sr. Ministro pensa pôr em prática?

Que alterações, Sr. Ministro, relativamente à gestão das escolas? Vamos funcionalizar os professores? Pelas suas palavras pensei descortinar uma ideia de comunidade cultural na qual a gestão das escolas fosse mais democrática, mais responsável e mais autónoma. Será esse o seu projecto, Sr. Ministro? Se for, é também o nosso, tal como consta do nosso programa.

Como vai prosseguir o trabalho da Comissão de Reforma Educativa? Manter-se-á a Comissão? Será que vai trabalhar menos lentamente? Será que vai trabalhar mais publicamente? Será que vai trabalhar com maior participação de todos os interessados? O Sr. Ministro sabe muito bem que não pode fazer-se nada de importante na educação sem os professores, sem os estudantes e sem os pais.

Será, Sr. Ministro, que na escola vai haver mais cultura? E quais são os mecanismos que se vão criar para que isso aconteça? Será que a política cultural de um governo e de uma nação começa realmente na escola,

com bibliotecas, com salas de música, com instrumentos de música, com pavilhões de desporto? Será que a escola em *part-time*, a escola de passagem, a «escola frete», poderá acabar? Será que a cultura começa realmente na escola?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Conceição.

O Sr. Fernando Conceição (PSD): — Sr. Ministro, foi com grande satisfação que ouvi traçar as linhas mestras do Programa do Governo de uma maneira mais política, o que me leva, naturalmente, a sintetizar o meu pensamento em três aspectos apenas.

O primeiro, de agrado, por verificar a alta prioridade que é concedida à educação; o segundo — e isto tenho de o ressaltar, pois pela primeira vez o vejo num programa do Governo —, a assunção plena de dotar o Ministério da Educação dos recursos indispensáveis, e o terceiro o de que a política educativa não seja fechada e que haja um conjunto mais amplo de pessoas a participar no estabelecimento dessas grandes linhas. Isto é, o meu receio inicial seria o de que as linhas programáticas pudessem apenas advir de um diálogo entre o Governo e as confederações sindicais, por exemplo.

O problema da educação é demasiado importante para que toda a nação, na sua plenitude, não seja chamada a participar no seu desenvolvimento. Daqui decorre, até de acordo com as palavras de V. Ex.^a ao falar do desafio europeu que se põe, não apenas às novas gerações, mas à geração adulta de momento, que o que é importante é que o País seja dotado não apenas de mão-de-obra qualificada, mas de uma sociedade mais evoluída e mais educada. Ora, isto leva-me a pensar e a perguntar como é que o Governo encara a orientação desejável para uma autêntica e valorizadora política de educação de adultos.

Em segundo lugar, já que foram referidos tantos estrangulamentos no sistema, devo dizer que sou sensível a um que considero muito importante: o fim da escolaridade obrigatória tem implicações graves e dramáticas para a continuação de estudos. Assim, gostaria de saber que alternativas serão oferecidas aos alunos. Não haverá processo de resolver a dificuldade que cada vez mais se tem notado maior no acesso ao ensino superior? Que medidas pensa o Governo tomar, tendo em conta, inclusive, o tão falado aspecto da autonomia universitária?

Finalmente, e porque toda a reforma educativa pode fracassar sem professores qualificados — e quando falo de professores qualificados não me refiro apenas a portadores de saber, mas a homens e mulheres, na plenitude do termo, que sejam capazes de transmitir e sobretudo fazer amar a escola —, que pensa o Governo quanto à efectiva profissionalização de tantos e tantos docentes que não têm capacidade profissional?

O Sr. Ministro falou do resgate da escola. Gostaria que me dissesse se é sua intenção remodelar profundamente o actual sistema de gestão escolar de forma que a escola seja um lugar apetecível para professores e alunos e para toda a comunidade, sendo ela um centro dinamizador da cultura local.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero agradecer a todos os Srs. Deputados que tiveram a amabilidade de formular questões muito concretas, já que isso me permitirá, dentro do tempo de que disponho e não abusando da vossa paciência, esclarecer algumas medidas de implementação da reforma educativa que tenho como prioridades fundamentais no desenvolvimento do Programa do Governo e na abertura do diálogo a todas as forças sociais, designadamente aos partidos da oposição.

O Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca formula-me algumas questões fundamentais. Uma delas tem a ver com a liberdade e com a transposição dessa concepção fundamental que, penso, traveja toda a doutrina moderna dos sistemas educativos. Isto, no sentido em que penso que a liberdade é uma aquisição fundamental da civilização moderna, designadamente dos últimos 100 anos — não nos esqueçamos de que há 100 anos ainda havia escravatura no Brasil. Portanto, creio que esta é uma aquisição fundamental e um valor essencial que têm de ser vertidos na própria doutrina educacional e na organização dos sistemas educativos e que, a meu ver, ainda não estão plenamente contemplados na generalidade dos sistemas educativos.

Ora, o Sr. Deputado coloca a questão crucial e essencial da liberdade e pergunta-me como é que eu a vejo, em particular com a questão do ensino particular e cooperativo.

Sr. Deputado, é curioso que V. Ex.^a coloque esta questão, porque no contexto europeu, pelo menos no contexto da Europa do Mercado Comum, Portugal tem uma participação em percentagem da iniciativa social legítima em matéria de educação que é das mais baixas, senão mesmo a mais baixa dos países europeus. Como o Sr. Deputado sabe, no ensino básico e secundário essa participação percentual do total de matrículas não chega aos 9% e tem vindo sistematicamente a decrescer de há 30 anos para cá. Em matéria de ensino superior essa participação é bastante mais significativa, da ordem dos 20% e 22%, por razões conjunturais de mercado e em condições que, porventura, terão de ser objecto de uma revisão próxima futura, pela promulgação urgente do estatuto do ensino superior particular e cooperativo que expressamente vem referenciado no Programa do Governo.

Por conseguinte, Sr. Deputado, creio que o problema da liberdade, nesse aspecto concreto — no aspecto da pluralidade institucional e da diversidade de projectos pedagógicos legítimos numa sociedade que, a meu ver, não se confina ao ensino particular e cooperativo, mas que tem consequências radicais no próprio projecto pedagógico da escola pública —, tem de se colocar nos termos inversos àqueles em que o Sr. Deputado colocou.

O Governo tem a noção de que toda a iniciativa social legítima deve participar neste grande esforço nacional, naturalmente dentro de regras gerais para evitar que se criem escolas como se criam supermercados ou mercearias — que são coisas totalmente diferentes — e que os objectivos fundamentais e de interesse público da acção educativa devem ser garantidos independentemente da entidade que provê a educação.

É, pois, este o sentido da liberdade de aprender e de ensinar em que se traduz, de uma forma tão eminente, a própria noção de liberdade no sistema educativo.

Quanto ao problema do analfabetismo, creio que o Sr. Deputado teve algum azar ao colocar a questão. E digo isto porque na curta acção governativa que tive em 1980 — aliás, o Sr. Presidente da Assembleia da República era na altura Secretário de Estado da Educação — este foi justamente um dos sectores a que devotei maior intencionalidade de desenvolvimento e que sofreu um impulso muito significativo. Como se deve recordar, o Programa Nacional de Alfabetização e Educação Básica de Adultos tinha acabado de ser aprovado, em 1979, e havia enormes dúvidas e hesitações quanto à forma de o implementar e quanto ao ritmo e à intensidade dessa implementação. Permito-me, pois, dizer que 1980 foi um ano marco na educação de adultos e na tentativa de eliminação desse flagelo social que é uma taxa de analfabetismo muito elevada, que não tem paralelo no contexto europeu e no contexto das sociedades mais avançadas — 20,3%, segundo o último senso de 1981.

O Programa Nacional de Alfabetização e Educação Básica de Adultos teve, pois, um impulso decisivo. Em 1980 conseguiu-se um investimento superior àquele que estava previsto no próprio Plano — cerca de 190 000 contos, quando o Plano previa 170 000 contos —, lançaram-se as bolsas de actividade, quer no plano da investigação, quer no plano da provisão de acções concretas, destacaram-se mais de 600 professores, quota essa que, aliás, se manteve relativamente constante ao longo dos tempos. Depois de 1980 lançaram-se mais de 900 cursos, convidaram-se mais de 10 000 participantes para os cursos e para as oportunidades de formação de educação de adultos.

Como o Sr. Deputado sabe, os cursos diurnos ultrapassaram os 4000 alunos e os cursos intensivos nocturnos ultrapassaram os 6000 alunos, número máximo comparado com os anos anteriores e com os anos imediatamente posteriores.

Mais, Sr. Deputado: foram lançadas em Portugal algumas experiências inovadoras como a da educação recorrente, objecto do meu Despacho n.º 21/80, que é uma experiência que considero altamente relevante nas empresas, nos serviços e até na zona rural — foi lançada no distrito de Castelo Branco — e altamente promissora para as acções futuras da educação recorrente que têm de se ampliar e lançar.

Portanto, para futuro, esta é uma preocupação dominante do Governo e do Ministro da Educação. Creio que até ao ano 2000 haverá que, gradualmente e de acordo com as conclusões da IV Conferência, ir eliminando a estatística do analfabetismo em Portugal, que, em termos internacionais, é de facto vergonhosa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado Linhares de Castro referiu alguns pontos muito concretos em relação aos quais creio não ter tempo de me debucar detalhadamente.

A questão da valorização social e profissional dos educadores é vital. Como o Sr. Deputado António Barreto disse — e muito bem —, não há reforma educativa que se possa realizar por decreto, por despacho ministerial ou por lei da Assembleia da República. A

reforma e a alteração da educação acontece no foro íntimo da relação pedagógica da comunicação humana que tem lugar na sala de aula entre professores e alunos e não tem lugar na burocracia ou nos gabinetes do Ministério da Educação.

É, pois, este o sentido do resgate da escola. Estamos muito habituados a uma noção funcionalizada e puramente formal do exercício do poder e da implementação de reformas e das políticas públicas que não colhem, no âmbito, e no caso concreto da política educativa.

Em primeiro lugar, a política educacional diz respeito a pessoas que se querem livres e respeitadoras da personalidade dos outros — os educadores e os educandos — e tem lugar essencialmente nas famílias e nas escolas. É este o sentido eminentemente que atribuo à valorização social e profissional dos educadores.

Não há reforma educativa que possa vingar sem que seja possível mobilizar, mas de forma dinâmica, todo o corpo docente e todos os professores. Esta mobilização terá de passar por formas de valorização social, desde o estatuto social dos professores. Costumo dizer que não há sociedade desenvolvida que não aprecie os seus educadores como sendo um dos estratos estratégicos da população mais importantes.

Sr. Deputado, veja o Japão, que é talvez o caso mais flagrante de uma comunidade educativa — como eles se chamam a si próprios —, onde o professor tem um estatuto social privilegiado. É este é o meu sonho, o de que o professor tenha em Portugal um estatuto privilegiado nas comunidades e na sociedade em geral.

Aplausos do PSD.

Isso passará, certamente, pela discussão, pela negociação incessante e pela aprovação do estatuto da carreira docente não superior, que constitui, como sabe, uma lacuna no sistema. Existe já a carreira docente do ensino superior universitário; no entanto, em relação ao ensino politécnico penso que o estatuto terá de ser revisto, a breve trecho, e, nomeadamente, terá de ser feito um grande esforço no sentido de fazer um estatuto que seja estimulante, que possa premiar o mérito, que possa levar a que todos aqueles que tenham vontade de, de forma mais competente e mais digna, exercer a profissão docente o possam fazer e acceder a formas não apenas de personalização mas também de formação contínua. Penso que a chave do problema da valorização dos professores é a da formação contínua e a da indução profissional, muito mais do que a formação inicial, que também é importante.

Há um relatório muito interessante feito há cerca de vinte anos em Inglaterra — o Relatório James — que já fez essa proposta. A formação inicial é importante, mas a estratégia essencial de apoio e de valorização dos professores tem a ver com a formação continuada e com o período chamado de indução profissional, ou seja, os dois ou três primeiros anos de exercício profissional.

E isto não tem nada a ver com o sentido vertical, de cima para baixo, digamos assim, do magistério sobre os professores.

Acredito muito num sistema na base horizontal de permeabilização, de inovação e de contacto entre os professores, que os leve, eles próprios, a discutir as pequenas inovações, os pequenos problemas que têm e a encontrar as respectivas soluções, naturalmente com

o apoio especializado que tem de ser dado pelo Ministério, mas de modo a propiciar e a fomentar a horizontalização das inovações e a fecundação mútua de ideias e de projectos dentro desta liberdade que atinge o próprio professor, que atinge a própria escola.

Como o Sr. Deputado Ieu, no Programa do Governo a Acção Social Escolar aparece como uma das grandes prioridades do Governo, particularmente no ensino básico, onde as carências são enormes, são de toda a ordem: crianças mal alimentadas, crianças que não têm material escolar (estamos a um nível de 75\$/criança, em média, para o material escolar), e, deste modo, não é possível manter uma qualidade pedagógica, ou melhor, uma não degradação pedagógica. Com esse nível, isso é impossível. Vamos ter de trabalhar muito nesta área! Temos consciência das dificuldades financeiras, somos totalmente solidários com a necessidade de redução do défice público e de contenção das despesas públicas, mas vamos ter de encontrar fórmulas talentosas, fórmulas criativas, tudo isto com a participação de todos os sectores. Neste campo, as autarquias e os municípios têm uma palavra determinante, com quem vamos ter de entrar em conjugação e em harmonia.

O regime de captação é, de facto, um aspecto que, provavelmente, terá de ser revisto e vamos ter de atacar prioritariamente a área da acção escolar, designadamente no ensino primário.

Mas, Sr. Deputado, entendo que não é possível resolver *in limine* este problema enquanto não se resolver o problema mais vasto do financiamento de todo o sistema educativo e da maior participação privada nesse financiamento.

Isto para lhe dizer, como está de resto registado no Programa do Governo, que uma plataforma de entendimento muito vasta terá de ser discutida e negociada quanto a uma maior participação das famílias e dos alunos que podem pagar, nomeadamente os mais ricos, de famílias de mais altos rendimentos económicos ...

O Sr. António Barreto (PS): — Muito bem!

O Orador: — ..., que podem pagar o custo real do ensino, para que as crianças das famílias mais desfavorecidas tenham mais bolsas, tenham mais apoios para aceder ao ensino que merecem.

Sr. Deputado, este é um ponto fundamental que o Governo tem em mente e em relação ao qual está desde já aberto a uma larguíssima plataforma de entendimento.

É ridículo, devo dizer, que as propinas de matrícula e as de frequência do ensino superior se mantenham praticamente imutáveis em Portugal desde 1941: 1200\$/ano, 300\$/disciplina/semestre.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É ridículo! Penso que há que ter a coragem de o dizer. Aqueles que podem pagar devem pagar em condições cada vez mais próximas do custo real. Aqueles que não podem pagar, em regime de determinação rigorosa das captações, devem ser objecto de medidas mais extensas e mais democráticas de justiça e de equidade social.

Aplausos do PSD.

Já respondi parcialmente à questão dos professores provisórios, elas vão ter de ser rapidamente estabilizados. Aliás, como sabe, há uma negociação já bastante adiantada nesse sentido, o que não tem necessariamente a ver com o processo de profissionalização.

A profissionalização, em Portugal, tem de ser encarada como um regime transitório. Desejaria que dentro de três ou quatro anos não tivéssemos mais de falar em profissionalização, em exercício ... e falássemos sim em formação contínua e em formação permanentemente dos docentes.

Aplausos do PSD.

Vamos trabalhar muito rapidamente para ultrapassar esta situação anómala que existe no sistema: a de haver 15 000/20 000 professores que não tiveram qualquer formação pedagógica para esse exercício.

Muitos professores, pela sua prática pedagógica, pela sua experiência comprovada, porventura já deram muito do melhor que têm e, porventura, já atingiram patamares de qualidade de exercício pedagógico muito próximos até de professores habilitados e profissionalizados.

Vamos ver esta questão à luz de uma visão humana e eminentemente pedagógica do problema, e não burocrática ou meramente formal.

A educação especial é uma das questões essenciais do direito à educação, nomeadamente de certas minorias em desvantagem (crianças com dificuldades de aprendizagem). Sou pela total integração das crianças em classes e em escolas normais, até a limite daquilo que não pode ser integrado. Não podemos segregar as nossas crianças, desde as inusitadas às com deficiências mentais ou físicas ligeiras.

Temos de desenvolver este sentido de fraternidade e de solidariedade desde a própria escola, que leve à integração na comunidade educativa dessas crianças. Elas têm de ser iguais a todas as outras, brincando, divertindo-se, sendo felizes como qualquer outra criança normal na instituição escolar normal. Isso passa, naturalmente, por condições específicas de apoio aos professores, classes especiais, materiais, etc., que, iremos em devido tempo, naturalmente, tentar prover.

O Sr. Deputado António Barreto referiu alguns desacordos, e ainda bem.

A procura do consenso e a abertura ao diálogo não podem ser a união nacional. Haverá, com certeza, desacordos, porque se não muito preocupado ficaria eu e o Sr. Deputado. Mas vamos frontalmente discuti-los e procurar negociar — democracia é isto mesmo, é a negociação dos conflitos até ao limite da capacidade de diálogo das pessoas — e depois vamos decidir tempestivamente. A decisão tempestiva é também uma regra de outro da democracia.

Sr. Deputado, quanto ao orçamento da educação há, naturalmente, um compromisso. É a primeira vez que aparece um compromisso tão forte com esta matéria da parte de um governo constitucional. Evidentemente que, dentro da solidariedade com os princípios da política financeira e da política económica global do Governo, vamos desenvolver um grande esforço neste grande e indeclinável prioridade nacional, onde se vai jogar a vitória ou a derrota de Portugal.

Quanto ao retirar o Estado da educação, eu tenho um ponto de vista diferente. Penso que o Estado não pode sair da educação. Ele terá de estar presente, nem

que seja como regulador. Embora sem tempo para desenvolver esta tese, considero que há uma grande diferença entre Estado regulador e Estado regulamentador e, por isso, defendo mecanismos de regulação do Estado pela mínima regulamentação — é uma questão que deverá ser desenvolvida em termos doutrinários.

Como tal, defendo que o Estado não pode abster-se de exercer as suas competências e de prover, dentro do interesse público, a educação, nomeadamente para os mais desfavorecidos, e garantir igualdade de oportunidade de acesso, dentro do princípio de que todos devem ter acesso a todas as instituições e da forma mais pluri possivel à diversidade institucional.

O Conselho Nacional de Educação trata-se de uma instância que também já devia ter sido criada há muito tempo, desde a extinção da Junta Nacional de Educação na Lei Orgânica do Ministério, em 1971-1972. É uma instância decisiva, é um fórum institucional de concertação onde podem estar representados os parceiros sociais, promovendo a concertação de todos os segmentos da sociedade interessada nesta matéria.

Penso que há alguns aspectos a melhorar na lei que foi aqui na Assembleia da República aprovada, nomeadamente quanto ao funcionamento em secções e quanto à redução do elevado número de vogais (55/60), que torna praticamente impossível o funcionamento em plenário.

Teremos, certamente, que diminuir os turnos. Aliás, os três turnos, na escola primária, já são muito poucos. Vamos também ter de trabalhar no aumento do tempo efectivo de escolaridade das crianças.

Há ainda uma lista de questões, mas o tempo já é escasso. Pensei que vamos conversar sobre essas mesmas questões, como, por exemplo, o ensino do português, que considero vital, e designadamente o combate ao insucesso escolar.

Como já disse, penso que a reforma educativa se faz na escola com os professores e com os alunos.

Talvez tenhamos de reorientar os objectivos educacionais e toda a estratégica pedagógica do primeiro ciclo do ensino básico para valorizar como objectivo predominante a aquisição dos instrumentos fundamentais da comunicação rigorosa da linguagem escrita e oral, nomeadamente nos dois primeiros anos de escolaridade.

Penso, igualmente, que grande parte do insucesso escolar posterior se deve à deficiente aquisição, por razões pedagógicas, da língua nos primeiros anos de escolaridade, embora também se deva a factos exógenos à escola, como condições sócio-culturais e outras. Portanto, é um aspecto prioritário a considerar.

Aplausos do PSD e do CDS.

Para terminar, farei apenas alusão à gestão escolar e ao acesso ao ensino superior. Quanto a este, já está no Programa do Governo, e penso que devemos transferir, *grossos modos*, para as instituições do ensino superior a responsabilidade pela condução do esquema de execução do regime de acesso ao ensino superior. Quanto à gestão escolar, Srs. Deputados, em todas as democracias europeias de países avançadas a gestão escolar apresenta-se como um binómio de dois vectores fundamentais. Por um lado, a preocupação democrática: a gestão tem de ser democrática, altamente participada e aberta aos segmentos mais amplas da população (país, comunidade, autarquias) que nela têm de participar. A própria reforma da gestão escolar

recente, pela LODE, em Espanha, pelo governo de Felipe Gonzalez, apontou para aí. O mesmo sucedeu com a reforma do Education Act no ano passado, em Inglaterra, no sentido de uma mais ampla participação da comunidade, além da comunidade própria da escola.

O segundo vector que não pode ser esquecido é a própria eficiência e eficácia da gestão para que tenhamos, efectivamente, gestão escolar. Este vector da eficácia talvez tenha, nos últimos anos, ficado um pouco subsumido. Penso que passa bastante pela autonomia da própria escola e pela outorga à escola de possibilidades de ela poder decidir do seu futuro de acordo com o seu próprio, naturalmente respeitando regras gerais de orçamentação, que têm sempre de existir.

É esta aposta que quero fazer e que o Governo também deseja na gestão escolar.

Aplausos do PSD, do PS, de alguns deputados do PRD e dos deputados Basílio Horta e Nogueira de Brito (CDS).

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Correia Afonso pediu a palavra para que efeito?

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Sr. Presidente, é para interpelar a Mesa, nos termos regimentais, no sentido de saber quais os tempos usados e quais os tempos disponíveis.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. Os tempos disponíveis neste momento são: Governo — 31 minutos; PSD — 42 minutos; o PS esgotou o seu tempo; PRD — 13 minutos; PCP — 16 minutos; CDS — 12 minutos; a ID esgotou o seu tempo, e Os Verdes também esgotaram o seu tempo.

Srs. Deputados, recomeçaremos os nossos trabalhos às 15 horas e 15 minutos.

Está, pois, suspensa a sessão.

Eram 13 horas e 35 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 50 minutos.

Srs. Deputados, vai ser lido um relatório e parecer da Comissão Eventual de Regimento e Mandatos.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O relatório e parecer da Comissão Eventual de Regimento e Mandatos é do seguinte teor:

Em reunião realizada no dia 28 de Agosto de 1987, pelas 12 horas, foram apreciadas as seguintes substituições de deputados:

- 1) Solicitada pelo Partido Social-Democrata:

Américo de Sequeira (círculo eleitoral de Viana do Castelo) por António de Carvalho Martins. Esta substituição é solicitada ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 3/85 (Estatuto dos Deputados), com efeitos a partir de 28 do corrente, inclusive.

2) Solicitudada pelo Partido Socialista:

Abílio Aleixo Curto (círculo eleitoral da Guarda) por Jorge Alberto Santos Correia. Esta substituição é solicitada ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 3/85 (Estatuto dos Deputados), a partir de 29 do corrente, inclusive. O substituto assume funções nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 3/85.

Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concorrentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

A Comissão: Presidente, Mário Júlio Montalvão Machado (PSD) — Vice-Presidente, Jorge Lacião Costa (PS) — Secretário, José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — Secretário, João Domingos Fernandes de Abreu Salgado (PSD) — Daniel Abílio Ferreira Bastos (PSD) — Vergílio de Oliveira Carneiro (PSD) — António Paulo Martins Pereira Coelho (PSD) — José Assunção Marques (PSD) — Belarmino Henriques Correia (PSD) — Alberto Monteiro de Araújo (PSD) — Francisco Mendes Costa (PSD) — António José Sanches Esteves (PS) — Armando António Martins Vara (PS) — Rui do Nascimento Rabaça Vieira (PS) — João António Gonçalves do Amaral (PCP) — José Nogueira de Brito (CDS) — Herculano da Silva Pombo Marques Sequeira (MEP/PV).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não havendo inscrições, passamos à votação do presente relatório e parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da ID.

Srs. Deputados, vamos continuar o debate do Programa do Governo.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Correia Gago.

O Sr. Correia Gago (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Vou pronunciar-me sobre o Programa do XI Governo Constitucional com a independência que o grupo parlamentar em que me integro sempre me tem permitido, sem pretender, com isso, dar lições de democraticidade interna a ninguém. Com independência, mas, naturalmente, tendo como referencial os princípios dos documentos programáticos defendidos e apresentados pelo PRD, cujo conteúdo subscrevo, por isso me tendo de novo candidatado nas suas listas.

Começarei por assinalar, na generalidade, substancial acordo nas premissas, mas fundamentais discordâncias nas conclusões programáticas, que são o que interessa.

Indicarei, de entre essas discordâncias, as que se revestem, em minha opinião, de maior significado político, referindo-me mais especialmente ao capítulo II do Programa: «Modernizar o País. Criar mais riqueza.»

A política económica global que o Governo anuncia assenta na mais ortodoxa utilização do teclado monetarista para a regulação do funcionamento da economia e numa confiança ilimitada no comportamento dos agentes económicos privados e na concertação social para que o investimento cresça, a produção aumente e o desemprego se atenuem.

Sabemos, e tornámos já muito claro este nosso entendimento, quanto o desenvolvimento e a modernização económica portuguesa dependem da iniciativa dos empreendedores privados e do realismo das reivindicações salariais. Mas tal não nos impede de ler no Programa que a política macroeconómica do Governo irá favorecer a continuação de escolhas de investimento baseadas em mão-de-obra barata, aceita a degradação da repartição funcional do rendimento em prejuízo do factor trabalho, e enviesa o conceito de concertação social. É particularmente revelador, quanto a este último aspecto, o que se lê a pp. 59 e 60 do Programa. O que aí está escrito implica que se os trabalhadores fizerem o que o Governo espera ficarão convencionalmente vinculados a dar diariamente o seu contributo directo e real, em dinheiro, em poder aquisitivo, para a realização do que o Governo considera condição indispensável ao crescimento do investimento, enquanto os empresários ficarão livres de gerir as margens de lucro, assim, em parte daí resultantes, como o Governo quer, ou de outra maneira, livres de apostar ou não no reinvestimento dos lucros, mas beneficiarão, em qualquer caso, das contrapartidas que o Governo lhes oferece sem condições.

Os sinais políticos que aqui se contêm são claríssimos e, para nós, inaceitáveis; como é inaceitável que o Governo pretenda apenas fazer crescer o investimento, na sua expressão de agregado macroeconómico, nada se propondo fazer de concreto quanto à orientação desse investimento nos sentidos mais adequados à modernização do parque produtivo nacional, à diminuição da nossa dependência externa, a um posicionamento do País no quadro da repartição internacional do trabalho que não seja ditada apenas pela disponibilidade de mão-de-obra barata e por legislação laboral permissiva.

É verdade que, no capítulo sobre planeamento e desenvolvimento regional, se escreve, a p. 64, que «o papel do Estado será fundamentalmente dirigido para a optimização do investimento público e para o enquadramento e orientação do investimento produtivo privado». Todavia, quando mais adiante, a p. 67, o Governo anuncia o propósito de elaborar um plano de desenvolvimento económico e social regionalmente diferenciado, tal enquadramento e orientação do investimento estão significativamente ausentes do enunciado dos seus objectivos fundamentais e, por conseguinte, sem qualquer instrumentação que os sirva, para além dos anunciados incentivos de base regional e a actividade turística. Aliás, foi com expectativa que aguardámos que o Sr. Ministro do Plano nos desse mais

dados importantes sobre esta nova peça, denominada com intrigante adjetivação, nos dissesse quando vai aparecer, sob que forma, como vai ser preparada, para que vai servir.

A segunda área de discordância politicamente fundamental encontra-se na redução do papel do Estado e na excessiva confiança nos mecanismos do mercado.

Quanto ao papel do Estado, não é no plano dos princípios que coloco a discordância; é antes na observação da realidade histórica concreta que o nosso estádio de desenvolvimento constitui, em nada semelhante à dos países de onde importamos as modas, aliás, puramente revivalistas, que a eles lhe ficam bem, da retirada do Estado e das privatizações.

Reconheceu o Sr. Primeiro-Ministro que os Portugueses não constituem ainda uma sociedade moderna, isto é, uma sociedade que tenha gerado já elevados níveis de riqueza, instalado mecanismos eficazes e rotinados para a sua distribuição e redistribuição, assegurando esquemas de segurança e de assistência sociais que protejam capazmente os desempregados e os socialmente vulneráveis da angústia das situações em que se encontram, transitória ou continuadamente. Acrescentou que, não sendo ainda uma sociedade moderna, deve querer sê-lo. De acordo! Mas pensará o Sr. Primeiro-Ministro que para tal basta, ou sequer ajuda, governá-la como se o fosse? Não será evidente que faltam, pelo meio, décadas de governação empenhada da administração criteriosamente orientada de um processo de crescimento económico e de progresso social acelerados?

Disse o Sr. Primeiro-Ministro que, em Portugal e hoje, o Estado deve retirar-se de consciência pesada. Com todo o respeito observarei que isso não é uma retirada: é uma demissão!

Quanto ao mercado, cuja eficácia como orientador de escolhas microeconómicas e como estimulador da eficiência empresarial é para nós evidente, disse o Sr. Primeiro-Ministro «que o não sacrifica». Ainda bem! Mas o Programa, esse, é o que faz, só assim se justificando que os títulos dedicados aos sectores produtivos sejam tão assepticamente omissoes na indicação de prioridades subsectoriais para a modernização estrutural do nosso aparelho produtivo. Nestas matérias, tudo acontecerá conforme os mercados tornarem mais cobiçável e segundo o que as Comunidades Europeias deixarem ou quiserem.

Ainda quanto ao papel do Estado, não posso evitar uma referência às privatizações, feita sem complexos, pois não tenho dúvida de que algumas, muitas mesmo, se contarmos com as participações do Estado no capital de sociedades, se justificariam com dificuldade e com lógica. Mas tenho de denunciar que o Programa cai no vício oposto ao que pretende combater, substituindo a mística das nacionalizações pela mística das privatizações. As alegadas vantagens de ordem financeira e orçamental que o Governo espera retirar das privatizações já foram aqui desmontadas pelo Sr. Deputado Vítor Constâncio. Apenas acrescentarei esta observação de mero bom senso: as empresas que estão bem não sobrecarregam as finanças do Estado nem os contribuintes; a sua privatização não é, destes pontos de vista, necessária e, se outras razões a aconselharem ou permitirem, o interesse nacional exige que tal não implique desestabilizações de estruturas empresariais, muitas delas consolidadas de fresco. As empresas que estão

mal haverá investidores privados que lhes peguem. O cavalo de batalha das privatizações poderá, afinal, não ir muito longe no seu anunciado galope. Se prevalecer o bom senso, portanto, não será de oposição sistemática o nosso pronunciamento sobre o que o Governo venha fundamentadamente a querer fazer neste domínio.

Tenho de denunciar também aqui, com surpresa, pelo rigor e pragmatismo de que o Governo se reclama e de que os seus membros são capazes, que essas disciplinas mentais de rigor e pragmatismo estejam ausentes no tratamento globalizante e, portanto, mistificador que é dado ao sector empresarial do Estado, conjunto cuja heterogeneidade o Governo bem conhece e cujo tratamento responsável requer análise, praticamente caso a caso, com primeira prioridade para os casos patológicos e sem prioridade nenhuma para as que estão bem ou sem problemas de maior.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Devo dizer, com frontalidade e com gosto, que o Sr. Primeiro-Ministro me transmitiu na sua apresentação do Programa do Governo e nas respostas que deu às numerosas questões que lhe pusemos a imagem de um governante consciente das suas singulares responsabilidades, de um homem sério e íntegro, de um cidadão animado de uma genuína vontade de acertar no exercício das funções que, com reconfirmada legitimidade, vai continuar a exercer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Só que nós não estamos aqui para julgar subjectivamente um homem, mas para apreciar objectivamente um programa.

Retendo, entretanto, e retenho como sinal de esperança, uma curiosa observação que o Sr. Primeiro-Ministro repetiu: a de que, pela sua prática, será muito difícil rotular este Governo. Oxalá, Sr. Primeiro-Ministro! Oxalá, porque o Programa, esse, está inapelavelmente rotulado.

Aplausos do PRD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Lima para pedir esclarecimentos.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sr. Deputado Correia Gago, um brevíssimo pedido de esclarecimento.

Relativamente à questão das privatizações, gostaria de conhecer melhor o seu pensamento e, eventualmente, apesar do seu estatuto de independente nessa bancada, o pensamento do PRD. É que eu penso que há uma contradição insanável na parte final da sua intervenção. V. Ex.^a diz, por um lado, «as privatizações, sim senhor, nós achamos que devem ser feitas, algumas com cautela» e diz, depois, o seguinte: «Mas cuidado, as empresas públicas ou nacionalizadas que estão boas, essas não sobrecarregam o Estado e, portanto, não devem ser privatizadas; aquelas que estão mal, ninguém lhes pega.»

Então, afinal, não vale a pena fazer privatização nenhuma. Se acha que vale, dentro deste enquadramento, que tipo de privatização é que V. Ex.^a considera — e o PRD, eventualmente — que deve ser feita?

Gostaria, e acho que era útil para a Câmara, que para além do pensamento do Governo, que V. Ex.^{as} entendem estar aqui mal explicitado, que a oposição e, em particular, o vosso partido dessem aqui um contributo no sentido de alargar um bocadinho o entendimento que pode ser feito sobre esta questão.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Correia Gago.

O Sr. Correia Gago (PRD): — Sr. Presidente, gostaria muito que fosse eu a responder, mas há compatriotas da bancada que estão inscritos e o PRD não tem tempo, pelo que vou entregar a minha intervenção ao Sr. Deputado para uma leitura mais cuidada.

O Sr. Presidente: — Para que efeitos pede a palavra o Sr. Deputado Duarte Lima?

O Sr. Duarte Lima (PSD): — A minha pergunta foi muito breve e nós dardímos um minuto para uma resposta do Sr. Deputado porque, para além de eu ter um conhecimento subjetivo e pessoal da sua resposta, acho que era enriquecedor para toda a Câmara conhecê-la também, de modo que nós, sem prejuízo do tempo da bancada do PRD, com todo o gosto lhe damos um minuto ou minuto e meio, se for necessário, para esclarecer este ponto.

O Sr. Presidente: — Se o Sr. Deputado Correia Gago quiser utilizar esse tempo, faça favor.

O Sr. Correia Gago (PRD): — Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua generosidade. Seria hipócrita se lhe dissesse que não estava à espera disso.

Risos.

Eu tive de ler muito depressa a minha intervenção e julgo que terá sido isso que impedia o Sr. Deputado de apreender o meu pensamento.

É evidente que as empresas, ou algumas delas, em alguns sectores da actividade económica, que estejam em boas condições financeiras podem, sem prejuízo, sem escândalo e, se isso for possível, sem desestabilização das suas estruturas internas, ser privatizadas.

Acrescentei que os numerosíssimos casos de participações sociais de capitais públicos em sociedades anónimas não me levantam dificuldade nenhuma. Aqui já tem — perdoar-me-á que não prossiga para não abusar da sua generosidade — um número elevado de casos em que as privatizações não nos levantariam dificuldades de qualquer espécie.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissac.

O Sr. Narana Coissac (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Srs. Deputados: A Constituição da República, depois da primeira revisão, deixou de exigir um acto formal da apresentação do Programa do Governo a esta Assembleia, passando o mesmo a ter a forma de uma declaração do Primeiro-Ministro. E também deixou de exigir que constem do programa «as principais medidas políticas e legislativas a adoptar ou a propor ao Presidente da República

ou à Assembleia da República para execução da Constituição», passando a bastar agora que delas constem «as principais orientações políticas e medidas a adoptar ou a propor nos diversos domínios da actividade governamental».

Pretendeu assim o legislador constitucional libertar o Executivo que entra em funções de um programa expositivo para quatro anos, o que naturalmente envolveria um risco de excesso de previsão e poderia limitar a liberdade de modificação da estratégia para a adaptar às mutações da conjuntura, para o Parlamento apenas analisar a traça mestra dos propósitos governamentais, relegando as medidas que poderemos chamar de secundárias para os planos de acção anual que a Assembleia da República examina aquando da apresentação do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano.

Por isso mesmo foi o XI Governo generoso em apresentar um volume longo e largo do seu Programa, não se contentando apenas com orientações de carácter geral. Não é lícito por isso criticá-lo por insuficiências, lacunas ou omissões no quadro das políticas sectoriais.

A declaração do Primeiro-Ministro, no nosso modo de ver, deveria ser um acto sumamente político, destinado não a sumariar o que é entregue à Câmara de uma forma escrita com antecedência satisfatória, mas a explicitar a estratégia política global que o Governo pretende adoptar no decurso da legislatura.

Desde logo porque esta estratégia global não pode ter uma visão estritamente partidária, mesmo que a formação que apoia o Governo tenha uma maioria parlamentar folgada, porque esta será sempre qualitativamente «minoritária» face às exigências nacionais e de mutação histórica que se verificam em períodos de transformações sociais rápidas, como sucede em Portugal no dobrar do milénio que coincide com a sua plena participação na Europa das Comunidades. Isto porque o interesse colectivo dos Portugueses não se confunde com os interesses da maioria parlamentar.

O manifesto eleitoral do CDS abria-se com este pôrtico simples, mas denso de conteúdo: «Nós temos uma ideia de Portugal, que colocamos acima de todos e quaisquer interesses.»

A declaração política do Sr. Primeiro-Ministro não nos evidenciou qual a ideia que o Governo tem de Portugal.

E isto é tanto mais de exigir quanto é certo que o Partido Social-Democrata, que está na base deste governo, não é um partido com princípios programáticos claros, não tem uma referência clara a uma escala de valores inspiradores que coincidam com os programas, as plataformas e os compromissos, como aliás demonstrou a campanha eleitoral.

A votação de 19 de Julho confirmou que o actual PSD é uma federação de interesses, inspirado numa mistura de forças *attrape tout*, inspirado numa filosofia de pragmatismo e de eficácia, que desemboca necessariamente na personalização do poder.

Por tudo isto, é preocupante que na sua declaração política o Sr. Primeiro-Ministro, tal como sucedera aliás com a apresentação do X Governo, não se tenha dado ao esforço de revelar a filosofia que orienta toda a acção programada para a presente legislatura, como dizímos em Novembro de 1985: «A falta desta filosofia é, sem dúvida, mais importante ou mais significativa que a falta de índice, reforça as suspeções tec-

nocráticas e legitima mesmo que se pense que o Programa é um bloco de medidas sectoriais reunidas num só documento sem um fio condutor.»

O CDS concorda em grande parte com o Programa do Governo, até porque, como ontem foi aqui afirmado pelo meu colega Dr. Basílio Horta, ele está mais perto do ideário centrista democrata-cristão que da social-democracia musculada e bernesteniana: menos e melhor Estado, uma liberdade mais livre e mais responsável, um Estado dimensionado para as novas necessidades e que possa responder aos desejos da modernização são também desde sempre os nossos estandartes.

Consideramos prioritária a profunda reforma da administração pública, reduzindo as áreas de intervenção do Estado, mas melhorando a qualidade dos serviços e contribuindo decisivamente para aumentar a dignidade da função pública. O Estado Português cresceu desmesuradamente depois do 25 de Abril e temos hoje mais burocracia e piores serviços. A partidarização da função pública, a ausência de uma política de pessoal e de valorização de carreiras, as constantes mudanças de organização dos serviços, afectam os direitos dos funcionários e prejudicam os utentes, que somos todos nós.

O Programa do Governo, todavia, não nos fornece qualquer indicação sobre como vai ser organizado o nosso novo aparelho administrativo e muito particularmente dentro deste universo o sistema de representação do Estado Português nas Comunidades Europeias, seja quanto à preparação dos agentes seja quanto às estruturas que os sirvam. Até aqui este importantíssimo aspecto resultante da nossa adesão à CEE tem sido completamente descurado, com grande prejuízo para a defesa dos nossos interesses, do nosso prestígio e da nossa credibilidade no exterior. Também nas tarefas da modernização da administração falta qualquer menção à organização de um sistema de informação dos agentes económicos, empresários, gestores e trabalhadores. Já dizíamos em 1985, e somos forçados a repetir agora, que este é um serviço que o Estado deve fomentar, sobretudo enquanto não forem suficientemente fortes nem suficientemente organizadas as estruturas associativas de empresários e dos trabalhadores, sobretudo na agricultura.

O sentimento de isolamento de centenas ou milhares de empresários portugueses no interior do País só pode ser vencido quando se lhes tornar acessível uma informação correcta e compreensível sobre as produções a que lhes convém dedicar-se, os métodos mais modernos de fabricação ou os mercados a que podem dirigir-se. Foi esta a razão por que no nosso manifesto eleitoral colocámos a reforma do aparelho do Estado em primeiro lugar no capítulo da organização do Estado, ao contrário do que fez o Governo, quando, na sua avaliação, a coloca como último dos seus imperativos. Também por isso continuamos a exprimir a nossa profunda dúvida sobre se o Secretariado para a Modernização Administrativa não é um instrumento demasiado débil para desempenhar as importantíssimas tarefas que lhe cabem para o referido redimensionamento e valorização do sector administrativo do Estado. Citarei a este propósito um trecho do Prof. Adriano Moreira:

A sociedade civil precisa de uma lei que lhe defina a autonomia e de um aparelho estadual que

garanta o exercício dessa autonomia. O Estado tem de assegurar o desempenho que lhe incumbe e que não depende das lutas partidárias; a justiça, o trabalho, a saúde, os transportes, as comunicações, as finanças, o crédito, a produção, a circulação de bens, a salvaguarda de recursos, não podem estar à mercê dos alinhos e desalinhos de conveniência. Têm de estar fora disso para que sejam possíveis sem dano. A Administração tem de ser entregue a um corpo com experiência, saber e idoneidade profissional. É a primeira medida destinada a salvar o que ainda resta. Um ponto final para que seja possível definir um novo plano de vida. Plano cuja trave mestra tem de ser a possibilidade de os Portugueses viverem em paz e em paz decidirem o seu futuro.

Outra reforma de fundo anunciada é a privatização. Privatizar a economia para valorizar a iniciativa privada e criar novos empregos foi e é a bandeira do CDS. Temos vindo a lutar por ela, poderíamos dizer desde o próprio dia em que a Constituição de 1976 foi aprovada.

O País vai finalmente libertar-se da herança do 11 de Março e das nacionalizações revolucionárias. Esperemos que o Governo também se liberte das pressões de «corporação dos gestores públicos» e não esmoreça neste grande passo para o progresso de Portugal. O acesso dos pequenos investidores e dos trabalhadores ao capital das empresas públicas ou participadas pelo Estado não deverá ser dissociado de uma nova política industrial no âmbito de uma sociedade aberta e concorrencial que se adeque às novas tecnologias e seja potenciado por uma política de investigação aplicada para aproximar a universidade da vida; de uma nova política comercial que permita a sobrevivência concorrencial de mais de meio milhão de agentes económicos sujeitos aos espartilhos da burocracia estatal e a uma legião de novas polícias sem farda das inspecções estatais que condicionam actualmente o espírito da livre empresa.

Na esfera da reforma social, o Programa do Governo exprime uma preocupação, para nós saudável, qual seja a de introduzir a flexibilidade necessária para uma correcta gestão de recursos humanos e a necessidade de se reforcarem os níveis gerais de produtividade e de competitividade da nossa economia, conjugada com a adaptação da legislação laboral às novas realidades. Sempre entendemos que a empresa moderna deve assentar no activo empenhamento dos seus trabalhadores, construído sobre fórmulas adequadas a promover a personalização e a individualização das relações, o seu entrosamento anímico e material nos resultados da empresa, o seu acesso à informação e à sua participação, individual e institucional, na vida de cada unidade.

O CDS contribuirá para a modernização da legislação laboral com vista à dignificação de um regime próprio para os titulares das funções técnicas, de chefia e de enquadramento, que, sem prejuízo dos direitos adquiridos ao abrigo do contrato de trabalho normal, introduza estímulos e compensações adequados às exigências, às responsabilidades e aos riscos próprios daquelas funções; e também para definição de uma política de retribuição de trabalho que premeie os mais esforçados, os mais competentes, os mais produtivos, e que no mínimo compense a participação dos tra-

lhadores através de distribuição dos resultados, nos acréscimos de produtividade que lhes possam ser imputáveis. Numa palavra, apoiamos uma política social que vise activamente a promoção do acesso dos trabalhadores à constituição na sua esfera individual e familiar de patrimónios próprios e estabilizados, designadamente sob a forma de aquisição de habilitação própria, da sua iniciativa ao nível empresarial ou da fruição de acções na empresa com estatuto adequado às suas funções.

A política agrícola não pode continuar a ser levada, como até aqui, a reboque de um conjunto de subsídios comunitários que nem sempre tomam em linha de conta as reais necessidades e potencialidades da agricultura portuguesa por fata de uma adequada estratégia de desenvolvimento agrícola. Por isso, defendemos que a Lei da Reforma Agrária deve ser substituída por uma lei de orientação agrícola comum para todo o País, que, no quadro comunitário, restabeleça a abalada confiança dos agricultores e garanta uma política que favoreça a criação e encoraje a modernização das explorações agrícolas, de modo a permitir um nível de rendimento e de bem-estar comparável ao de outros sectores produtivos. Na verdade, não pode haver desenvolvimento económico sem modernização da agricultura, com a garantia da liberdade, da justiça e da solidariedade.

No campo da educação é sabido que o actual sistema, anquiloso e desfasado das realidades, não serve aos jovens, porque não os prepara para o futuro, como hoje reconheceu o Sr. Ministro da Educação, nem aos pais, porque não ajuda a cumprir o dever de educar livremente os filhos, nem ao País, que suporta uma estrutura pesada, burocrática e dispendiosa. Votámos, na anterior legislatura, contra a Lei de Bases do Sistema Educativo porque entendemos que ela não era um instrumento adequado — como deveria ser — para a melhoria da qualidade do ensino, para garantir a liberdade de escolha da escola e a igualdade de tratamento entre o ensino privado e o público e para a preparação dos jovens para o emprego e a sua formação integral. Isto não nos impede, porém, uma vez que ela está em vigor, de contribuirmos para o seu contínuo aperfeiçoamento através da sua adequada regulamentação.

O Programa do Governo está em consonância com as nossas próprias propostas neste sector fundamental para a modernização de Portugal e para o avanço da sociedade portuguesa. Não poderia ser de outra maneira; também nós queremos um sistema educativo que garanta os valores culturais do universalismo português e que fomente um novo espírito de iniciativa e liberdade.

Voltaremos a propor uma lei de aprendizagem e de formação profissional e um novo sistema de financiamento das famílias carenciadas para a educação dos filhos através da criação do cheque escolar.

Nas magras gotas que o Programa espurge sobre a família, o Governo não segue a orientação seguida pelos governos da AD, o que é de lamentar. Como partido democrata cristão, o CDS considera a família como instituição social básica, que tem sido a principal vítima das condições político-económicas em que o País tem vivido nos últimos anos.

As consequências temo-las debaixo dos olhos: o aumento da criminalidade juvenil, a difusão do consumo da droga, a destruição de valores fundamentais

sem os quais nenhuma sociedade pode subsistir. Urge, por isso, definir com prioridade uma política familiar que assegure a defesa desta célula básica da sociedade e garanta os valores morais da sociedade portuguesa. A defesa do direito à vida impõe também o respeito pela pessoa humana e a defesa da dignidade de cidadão em todas as circunstâncias.

O CDS repetirá, agora com esperança de êxito, uma lei de base de política familiar que consagre os direitos da família, a protecção da criança, antes e depois do nascimento, o subsídio aos pais que se dediquem exclusivamente à educação de seus filhos e o apoio ao associativismo familiar.

Apoiamos a política de comunicação social delineada no Programa.

O CDS foi o primeiro partido a propor a televisão privada e continua a defendê-la, considerando que à Igreja deve ser reconhecido o direito de difundir pela televisão a sua acção cultural e moral.

A Lei da Rádio, aprovada na última legislatura, fere direitos adquiridos e cria um sistema abusivo de controlo de rádios privadas pelo Conselho da Rádio. Por isso, apoiamos a sua revogação para ser substituída por uma nova lei que privatize as emissoras, nos termos anunciados pelo Governo.

No sector da imprensa escrita apresentaremos um projecto de lei sobre o estatuto do jornalista, com prévia audição das associações directamente interessadas, com vista à equiparação dos jornalistas aos profissionais liberais, podendo agir com inteira independência e não condicionados pelo poder económico ou político.

Finalmente, um ponto que foi ontem aqui levantado pelo meu colega, deputado Nogueira de Brito, e que não deixa de preocupar o nosso grupo parlamentar, constitui um truismo a afirmação de que o desenvolvimento económico do País passa, em primeira linha, pela confiança dos agentes económicos e esta, se exige, por exemplo, que se proceda a desnacionalizações e se garanta constitucionalmente que não haverá para futuro expropriações sem pagamento de justa indemnização, impõe também que se procure, na medida do possível, resarcir todos os lesados por acções ou omissões do Estado Português. A posição do Governo face a esta delicada mas grave questão não foi suficientemente clara em resposta a uma pergunta da nossa bancada. Convidamos o Sr. Primeiro-Ministro a dizer a esta Câmara como pretende o Governo agir.

Na falta de iniciativa do Executivo, o CDS apresentará iniciativas legislativas que visem definir os termos, condições e prazos em que o Estado, por si e em colaboração com organizações internacionais, deverá indemnizar os proprietários cujos bens foram expatriados ou sujeitos a intervenção do Estado ou da chamada «autogestão», após 25 de Abril de 1974, bem como aos desalojados do ex-ultramar português, conferindo-lhes também direitos sociais inerentes ao trabalho ali prestado.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Dentro dos reduzidos minutos de que dispomos, está aqui, em traços largos, a nossa posição sobre algumas das matérias que consideramos prioritárias na acção do Governo e nas nossas próprias preocupações.

Como sucedeu com o X Governo, assumiremos ser partido de oposição e a nossa acção pautar-se-á de uma maneira construtiva, coerente com os nossos princípios

programáticos, sempre com os olhos postos no interesse de Portugal e dos Portugueses, evidentemente como nós o interpretarmos em cada circunstância concreta. Isto não significa qualquer hesitação e ambiguidade na crítica pertinente e fundamentada, sem complexos de esquerda. E também, como reverso da moeda, não regatearemos o apoio descomprometido sem qualquer subordinação a todas as medidas que um governo participado pelo CDS adoptaria e que constam do nosso manifesto eleitoral e ficaram aqui sucintamente enunciados. É o que o nosso eleitorado espera dos seus deputados.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o CDS beneficiou de um período de quatro minutos cedido pelo PSD e esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Não é fácil falar no debate deste programa de governo. Alguns verão nisso até, talvez, um ritual... evaziado de sentido pela dimensão da maioria parlamentar. Mas não é um acto litúrgico aquele que aqui venho fazer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não subo à tribuna para dizer «amém».

E aos que com malícia ou com preocupação perguntarem o que aqui então venho fazer, responderei com o que aqui não venho fazer: não venho catalogar o Governo, não venho dizer que o Governo é mau, não venho dizer que o Governo é bom e não venho falar em meu nome pessoal.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Nem é preciso!

O Orador: — Não venho catalogar o Governo, juro que não cedo a essa tentação. É uma hábito terrível da nossa vida colectiva. Em tudo pomos rótulos e etiquetas. É mais simples, menos complicado. Quando não queremos ou não sabemos explicar metemos um rótulo, um chavão, uma palavra mágica, que, quantas vezes, tem o condão de iludir a realidade, de alimentar as ilusões, de nos facilitar a fuga perante o indesejado. Fazemos uma cara feia e chamamos nomes: Sr. Primeiro-Ministro, o seu governo é de direita. Sr. Primeiro-Ministro, o seu governo cede à social-democracia musculada. Sr. Primeiro-Ministro o seu programa está cheio de generalidades e as que o não são são plágios do nosso programa eleitoral.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Muito bem!

O Orador: — Alguns dos senhores, Srs. Deputados, querem explicar à minha geração o que é isso de ser de esquerda ou de direita hoje e em Portugal, e por que é que é bom ser de esquerda ou de direita e por que é que se tem de ser de esquerda ou de direita?

Não vivemos numa sociedade em que a evolução tecnológica, o avanço da ciência, a modificação das relações sociais e de produção e a alteração das fontes de poder se produzem a um ritmo e com uma tal amplitude que estamos perante alterações sensíveis que implicam com a organização social e com o quadro de valores?

É o pensador socialista Alain Touraine que, a propósito da crise das ideologias, nos diz:

O discurso político tornou-se um baile de fantasmas. Por favor, um pouco de luz para afastar estas sombras. De que é que se trata? Socialismo, democracia, movimentos sociais: quero saber o que é que estas palavras querem dizer.

A minha geração não se importa com o que essas palavras querem dizer. Há valores a que está apegada e não gosta de ver esquecidos, há expectativas que nutre com legitimidade que não gosta de ver defraudadas e há soluções em que acredita e que ajuda a construir.

Não venho, portanto, rotular o Governo. Basta-nos que seja competente e que governe. Que governe aproveitando as condições que possui: uma maioria parlamentar e a solidariedade institucional de S. Ex.^a o Presidente da República.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ouvimos o Sr. Primeiro-Ministro na campanha eleitoral dizer e reafirmar que não ia governar para grupos, mas para todos os portugueses, com uma atenção especial para os mais desfavorecidos no quadro da justiça social e para os jovens, nos quais assenta e dos quais depende o futuro de Portugal.

Vozes do PCP: — Vê-se!?

O Orador: — Não cedo também à tentação de rotular o Sr. Primeiro-Ministro. Basta-nos que seja, com a seriedade que lhe reconhecemos, fiel às promessas eleitorais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não venho dizer que o Governo é mau. Pareceria ridículo que o dissesse depois de tantas bancadas parlamentares reverem no Programa do Governo parte do seu próprio programa.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Nem se atreveria!

O Orador: — E agora é a nossa vez, com acréscida legitimidade, para reconhecer no Programa do Governo parte substancial do manifesto eleitoral da JSD.

Satisfaz-nos a prioridade que é concedida à educação. Somos dos que consideram que a riqueza de um país não reside tanto nos recursos físicos ou económicos quanto nos recursos humanos de que dispuser e na inteligência que puder mobilizar. Fazemos votos de que esta aposta tenha tradução orçamental, sem o que não passará de mero voto piedoso.

Para nós a reforma educativa é a reforma das reformas. Condiciona o futuro do País e marca as gerações que passam pelo sistema.

Como dizímos no nosso manifesto, temos de pôr cobro à «escola chata». O jovem não pode ver na escola uma tortura, uma espécie de prisão onde não se lhe desperta a criatividade, não se lhe apela à participação e não se lhe inculca a sede de ler e aprender.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quando a história de Portugal de que os jovens gostam é a de José Hermano Saraiva na televisão e não a que é ministrada na escola, quando a geografia com que aprendem é a dos documentários de

televisões estrangeiras e não a dos manuais escolares, devíamos compreender. Compreender que na sociedade em que vivemos, em que o conhecimento nos cerca, em que a informação flui, o jovem aprende mais fora da escola do que dentro dela. E a escola tem de competir em interesse e dinamismo para não perder esta corrida em que o que importa é que deixe de ser chata.

Isso pressupõe que tenha em atenção que forma cidadãos para amanhã e não pode continuar nas metodologias e nos conteúdos voltada para o passado. Mas significa também rever o sistema de formação de docentes, tornar a escola mais humana e menos fábrica, reduzindo o número de alunos por estabelecimento de ensino, diminuir a carga horária curricular e apostar nas actividades extracurriculares, nomeadamente apoiando as iniciativas das associações de estudantes de forma a que a escola seja um espaço de cultura e de recreio e palco de formação integral.

Aplaudimos o Programa do Governo porque, como vimos dizendo, não estamos perante um fenómeno de insucesso escolar, mas, sim, de insucesso educativo. Não se trata da incapacidade dos mais novos absorverem o conhecimento, mas de o sistema dar resposta à sua função.

E merece-nos particular relevo a referência à expansão do ensino superior e à revisão do sistema de acesso. E importa aqui levantar o problema das universidades privadas. Defensores como somos da liberdade de ensino, entendemos que o Estado deve ser muito rigoroso na verificação dos requisitos de qualidade, nunca se dimitindo de uma função fiscalizadora e inspectiva e de controle do *numerus clausus* não só para que se evitem situações fraudulentas de exploração de legítimos interesses e necessidades como para evitar que por aventureirismos irresponsáveis seja posto em causa o prestígio do ensino particular.

Na área do emprego havíamos defendido um programa de criação de emprego para jovens, englobando um conjunto de soluções que constam do Programa do Governo.

Queremos ainda salientar o propósito da revisão da legislação laboral, cuja rigidez tem indiscutivelmente contribuído para o desemprego juvenil e para o recurso abusivo aos contratos a prazo, bem como à formação profissional, cujo quadro de referência previsto no Programa do Governo deve poder garantir que a aplicação das verbas do Fundo Social Europeu se faça com garantias de formação real dos jovens em áreas de que o País realmente necessita e o apoio aos jovens empresários que ilustram que a juventude portuguesa não se limita a uma atitude de consumidora passiva do mercado de trabalho mas assume riscos com espírito empreendedor.

E não pode a JSD deixar de fazer uma referência ao combate às situações de exploração de mão-de-obra infantil. Além do reforço da Inspecção-Geral do Trabalho previsto no Programa, há que pensar em medidas dissuadoras de maior peso, nomeadamente criminal, incidindo sobretudo sobre a entidade patronal, e buscar o envolvimento dos parceiros sociais em sede do Conselho de Concertação Social para uma acção que só é eficaz se todos colaborarem, como se impõe.

Na área do ambiente, fazemos votos de continuação de bom trabalho. O X Governo conseguiu com Carlos Pimenta —e estou certo de que este conseguirá com José Macário— sensibilizar toda a sociedade portuguesa para esta magna questão.

É que, como muitas vezes recordámos, o ambiente comporta um valor de solidariedade no tempo: a nenhuma geração é lícito delapidar recursos não renováveis que pertencem de direito também às gerações que lhe sucederão.

Assumimos um compromisso na campanha eleitoral: o de que a JSD destacaria um dos seus deputados para o tratamento destas questões, vocacionando-o em quase exclusividade para a temática ambiental.

De facto, em articulação com os deputados europeus, Carlos Pimenta e Pedro Pinto —e quero crer também que com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente— o Sr. Deputado Mário Maciel vai ser o nosso deputado ecologista.

Risos do PCP e de Os Verdes.

Um deputado verde por fora e verde por dentro, que não subordinará a luta ecologista a estratégias de sistématica oposição ao Governo e que, não defendendo o ambiente da pedra lascada, antes considera que há que articular o desenvolvimento com o respeito pelas nossas riquezas naturais.

Aplausos do PSD.

Queremos salientar igualmente a tónica que éposta no programa da justiça sobre a reinserção social e no da juventude sobre o combate à droga. O jovem detido pelo primeiro delito ou por pequena criminalidade deve ser alvo de tentativa de reabilitação e reinserção, inclusive recorrendo a penas que não envolvam privação da liberdade. Quantas vezes o jovem é detido em contacto com delinquentes de grande perigosidade, iniciando assim uma carreira que dificilmente algum dia deixará.

O Programa na área da juventude não nos merece grandes considerações. Continuamos a entender que a mais eficaz política de juventude é a que é construída e executada em diálogo e com a participação dos jovens, recusando tentações tutelares ou paternalistas. O X Governo foi disto um bom exemplo e o titular da pasta, agora ministro, dá-nos garantias de que assim se vai continuar e acentuar.

Ganhou assento no Conselho de Ministros e aparece reforçado em condições que justificam um saudável optimismo em relação à política de juventude deste governo.

Não seria, pois, Sr. Presidente e Srs. Deputados, sério que viesse aqui dizer que este governo é mau.

Mas também não venho dizer que o Governo é bom.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Isso é duvidoso!

O Orador: — Porque isso só se verá com a governação.

O Programa é manifestamente bom e a composição e estrutura traduzem, em nossa opinião, melhorias sensíveis, de certo ditadas pela experiência em relação ao X Governo. E se o X Governo foi bom, mais importante que a nossa opinião foi o juízo do povo português, há razões de sobra para acreditar neste.

De facto, os jovens portugueses depositam no XI Governo um capital de grande confiança e a JSD, em solidariedade activa, acompanhará com grande grau de exigência a execução do seu Programa.

Para nós é importante que se prestigie a Assembleia da República, onde pulsa o coração do nosso sistema democrático. E por isso contribuiremos para fazer aqui

o centro do debate e da vida política portuguesa. Não somos dos que desenvolvem a sua luta nas margens da legalidade e recorrem à instrumentalização dos movimentos sociais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não venho falar em meu nome pessoal.

Falo em nome de uma geração que encontrou a liberdade, mas não sentiu o desenvolvimento, a quem deram liberdade de expressão, mas a quem não reconheceram capacidade de afirmação numa sociedade que lhe fechava quase todas as portas. Falo em nome de uma geração que assistiu a um desfilar de governos de curta duração, com políticas mais ou menos eleitoralistas. Falo em nome de uma geração que chegou a descrever no seu futuro.

E hoje os mais cépticos têm de reconhecer que a estabilidade política aponta para um horizonte mais largo, que o clima de confiança é mais saudável e que se olhou pela primeira vez para a juventude.

É este património de confiança que queremos aproveitar, participando à nossa maneira, com o nosso entusiasmo e as nossas próprias ideias.

Uma Voz do PCP: — Força!

O Orador: — Joga-se para a nossa geração muito nestes quatro anos em que se inicia, sem dúvida, um novo ciclo na nossa vida colectiva e em que se joga a parte crucial do nosso período de adaptação à Comunidade Europeia.

Temos consciência de que somos 19 e da responsabilidade que isso representa. Lamentamos que os outros não sejam mais, mas também aqui se prova como o PSD apostou na juventude.

Aplausos do PSD.

O grito de geração que queremos dar não se esgota no entanto em nós próprios. Por isso vamos iniciar esta luta parlamentar com contactos com todas as organizações nacionais de juventude com assento no Conselho Nacional de Juventude e fazemos votos que as que lá faltam porque só agora se decidiram a pedir a adesão, embora tenham colaborado até à sua fundação, entrem o mais depressa possível. E vamos convidar os deputados das organizações de juventude do campo democrático para formas de entendimento parlamentar e extraparlamentar que possam ajudar na parte deste esforço, que é comum. Porque, Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, vamos mesmo acelerar o futuro!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa foi informada de que o Partido Social-Democrata cedeu um minuto ao Partido Socialista. Assim sendo, para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Apolinário.

O Sr. José Apolinário (PS): — Sr. Deputado Carlos Coelho, vou utilizar os 60 segundos, que tão amavelmente me concedeu e que desde já agradeço, para comunicar ao Sr. Deputado e à Câmara que os jovens deputados socialistas, atendendo ao facto de o Partido Socialista ter esgotado o tempo de que dispunha e no

sentido de participarmos construtivamente — de acordo, aliás, com os apelos repetidamente aqui feitos pelo Sr. Primeiro-Ministro na análise à parte do Programa referente à juventude —, vão entregar ao Sr. Ministro da Presidência, ao Sr. Ministro da Juventude e ao Sr. Deputado Carlos Coelho uma «carta aberta» em que se pronunciam sobre o Programa do Governo e em que procuram posicionar-se perante as diferentes questões aí colocadas.

Estamos certos de que a melhor forma de resolver os problemas dos jovens é actuando, isto é, a melhor forma de rever o tão «malfadado» subsídio de desemprego — como pretende o Governo — é acabando com o desemprego. E estamos certos também de que sobretudo os jovens portugueses saberão distinguir «o trigo do joio», ou seja, separar aquilo que representa o «jogar» apenas nas imagens, na publicidade, daquilo que são os factos concretos. Será dia após dia que avaliaremos a prática concreta do Governo.

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Moreira.

O Sr. Rogério Moreira (PCP): — O Sr. Deputado Carlos Coelho disse que era impossível catalogar o Governo, creio, Sr. Deputado, que seria irreverência a mais da sua organização. Ainda ontem o Sr. Primeiro-Ministro disse que «não há catálogo para este governo, que é impossível catalogá-lo». Seria o Sr. Deputado o primeiro, aí da sua bancada, a catalogá-lo? Não, já era muita irreverência. Não estávamos à espera que o fizesse. Mas catalogou-se a si próprio quando disse que ia falar em nome de uma geração. Terá falado, Sr. Deputado, mas apenas em nome de uma parte dessa geração. Sr. Deputado, não estou tão certo assim de que essa geração já tenha visto neste programa do governo toda a sua «carga» de interesses, de direitos, porque o Programa está bem longe de o preencher.

E vou mais longe: vou ao manifesto eleitoral da JSD, aquele que distribuíram e que fala da criação de 300 000 novos postos de trabalho para jovens em quatro anos. Pergunto: onde é que o Sr. Deputado Carlos Coelho vê qualquer referência minimamente quantificada ou aproximada em relação a isto no Programa do Governo? Esse mesmo manifesto fala ainda de «um programa integrado de criação de emprego» (*sic*). Onde é que o Sr. Deputado vê qualquer referência a isto, especificamente para jovens, no Programa do Governo? Fala o manifesto na necessidade de uma lei quadro da formação profissional, questão que o Governo foge com alguma habilidade, sem dúvida, e do normativo necessário para regular o autêntico escândalo de como hoje são geridas as verbas para a formação profissional para jovens no nosso país. Refere-se à aplicação das leis da educação sexual nas escolas, mas como o puritanismo do Governo não o deixou chegar aí não há qualquer referência a esse assunto. Fala ainda da construção de secções desportivas nas escolas, mas nem no programa de educação nem no da área do desporto se faz qualquer referência a esse assunto.

O manifesto eleitoral da JSD falava, por exemplo, de Aldeadávila, mas nem o Sr. Deputado Verde (que agora foi assim proclamado) ...

Risos.

... certamente notará qualquer referência a esse assunto no Programa do Governo.

Por exemplo, fala no cumprimento da lei das associações de estudantes. Mas, Sr. Deputado, ao que me parece, o Governo não tem ainda esta lei bem assimilada para si, pois o tratamento é nulo em todo o Programa, bem como nas afirmações feitas na Assembleia da República pelos Srs. Ministros. Quererá isto dizer, então, que o Governo, em relação a esta lei, irá ter um procedimento idêntico àquele que já promete em relação à Lei do Subsídio de Desemprego, ainda recentemente aprovada por esta Assembleia, uma lei que é um novo direito dos jovens portugueses, um direito positivo e que o Governo quer aniquilar logo à partida. Qual é a opinião da JSD a esse respeito? Pergunto isto, Sr. Deputado, porque também omitiram no vosso manifesto eleitoral qualquer referência a este assunto.

O Sr. Deputado pensa que o apoio, o incentivo, o estímulo, a ajuda que o Programa do Governo promete em relação aos jovens empresários, aos tais que precisam dos milhares de contos para poderem dar o capital inicial para o seu investimento, pensa que, repito, é aí que se encontra a maioria da juventude? Pensa, Sr. Deputado, que essa é a maioria da juventude ou é um número significativo de jovens que continua a ser vítima do flagelo do desemprego, ao qual o Governo, ao que parece, quer tapar os olhos, quer esquecer e, por isso, quer negar este importante direito dado pela Assembleia da República.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Gostaria ainda de perguntar ao Sr. Deputado por que escamotearam tanto no manifesto eleitoral da JSD, como no do PSD, a questão do subsídio de desemprego aos jovens à procura do primeiro emprego.

Falando agora na verba dos 750 000 contos que está inscrita no Orçamento do Estado para este ano. Será que esta verba vai ser usada não apenas para os jovens desempregados mas também para os jovens empresários?

Embora saiba que o Sr. Deputado não faz parte dos membros do Governo talvez tenha algum palpite sobre este assunto.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e da ID.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Partido Social-Democrata cedeu um minuto ao Partido Socialista.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Roseta.

A Sr.ª Helena Roseta (Indep.): — Por ironia das coisas, vou usar da tolerância do Partido Social-Democrata, um partido ao qual já não pertenço, para com um partido ao qual também não pertenço.

O Sr. Deputado Carlos Coelho sabe que me tenho identificado, muitas vezes, com as suas posições e com as da organização da juventude social-democrata. Há, porém, uma omissão grave no programa deste governo sobre a qual o Sr. Deputado não se referiu, mas cuja posição eu gostava de saber.

Sr. Deputado, este programa diz «zero» sobre a questão nuclear, não se pronuncia para quatro anos e não sabemos, assim, qual é a posição deste Governo em matéria de opção nuclear. Como sabe, sou contra

a opção nuclear e julgo que o Sr. Deputado também o é. Pergunto, pois, se pode aderir a um programa que sobre esta matéria nada diz.

Disse ainda o Sr. Deputado que «este governo não ia governar para grupos mas para todos os portugueses», estou de acordo com essa ideia mas congratulou-se com as medidas introduzidas no Governo, em termos de juventude — estou de acordo que se tenha congratulado, acho que é legítimo e normal que assim o faça.

Como mulher, dir-lhe-ei, porém, que não posso dizer o mesmo do programa deste governo. A referência às mulheres é praticamente nula. No discurso do Sr. Primeiro-Ministro, na apresentação do Programa, há uma vez a referência à palavra «mulher», o que já é um grande avanço em relação às Grandes Opções do Plano apresentadas pelo governo anterior, que nem sequer falava nisso, e a «condição feminina» ocupa 27 linhas de 202 páginas do Programa.

Pergunto, como mulher que sou: acha que posso apoiar um programa de governo que é insensível à questão da introdução do «feminino» na cultura e na política?

Aplausos do PS e de algumas deputadas do PCP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vamos a ver se não excedo as limitações de tempo que tenho na minha bancada, particularmente depois da generosidade com que contemplámos alguns brilhantes deputados do Partido Socialista.

Começarei por responder ao Sr. Deputado Rogério Moreira, para fazer três correcções. Primeira: não é verdade que o Sr. Primeiro-Ministro tenha dito que era impossível catalogar este governo e não fiquei nada inhibido com isso, ainda que o tivesse dito. O que o Sr. Primeiro-Ministro disse foi que seria certamente difícil aos analistas catalogarem este governo. É substancialmente diferente de «ser impossível» ou referir a frase tal como ela foi formulada. É esta a primeira correcção que faço, porque depois as outras todas são um conjunto de incorrecções que importa esclarecer.

Uma Voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A segunda correcção tem a ver com esta questão de geração. O Sr. Deputado Rogério Moreira quis ficar, naturalmente, nesta dialéctica parlamentar, mas não o fez com autêntica delicadeza, porque omitiu o último parágrafo da minha intervenção. Julgo que tenho alguma legitimidade para falar em nome de uma geração, na medida em que cada um de nós se sente identificado com os anseios, com as aspirações e com os legítimos interesses de uma geração. A JSD tem alguma legitimidade não só porque ela é a maior organização da juventude portuguesa como aqui neste hemisfério significa alguma coisa; tem a projecção que tem, comparativamente a outras organizações e, inclusive, à organização de juventude do Sr. Deputado.

Mas, mais importante do que isso, é que eu deixei bem claro, no fim, que, além desta legitimidade, que é incontestável e indiscutível, da JSD, nós entendemos que o grito de geração não se esgota em nós próprios.

Daí as referências que fiz ao diálogo, em relação a todos, inclusive em relação à Juventude Comunista, se quiser entrar de facto num órgão, que é um órgão de diálogo entre todos os jovens portugueses, que é o Conselho Nacional de Juventude. Este repto fizemo-lo várias vezes. A Juventude Comunista Portuguesa já formalizou o seu pedido e, quando tiver assento nesse órgão, então dialogaremos tanto com a JCP como com qualquer outra organização nacional de juventude, mas de uma forma diferente em relação às organizações de juventude no campo democrático.

Esse diálogo vamos fazê-lo exactamente por esta constatação. Não ficámos deslumbrados com a nossa representação e achamos que, de facto, há uma parte da nossa geração que naturalmente não se identifica connosco; não somos 100% dos jovens portugueses, embora sejamos a sua principal e mais significativa fatia.

A terceira correcção tem a ver com o Programa do Governo e com o manifesto eleitoral da JSD.

O Sr. Deputado Rogério Moreira não viu bem o Programa do Governo, porque a maior parte das soluções para a juventude são encontradas com a articulação da parte da juventude no Programa do Governo com as partes sectoriais.

De facto, por exemplo, não se fala na lei quadro da formação profissional na parte do emprego e formação profissional, mas fala-se no «quadro de referência da formação profissional», na parte da juventude. De facto, é verdade que não se fala na quantificação dos empregos, também não foi um compromisso eleitoral do PSD, mas foi, sim, um compromisso eleitoral da JSD, e vamos ser julgados naturalmente daqui a quatro anos. No fim da vigência deste governo, o Sr. Deputado Rogério Moreira terá toda a legitimidade para perguntar se este governo criou ou não as condições para que a sociedade civil promovesse a criação de 300 000 postos de trabalho para jovens. Tenho total confiança de que isso vai suceder e provavelmente esta meta até será ultrapassada.

Agora, o que não é exigível é que no Programa do Governo estejam convertidas propostas quantificadas que apenas a JSD fez, que são a nossa margem de exigência na verificação contínua e permanente que a JSD vai aqui fazer da aplicação do Programa do Governo, como houve ocasião de referir na minha intervenção.

Finalmente, em relação ao emprego dos jovens, Sr. Deputado Rogério Moreira, há pelo menos três parágrafos no Programa do Governo especificamente dedicados ao emprego dos jovens, embora na parte do emprego e formação profissional associe outras classes marginais, como os desempregados de longa duração, os deficientes, etc. Mas o que é facto é que são as áreas em relação às quais o Governo entende que tem de haver políticas de emprego próprias. Está lá bem referido isso, aliás com um vasto estendal de propostas, quer ao nível da reforma do corpo legislativo, quer ao nível das acções de incentivos fiscais para promover o emprego dos jovens.

O Sr. José Magalhães (PCP): — E a vingançazinha?!

O Orador: — Sr. Deputado José Apolinário, com muito prazer, cedi-lhe um minuto, que usou com autonomia para referir um dos pontos em que naturalmente

vamos divergir. Não temos problemas nenhuns em relação a essa lei contra a qual votámos conscientemente na anterior Assembleia da República. Entendemos que foi uma lei demagógica, uma lei injusta, uma lei imoral, que levanta problemas para os próprios jovens. Não vamos agora retomar esse debate, pois, provavelmente, retomá-lo-emos quando tivermos de repensar esse articulado legal aqui na Assembleia da República.

Em segundo lugar, queria dizer-lhe que naturalmente vamos discordar de muitas coisas, mas o que é fundamental —e foi isso também que quisemos significar com o nosso gesto de cedência de tempo para a sua intervenção— é que, no que diz respeito às questões da nossa geração, há tarefas que são comuns, e são comuns a todos os jovens que se identificam com o campo democrático. Em relação a essas tarefas comuns, todos temos de nos entender, para bem da satisfação dos interesses específicos daquilo que é a nossa geração.

Somos uma geração de transição, podemos ser uma geração sacrificada, mas está, de certa forma, na nossa mão a capacidade de nos afirmarmos perante o todo social e o mundo político.

Vou agora responder rapidamente às duas questões da Sr.ª Deputada Helena Roseta.

Quanto à questão nuclear, como a Sr.ª Deputada sabe, a JSD é claramente contra o nuclear e disse-o expressamente no seu manifesto eleitoral. Não tenho problemas nenhuns em sufragar este programa do Governo, votando em branco, digamos assim. Teria talvez problemas em fazer o contrário, isto é, se este programa contemplasse a opção nuclear. Creio que este é um grande debate que o Governo, quando tiver de tomar uma decisão sobre isso, não deixará de promover com a maior amplitude, e todos nós teremos ocasião de participar. Eu e a minha organização de juventude não nos demitimos das posições que reiteradamente temos vindo a tomar em relação a essa matéria.

Finalmente, e em relação às mulheres, receio que também aqui não possamos concordar completamente. Não tenho uma visão feminista ou machista da sociedade portuguesa. Creio que todos, sejam homens ou mulheres, têm um papel a desenvolver na sociedade em igualdade de circunstâncias. E às vezes algumas referências às mulheres ...

A Sr.ª Helena Roseta (Indep): — Isso tem de ser feito.

O Orador: — ... ou nos programas dos governos ou nos quadros da política aparecem como uma espécie de tentativa de reconhecer que algo de menor tem de ser equiparado. Não é essa a nossa posição ...

Aplausos do PSD.

..., por isso não me escandalizo com a não referência mais detalhada no Programa do Governo em relação à questão das mulheres, embora seja capaz de admitir que em outras gerações, que não na minha, continua a existir um lamentável machismo na sociedade portuguesa.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, desejo avisar a Câmara de que, por consenso dos grupos parlamentares, não haverá intervalo regimental.

No prosseguimento do debate, dou a palavra ao Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Para o mundo do trabalho, quis o Governo, no seu programa, assumir com crueza opções contrárias à tão proclamada imagem da estabilidade, abandonando as generalidades e os disfarces que percorriam e preenchiam, nessa área, o manifesto eleitoral do PSD.

A opção decerto sempre esteve tomada. Por razões de táctica eleitoral, não estava era clarificada.

Lia-se no manifesto eleitoral, entre outras promessas, a melhoria dos salários reais dos trabalhadores, a redução dos horários de trabalho e a modernização da legislação laboral com a participação empenhada dos parceiros sociais. Mas agora, confrontados com a leitura do Programa, percebe-se em toda a extensão aquilo que o Governo afirma ser as suas «escolhas dolorosas». Dolorosas sem dúvida particularmente para os trabalhadores naquilo que é o cerne dos seus direitos individuais e colectivos.

Começando pelos salários, a p. 62, o Governo encontrou a matriz: contenção dos salários e entrega ao capital da parte de leão dos aumentos da produtividade. Esta orientação faz recolocar uma questãoposta pela minha bancada ao Sr. Primeiro-Ministro logo no dia da apresentação do Programa e que não foi respondida. Sabendo-se que a parte dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional tem vindo sistematicamente a diminuir há já alguns anos (tal como de 1985 para 1986, e sobre a responsabilidade do Governo PSD) até ao nível (pouco moderno e afinal pouco europeu) dos 43%, tal orientação não é uma opção ideológica, visando o aumento da exploração dos trabalhadores? É sintomático que o Sr. Primeiro-Ministro se recuse a responder.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Não é seguramente neutro, meramente pragmático, um programa que impõe como pressupostos «de diminuição da inflação, da competitividade do sector exportador, do autofinanciamento das empresas, da redução dos custos unitários de produção», etc., a contenção dos salários! Mais, para o Governo é essa a chave de tudo, a varinha mágica para o Governo e para o patronato e o bastão doloroso para os trabalhadores. Como são farisaicas as proclamadas intenções de concertação social. O que se quer afinal é a resignação sindical, o conformismo social e laboral para levar por diante uma política que sacrifica o lucro em desfavor de quem vive apenas do seu trabalho. E não se venha com a teoria de que contendo os salários e entregando a riqueza criada aos capitalistas crescerá o emprego. Basta lembrar que no passado recente a imposição de tectos salariais não resolveu — antes pelo contrário — os problemas do emprego.

Mas o Governo quis ir mais longe. Não lhe basta conter os salários. Precisa de restringir ou mesmo retirar direitos fundamentais dos trabalhadores no plano individual e colectivo, enfraquecer a sua capacidade organizativa, criar a insegurança através da precarização no emprego e restituir o poder patronal absoluto na empresa. De forma nua e crua aquilo que era um parágrafo retórico do seu manifesto dá lugar agora no

Programa ao caderno reivindicativo há muito exigido pelo grande patronato. Alteração à lei das associações sindicais, da contratação colectiva, das férias, feriados e faltas, dos horários de trabalho e do regime dos turnos e, inevitavelmente, a lei dos despedimentos. Não são só títulos! Estão lá as intenções e directrizes.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Porque é do Programa que estamos a tratar, não se exigiria ao Sr. Primeiro-Ministro que falasse em termos de especialidade de cada uma das peças deste tamanho rol patronal. Mas porque temos nas mãos aqueles projectos e propostas mal assumidos e pouco divulgados do governo anterior, onde as alterações à lei da contratação colectiva significavam a limitação do direito à greve e a imposição por decreto do «pacto social», onde a alteração à lei das férias, feriados e faltas significaria a perda de direitos adquiridos, a sobrecarga dos ritmos de trabalho e acções directa ou indirectamente repressivas contra o exercício da liberdade sindical, nomeadamente ao nível do crédito de horas e contra a protecção à maternidade e às faltas por doença, onde a alteração nos horários de trabalho significava a sujeição e o desarregamento da vida dos trabalhadores dentro e fora da empresa quase até ao absurdo, nomeadamente quando propunha, por exemplo, a possibilidade de 52 horas semanais e o descanso de sete em sete domingos, seriam coisa bastante para referenciar este governo do que pensa sobre direitos e conquistas dos trabalhadores consagrados na lei e nas convenções colectivas de trabalho. Mas, mais uma vez, a proposta de lei de despedimentos individuais surge como trinco e corolário de uma vontade política virada para a reconstituição do poder patronal absoluto, para que este possa decidir, a nível de empresa, sobre como, quando e quem quer despedir. A teoria da flexibilização não tem nada de novo nem de moderno, Srs. Membros do Governo. O Governo não descobriu nada. Inventada e aplicada nalguns países da Europa Comunitária, fracassou, já que o desemprego continua a existir e a crescer nesses países. Afinal, os campeões da estabilidade propõem nem mais nem menos a instabilidade, a hiperprecarização, a insegurança no emprego, a ameaça permanente do despedimento para os trabalhadores, numa palavra, transformar todo e qualquer trabalhador num contrato a prazo incerto.

Cabe aqui um parêntesis para rejeitar uma indefensável afirmação do Sr. Primeiro-Ministro na apresentação do Programa. Responsabilizar a legislação laboral existente pelo alastramento da exploração do trabalho infantil (alastramento verificado precisamente durante o mandato do anterior governo PSD) é muito mais que fugir às responsabilidades.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Tinha de ser!

O Orador: — É ser insensível e tratar de forma pouco séria um problema sério da sociedade portuguesa.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e da ID.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Segundo se anuncia, a actuação governamental visa ainda duas outras direções. Em primeiro lugar, para camuflar a guerra aberta

àquilo que é a génesis do direito ao trabalho e à segurança no emprego e das liberdades sindicais, o Governo vai pôr em prática medidas pontuais e avulsas que esbatam a violência e o sentido classista das orientações ora propostas. Em segundo lugar, invocando constantemente a concertação social, procurará refugiar-se em circuitos fechados e restritos que impeçam o mais possível o conhecimento, a opinião, a participação e a intervenção alargada dos trabalhadores e das suas organizações, que são direitos essenciais tão bem expressos na Constituição da República e tão sonegados neste programa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não substimarmos os resultados das últimas eleições. Este programa revela que o Governo quer transformar e aproveitar o «pico eleitoral» num espinho doloroso para o mundo laboral. Mas, porque as coisas e a vida não são imutáveis, valorizamos e não esquecemos a capacidade que os trabalhadores portugueses sempre tiveram, e decerto terão, para se unirem em torno daquilo que são para si direitos fundamentais, exercendo, no quadro da Constituição, as formas e a luta necessárias para a sua defesa.

O Sr. Rogério Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — É nisso que confiamos. É por isso que trabalhamos e trabalharemos no futuro que afi vem.

Aplausos do PCP e da ID.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação (Álvaro Barreto): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao vir a esta tribuna apresentar com maior detalhe e aprofundamento as linhas gerais que presidirão, na próxima legislatura, ao programa do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, gostaria de começar por saudar a nova Câmara, eleita no dia 19 de Julho, e de reafirmar, uma vez mais, ser intenção deste Ministério manter com esta Assembleia um diálogo frutuoso e aberto, não só no debate da diversa legislação que iremos apresentar ao longo da legislatura, mas também numa troca de informações que pensamos ser indispensável para bem do futuro da nossa agricultura.

Penso que os Srs. Deputados não ficarão surpreendidos se eu começar por afirmar que o Programa do Governo para o sector da agricultura se insere na continuação e no aprofundamento do trabalho que vinha sendo feito já pelo governo anterior. Durante a próxima legislatura manter-se-á a ideia de que todo o desenvolvimento da nossa agricultura terá de ter por enquadramento fundamental as linhas orientadoras da Política Agrícola Comum (PAC).

Várias vezes ouço dizer que a nossa política agrícola se subordina excessivamente às orientações comunitárias. Quem faz estas afirmações desconhece completamente a legislação e as regras comunitárias. É porque, na Comunidade Económica Europeia, a única política verdadeiramente comunitária é a política agrícola; quer isto dizer que as decisões tomadas em Bruxelas, nos mais variados sectores, quer seja a nível de preços, da qualidade dos produtos ou dos investimentos e infra-estruturas, se sobreponem à legislação nacional dos diversos países membros. Portanto, é evidente que teremos de ter sempre como quadro de referência a Política Agrícola Comum.

Aí terá de assumir um papel particularmente importante o acompanhamento das negociações efectuadas em Bruxelas, no sentido de, a todo o momento, não serem esquecidas as características da nossa agricultura, tão diferentes das características dos outros países da Comunidade, e de garantir, de certa maneira, que as decisões tomadas não irão prejudicar o progresso da nossa agricultura.

Foi isso que fizemos no passado, é isso que continuaremos a fazer no futuro.

Durante a próxima legislatura verificar-se-ão dois factos de transcendente importância para a nossa agricultura. Em primeiro lugar refiro que nos finais de 1990 termina a primeira etapa do período de transição para o sector agrícola. Isto quer dizer que sectores tão importantes como é o dos cereais, do leite e das carnes, que durante os primeiros cinco anos beneficiam de uma protecção acrescida, terão, em fins de 1991, de ser sujeitos a uma maior concorrência, a uma maior abertura. Daí o tempo ser escasso — faltam pouco mais de três anos — para que continuemos o trabalho já iniciado de modernização e preparação desses sectores.

Mas, em simultâneo com este, também acontecerá outro facto ainda mais importante: a revisão da PAC, que já está em curso.

Como sabem, a Comunidade debate-se com problemas que se inserem basicamente na existência de produtos excedentários e na excessiva absorção pela PAC de recursos financeiros, prejudicando, por causa dos excessivos dinheiros canalizados para a agricultura, outros sectores, como acontece com o desenvolvimento regional, a investigação científica, etc.

Já se iniciou essa reforma, que tende a limitar a produção de certos sectores. Ora, isso é exactamente aquilo que o nosso país não pode aceitar. Daí a importância que damos, em Bruxelas, à defesa das nossas posições, chamando, com bastante persistência, a atenção para o facto de os problemas de Portugal e da agricultura do Sul da Europa serem diferentes dos problemas com que se confrontam os países do Norte da Europa.

Por isso, é fundamental a nossa presença, para nos assegurarmos — como tem sido conseguido até agora — de que essas medidas não vão prejudicar a agricultura portuguesa.

No Programa do actual governo diz-se, uma vez mais, que o Governo considera a agricultura um sector de alta prioridade, como, aliás, o anterior também já considerava.

Já foi dito nesta Câmara — e não posso deixar de concordar com tal afirmação — que sem uma verdadeira modernização da agricultura portuguesa não é possível desenvolver o País com bases sólidas. Enquanto se mantiverem certas debilidades e desigualdades nas estruturas fundiárias e produtividades baixas, é evidente que não poderemos olhar com optimismo o futuro da agricultura.

Daí ser muito o trabalho à nossa frente e serem muitas as dificuldades com que nos vamos confrontar neste sector.

Analizando agora um pouco mais as diversas políticas, começo por me referir à política de mercados — é assim que ela é designada na gíria comunitária — e por falar na fixação dos preços de garantia à produção, na fixação dos sistemas e regimes de intervenção para

garantir, de certa maneira, o rendimento mínimo dos agricultores e igualmente no sistema de comércio mínimo dos produtos agrícolas quer interno, quer externo.

No que diz respeito a preços, o governo anterior praticou uma política que será seguida durante a próxima legislatura. É a de, dentro das regras estabelecidas no Tratado de Adesão, que definem claramente quais os limites das possibilidades de ajustamento dos nossos preços, fazer sempre esses ajustamentos de modo a que seja garantido o rendimento dos agricultores. Por isso, temos sempre em linha de conta não só a política macroeconómica do Governo, fixando taxas médias de inflação, como também, e simultaneamente, fixando o custo dos factores de produção, ajustando-os de maneira a que os aumentos dos preços sejam levados em linha de conta.

Passando agora ao sector garantia ou sector de intervenção, gostaria de referir que é um sector para o qual a Comunidade continua a contribuir com fluxos financeiros bastante importantes. Assim, em 1985, houve uma transferência de cerca de 4,7 milhões de contos para o Tesouro Português destinada a intervenções e em 1986 esse valor sobe para valores da ordem dos 25 milhões de contos, ou seja, é seis vezes superior aos valores pagos em 1985, enquanto a previsão para o próximo ano é de cerca de 35 milhões de contos. Estes números mostram bem a importância deste sector e a atenção que temos de ter para podermos canalizar para o sector agrícola nacional estas verbas, que permitem fazer as intervenções quando certos produtos surgem a preços mais baixos do que os que são sustentáveis para garantir o rendimento dos agricultores.

No que diz respeito ao comércio externo de produtos agrícolas, o governo anterior fez a transformação de toda a legislação, que tinha décadas de existência e enfermava de uma forte intervenção administrativa, pois era o Estado que, caso a caso, decidia quais os produtos que deviam ser importados. Havia uma intervenção burocrática que, de certa maneira, lançava toda uma incógnita sobre o funcionamento desse sector.

O governo anterior alterou essa legislação, adaptando-a às regras comunitárias, mas tendo sempre em linha de conta a defesa dos interesses nacionais. É com satisfação que, após uma ano e meio de aplicação dessa legislação, verificamos não terem surgido grandes perturbações no mercado nacional em virtude da liberalização do comércio externo.

Houve, é certo, algumas perturbações em alguns sectores — como aconteceu no sector dos ovinos —, mas, a tempo e horas, conseguimos intervir e sustar essa entrada de carnes, que vinha prejudicando a produção nacional.

Também aí continuaremos a trabalhar activamente e a fazer com que certos mecanismos postos a funcionar no passado funcionem melhor.

Por outro lado, há problemas no pagamento dos direitos niveladores e nas restituições à exportação.

Sabemos que a articulação entre os diversos departamentos governamentais não funcionou como gostaríamos que tivesse funcionado. Nesse aspecto, há que aperfeiçoar a máquina do Estado e modernizá-la, no sentido de a tornar mais eficiente. Iremos fazê-lo com bastante vigor!

Também durante este período continuará a ser feita a total liberalização do mercado de cereais, uma vez

que já este ano estão no mercado concorrencial, sem intervenção administrativa, 40% das importações de cereais.

A este propósito, e porque ouço dizer muitas vezes que a agricultura se mantém numa estagnação completa, gostaria de apresentar alguns valores que contrariam frontalmente essas afirmações.

No que diz respeito ao mercado de cereais, nos anos 80, Portugal importava por ano cerca de 4 milhões de toneladas de cereais (mais precisamente 3,8 milhões de toneladas), das quais 2,6 milhões eram de milho. Em 1986 importámos 1,7 milhões de toneladas, ou seja, baixou-se de 3,8 milhões para 1,7 milhões. Sei bem que a estes 1,7 milhões há a acrescentar produtos substitutos de cereais como *corn*, glúten, *feed* e mandioca, mas, mesmo adicionando estes produtos, encontramos um valor de 2,2 milhões de toneladas, ou seja, verificou-se um abaixamento nas importações de 3,8 para 2,2 milhões de toneladas, portanto, de quase metade do consumo existente na década de 80.

Isto representa uma alteração estrutural; infelizmente, não representa um aumento tão grande como nós gostaríamos da produção de cereais do nosso país. Mas, também aí, os progressos são evidentes, pois em 1980 e 1981 produzimos entre 1 milhão e 1,1 milhões de toneladas de cereais, enquanto em 1986 produzimos 1 550 000 t e em 1987 iremos para perto de 1 700 000 t.

Ainda recentemente o *Boletim do Instituto Nacional de Estatística* indicava que a produção de cereais aumentou em Portugal, no ano passado, cerca de 60% em relação à média do decénio anterior.

Trata-se de alterações profundas, que estão em curso e que irão ser prosseguidas com o Programa do nosso governo.

Mas também na balança comercial dos produtos agrícolas assim irá acontecer! Ouvimos ontém fazer aqui uma apreciação altamente negativa dessa situação, mas, se virmos hoje os valores da balança comercial dos produtos agro-florestais, verificamos que em 1984 houve um défice de 60 milhões de contos, que em 1985 o défice foi de 30 milhões de contos e que em 1986 tivemos um *superavit* de 1 milhão de contos.

Pela primeira vez, a balança comercial dos produtos da agricultura e da silvicultura apresenta um balanço positivo.

E não se venha falar no «santo dólar», como dizia, esta manhã, o deputado Almeida Santos, porque o dólar tanto influencia as importações como as exportações. Não tem, portanto, qualquer influência nesta balança, porque afecta ambos os lados da equação.

A realidade é a de que hoje o nosso país já é superavitário na balança comercial de produtos agrícolas industriais e vai continuar a sê-lo mais. Por exemplo, o sector dos vinhos só o ano passado exportou trinta e tantos milhões de contos e há outros sectores da nossa vida que têm hoje um grande dinamismo, criado pela melhor intervenção do Estado, pela melhor definição das regras de jogo e por todo um conjunto de condicionantes, que se traduzem numa melhoria substancial da vida do mercado externo dos produtos agrícolas.

Quando refiro o balanço comercial, e para evitar quaisquer perguntas, refiro-me apenas ao valor agrícola acrescentado. Por exemplo, nas celuloses contámos com cerca de 14 a 15 milhões de contos, que é o valor da madeira exportada, e não contámos com as dezenas de milhões de contos que a indústria exporta, assim como

também no sector dos vinhos descontámos toda a parte de embalagens, que também é valor acrescentado nacional, e isto porque não se trata de produtos agrícolas. Assim, de um valor de vinhos de cerca de 35 milhões de contos, citámos apenas cerca de 24 milhões de contos de vinho exportado como valor agrícola.

Tudo isto mostra que, na realidade, algo está a mudar. Mas eu diria que ainda está a mudar mais na parte estrutural.

O governo anterior lançou as bases da política de incentivos ao investimento no sector agrícola, implementou e adoptou ao nosso país os diversos regulamentos comunitários, e fê-lo na defesa dos interesses dos nossos agricultores. Não é verdade, portanto, o que aqui foi dito no sentido de que metade dos nossos agricultores não beneficiam dessas ajudas. Foi exactamente o atraso verificado na implementação desse regulamento, foi a defesa intransigente, por parte do anterior governo, não só da fixação de rendimentos de referência como de outras condições (inclusive da dimensão fundiária), que permitiu que a maioria esmagadora dos nossos agricultores possam beneficiar dessas ajudas. E a aplicação desses planos também demonstra um dinamismo perfeitamente excepcional do sector agrícola.

No sector a que chamamos dos investimentos de apoio às explorações agrícolas, antes da implementação dos regulamentos comunitários, os montantes de investimento que eram presentes para serem submetidos a bonificações no regime anteriormente vigente (o do SIFAP) cifravam-se por 8 milhões de contos por ano. Em 1986, durante os últimos quatro meses, em que já se fez aplicação do novo regime de incentivos, subimos de 8 para 22 milhões de contos e nos primeiros sete meses deste ano, até Julho de 1987, esse valor monta a 43 milhões de contos. Ou seja: nos primeiros sete meses deste ano já temos pedidos de investimento que são mais do dobro daquilo que era corrente anteriormente.

De um período inicial em que no mês de Setembro se apresentaram sete projectos, está a receber-se actualmente uma média mensal de 1100 a 1200 projectos, prevendo-se que em 1987 sejam cerca de 15 000 os pedidos de investimento para serem subsidiados, o que compara com a nossa previsão — que na altura foi considerado extremamente optimista — de 10 000 pedidos. Isto quer dizer que vamos ter mais 50% de pedidos do que aqueles que tínhamos previsto antecipadamente, e, depois de ouvir a brilhante intervenção do Sr. Deputado Carlos Coelho, também penso que há razões para estarmos satisfeitos.

Havia um regime de ajuda ao estabelecimento dos jovens agricultores, que vigorava desde 1980, segundo o qual, em média, se instalavam 130 jovens agricultores por ano; ou seja, durante os seis anos que o regime vigorou, não chegou a 1000 o total dos jovens agricultores que foram colocados na agricultura e cuja instalação foi apoiada.

Sabido como é essencial a modernização da nossa agricultura, como é indispensável o aparecimento de uma classe de empresários jovens, cremos que, em 1987, com o novo regime, serão cerca de 1300 os jovens agricultores que irão ser instalados, ou seja, dez vezes mais do que aquilo que era feito no passado. Não podemos de maneira nenhuma deixar de nos congratular com este facto, que demonstra que os nossos agricultores estão vivos e que respondem aos incentivos que lhes são apresentados.

Mas, se passarmos para um outro sector, tão importante como o primário, de exploração agrícola, o sector agro-industrial — e não haverá agricultura desenvolvida se não houver um sector agro-industrial forte —, verificamos também que os níveis de pedidos de investimento são perfeitamente extraordinários. Anteriormente, segundo o sistema do SIFAP, aparecia cerca de 1 milhão de contos de pedidos de bonificação; no ano passado subiram para 22 milhões de contos os projectos de pedidos de ajuda financeira no sector agro-industrial, e em 1987, ou seja, nos primeiros sete meses, já é para cima de 35 milhões de contos o montante dos projectos apresentados, parte dos quais já foram aprovados em Bruxelas e outros têm de ser feitos durante a segunda quinzena...

Estamos, por isso, perante uma verdadeira explosão do investimento na agricultura. É evidente que os resultados da modernização deste investimento não se podem fazer sentir já hoje ou amanhã. Em agricultura é preciso tempo para que eles produzam os seus efeitos. Mas o que é certo é que o que está hoje a ser feito terá certamente grandes repercussões quando daqui a poucos anos tivermos de ter uma agricultura mais competitiva face à CEE.

O mesmo se verificou nos investimentos das infra-estruturas, ou seja, nos investimentos que normalmente estão a cargo do Estado. Também aí houve uma expansão enorme com a aplicação do Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP), o que se pode observar em caminhos rurais, na electrificação rural, na construção de pequenos regadios, no Programa de Ação Florestal (PAF), na seleção de semente, na formação profissional e em muitos outros campos. Apresentámos a tempo e horas em Bruxelas os projectos, que foram aprovados e considerados de excelente qualidade e estão, neste momento, a ter a sua aplicação.

No entanto, estamos perfeitamente cientes — e esse será o passo seguinte que terá de ser dado na legislatura que agora se inicia — de que todos estes regulamentos precisam de um enquadramento mais rígido e que se estabeleçam prioridades bem claras. É isso que já está a ser feito para o sector agro-industrial.

Estava previsto até meados deste ano entregarmos, em Bruxelas, os programas específicos dos diversos sectores — sector dos vinhos, das carnes, dos leites, dos hortícolas, etc. —, que já foram para Bruxelas e cuja aprovação esperamos ter durante o próximo mês de Outubro.

Também no que diz respeito às explorações agrícolas, é absolutamente indispensável que continuemos o trabalho já iniciado pelo governo anterior, no sentido de desenvolver os planos de desenvolvimento agrícolas regionais, ou seja, os verdadeiros PEDARs, segundo os quais, região a região, zona a zona, são estabelecidas as suas prioridades e as necessidades de afectação de recursos para o seu desenvolvimento. Isso é que constituirá uma verdadeira lei de orientação agrícola. É porque falar-se em lei de orientação agrícola em termos genéricos é bom para discursos, para debates, mas, na prática, tem de passar de região a região, de zona agrária a zona agrária, porque não é possível estabelecer grandes linhas de orientação em relação a grandes regiões, pois a especificidade de cada cultura prevê a existência do plano de desenvolvimento de agricultura regional.

Já temos um primeiro plano de implementação — o Plano de Desenvolvimento Agrícola da Região de Mértola —, que consiste em pegar na região, onde se fazia cereal com produtividades abaixo de uma tonelada por hectare, reconhecer que não pode continuar com este tipo de investimentos e dar incentivos para a diversificação daqueles sectores que consideramos mais interessantes, como sejam o da criação de ovinos, o da instalação de uma fábrica de queijo, enfim, todo o sector agro-industrial.

Iremos prosseguir neste trabalho, definindo prioridades quer nos programas específicos da agro-indústria, quer no sector primário ou no sector da exploração agrícola através da implementação dos programas de desenvolvimento da agricultura regional.

Contudo, no futuro do PEDAP, que teremos ainda de desenvolver, gostaria de dar-vos a conhecer quais são as principais prioridades em que iremos concentrar os nossos esforços.

Em primeiro lugar, temos de dar uma grande importância à formação profissional. Não posse estar mais de acordo com o que foi dito pelo meu colega Ministro da Educação sobre a importância que a educação base tem no desenvolvimento de todo o país e, em especial, no sector agrícola. Vamos, na realidade, acelerar os esforços de formação profissional e fazer com que os nossos agricultores tenham uma preparação capaz de absorver as tecnologias mais avançadas, capaz de ter uma visão empresarial do desenvolvimento da agricultura, capaz de fazer um desenvolvimento sustentado deste sector.

Além disso, temos o problema dos regadios. A água é realmente indispensável. Certas regiões do nosso país precisam rapidamente de implementação de regadios. É a recuperação de muitos dos regadios já existentes, que, embora colectivos, devido à sua deterioração, hoje têm pouca utilização.

Já entregámos em Bruxelas o plano de recuperação de dois desses regadios — o da Idanha e o da zona de Abrantes — e iremos brevemente apresentar os planos para Mira e para todos os outros, que bem precisam de investimentos para poderem ser utilizados.

Mas daremos também apoio à implementação de maiores regadios, na medida em que estamos convencidos de que o desenvolvimento da nossa agricultura passa muito pela boa utilização da água. Neste aspecto, vamos já lançar um projecto de ajuda aos regadios individuais. Haverá uma forte participação da CEE e do Orçamento do Estado para implementar pequenos regadios a fim de que os agricultores possam utilizar as suas próprias águas.

A seguir à formação profissional, o regadio é, portanto, mais uma prioridade. Mas há também a prioridade do desenvolvimento da floresta, na medida em que temos uma aptidão florestal que é inegável; são largas centenas de milhares de hectares de boa aptidão florestal que temos e que precisam de ser desenvolvidas.

Já no Orçamento deste ano dedicámos cerca de 3 milhões de contos para o sector florestal. Trata-se de um sector em que o investimento demora tempo a produzir os seus efeitos, e aí temos de considerar os montados, os pinhais e os povoamentos de todas as outras espécies florestais de que o País necessita para o seu desenvolvimento.

Já agora, e antecipando-me às perguntas que certamente virão a fazer-me, direi que não damos ênfase

à plantação de eucaliptos, pois o seu investimento representa apenas 8% do programa da ajuda florestal. Portanto, poupem essa pergunta. Uma vez que há escassez de tempo, não adianta falarem na célebre «eucaliptização».

Aplausos do PSD.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — É a melhor cassette ...

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Pelo tempo que já falou não parece haver falta de tempo, Sr. Ministro! ...

Risos do PCP e do PS.

O Orador: — É que o PSD sabe gerir não só o País mas também o tempo e os outros partidos não!

Aplausos do PSD.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — É só o *Tempo* ou o *Expresso* também?! ...

Risos.

O Orador: — Mas, a par disso, para melhoria da nossa agricultura, é também indispensável refundir a legislação fundiária, a legislação do uso e posse da terra. Não vale a pena escamotearmos a realidade: a Lei da Reforma Agrária, a Lei n.º 77/77, é uma lei que, basta lê-la para ver, está profundamente desajustada aos dias de hoje. O seu autor, a quem já nesta Câmara prestei as minhas homenagens, ele próprio já tem feito estas críticas que lhe faço.

A Lei n.º 77/77 foi uma peça importantíssima!, fundamental para o desenvolvimento da agricultura portuguesa. É, aliás, por essa razão que lamento, uma vez mais, o facto de o Sr. Deputado António Barreto não estar aqui presente, para lhe renovar as minhas homenagens.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Não tem importância! A gente conta-lhe!

O Orador: — No entanto, não vale a pena iludirmo-nos; essa lei tem de ser refundida.

A complexidade das relações existentes hoje na zona de intervenção da reforma agrária é de tal ordem que há que fazer uma clarificação no sentido de se definir a propriedade e o uso da terra. Essa clarificação será feita, como consta do Programa do Governo e como foi dito no discurso do Sr. Primeiro-Ministro, no respeito integral dos direitos adquiridos quer pelos pequenos e médios agricultores quer por outras cooperativas agrícolas com quem o Estado tenha vínculos contratuais. Apesar de tudo, não podemos deixar de rever as Leis do Arrendamento Rural, do Arrendamento Florestal, do Emparcamento Rural, dos Baldios — a revisão desta lei de certa maneira será feita em colaboração com o Ministério do Planeamento e Administração do Território — e das Indemnizações.

Não haverá pacificação na zona de intervenção da reforma agrária enquanto não forem definidas e pagas as indemnizações aos proprietários expropriados. É urgente que isso seja definido, pelo que iremos apresentar este conjunto de legislação, tão importante para

o desenvolvimento da agricultura portuguesa, no mais curto espaço de tempo, ou seja, dentro dos próximos meses.

Finalmente, para o desenvolvimento de todas estas políticas, o governo anterior teve um cuidado especial na reestruturação dos serviços do Ministério da Agricultura: definiu leis orgânicas, fundiu direcções-gerais, informatizou o sistema e melhorou consideravelmente o seu funcionamento.

Apesar de tudo, estamos perfeitamente cientes de que ainda estão longe daquilo que eu, como responsável pelo Ministério, gostaria que eles respondessem. Há muito trabalho a fazer nesse sector.

Vamos, pois, continuar com mais firmeza o trabalho, que já iniciámos, de transferência para as cooperativas agrícolas de várias funções que até agora estavam a cargo do Estado. É esse o modelo seguido noutras países e que pensamos ser mais eficiente para a agricultura portuguesa. Entendemos que devem ser as próprias cooperativas ou associações de agricultores a exercer a extensão rural. Assim, muitos dos trabalhos que hoje estão a cargo dos serviços do Ministério e que são feitos com grandes dificuldades serão mais eficientemente exercidos através do movimento cooperativo. Nesse sentido, vamos entabular rapidamente um diálogo com o movimento cooperativo, fortalecendo-lhe a actividade, e simultaneamente trabalhar, como temos feito até agora, para o saneamento financeiro do sector cooperativo, que está altamente descapitalizado e que precisa de uma profunda reforma, que já iniciámos, mas que há que continuar.

Para terminar, Srs. Deputados, assumo perfeitamente que, no governo anterior, o Ministério da Agricultura teve, entre outras, uma deficiência de informação ao agricultor. De facto, todo esse vasto trabalho de reformas, toda a reformulação da política feita, todo o anúncio das ajudas e incentivos, não terá sido, na fase inicial, acompanhado por um reforço de informação.

Nos últimos meses temos colmatado essa lacuna, mas há ainda muito trabalho a desenvolver nesse campo. Vamos, por isso, dedicar-lhe uma especial atenção, de modo a que os novos incentivos, os apoios à nossa agricultura, não sejam só utilizados por alguns mas por todos, porque é com a utilização destas ajudas por todos, é com o esforço de todos — dos agricultores, das cooperativas, das associações e do Governo — que a nossa agricultura irá dar um passo para a modernidade que ficará na história do nosso país.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento estão inscritos os Srs. Deputados Luís Capoulas, Álvaro Brasileiro e Rogério de Brito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Capoulas.

O Sr. Luís Capoulas (PSD): — Sr. Ministro da Agricultura, V. Ex.^a afirma, e a constatação da realidade confirma, que a nossa agricultura está finalmente a sair do marasmo de décadas. A dois factores se deve fundamentalmente este arranque: por um lado, ao êxito da introdução em Portugal da vertente sócio-estrutural da política agrícola comum e, por outro, à confiança que o X Governo trouxe aos agricultores, fazendo-os crer que, finalmente, a agricultura iria deixar de ser o «parente pobre» da nossa economia.

Julgo que esta confiança se vai reforçar, tanto mais que se adquiriu agora a estabilidade indispensável para que, no futuro, os grandes projectos de investimento possam ser perspectivados a prazo, e não apenas a médio prazo.

No entanto, há duas deficiências estruturais graves no nosso sector que eu quero aqui expor, embora o Sr. Ministro já as tenha aflorado e até apontado alguma da terapêutica: uma é a forte distorção e assimetria na estrutura da nossa propriedade agrícola e a outra é o nível etário demasiado elevado da maioria dos nossos agricultores.

Penso que se não se criarem mais proprietários no Sul e maiores proprietários no Norte e se, por outro lado, não de potenciar a metamorfose indispensável de agricultores para empresários agrícolas, de modo que, cada vez mais, as pessoas assumam a consciência de que é necessário não apenas produzir mas também poder vender a preços competitivos, julgo que é no reforço deste binário entre o homem e a terra, no fortalecimento desta ligação do homem à terra, desta ligação que outros quiseram quebrar em 1975, que poderá estar o êxito de uma política agrícola sustentada no futuro.

Neste sentido, a questão que, muito brevemente, quero deixar a V. Ex.^a, Sr. Ministro, é a seguinte: como articular as diversas medidas — algumas das quais foram enunciadas quer no Programa do Governo quer na intervenção de V. Ex.^a — para que este vínculo seja fortalecido e para que o tecido social agrário e a dimensão da propriedade sejam mais equilibrados de norte a sul do País?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Brasileiro.

O Sr. Álvaro Brasileiro (PCP): — Sr. Ministro da Agricultura, o tempo é escasso, portanto, não posso fazer-lhe tantas perguntas quantas desejaria.

O Sr. Ministro falou do incremento da produção de ovinos. Tem o Governo pretendido incentivar essa produção a pretexto das condições favoráveis da CEE. Então, como justifica que as importações de carne de ovino tenham aumentado mais de 70% durante o ano de 1986 e que o saldo das importações/exportações com a CEE no mesmo sector se tenha agravado em 52%?

Como justifica ainda que os preços da carne de ovino tenham baixado mais de 50% ao produtor desde Dezembro até agora? Há, por exemplo, preços ao produtor da ordem dos 170\$ na zona de Beja que não têm tido a mínima correspondência nos preços ao consumidor!...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério de Brito.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Sr. Ministro da Agricultura, começarei por dizer que, depois de o ter escutado, fiquei com a convicção de que, durante o tempo que falou, o crescimento do sector agrícola se deve ter processado ao ritmo de 100% por minuto... Assim, vamos longe com certeza! Mas isso são as palavras, e o que importa é a realidade dos factos!

Julgo que não vai negar que continuamos a ter não apenas uma estagnação ao nível dos consumos inter-

médios como mesmo uma recessão em áreas fundamentais, designadamente em macronutrientes (azoto, fósforo, potássio), em que os consumos se reduziram ou quase estagnaram nos últimos dois anos. Assim, explicar-me-á como é possível falar-se em desenvolvimento da produção e da produtividade, excluindo os factores climatéricos, que sempre dão uma «ajudinha». Assim, como é que aumenta a produtividade sem aumentarem os consumos intermédios dos factores de produção?

A segunda questão é sobre a balança agro-florestal. Uma coisa é a floresta e outra é a balança alimentar. Convém não confundir! A balança alimentar continua a degradar-se. Aumentámos as exportações — e o Sr. Ministro deu como exemplo o vinho —, é verdade!, mas a balança comercial com a CEE agravou-se, porque também aumentámos as importações, e mais do que as exportações! Mas acrescento-lhe agora os legumes e os frutos, a carne de bovino e a carne de ovino. Certamente não me vai dizer que melhorámos nestes sectores, porque isso não aconteceu!

Outra questão é a dos ganhos de produtividade. É inevitável que é necessário termos agricultores — quem dera que tivemos muitos e de rendimentos! Mas pergunto: para onde irão os ganhos de produtividade que venham a obter-se na agricultura se continuarmos a orientar o investimento que vem da Comunidade, de uma forma anárquica, para sectores industriais onde se estão a criar capacidades já excedentes, deixando sem qualquer apoio zonas do interior deste país que caminham para a desertificação humana? Quem vai beneficiar destes aumentos de produtividade que eventualmente venham a dar-se? Serão, com certeza, os sectores industrial e de transformação e comercialização dos produtos, em prejuízo da produção e dos agricultores!

Finalmente, uma outra questão sobre a linha orientadora da PAC.

Sr. Ministro, uma coisa são os regulamentos comunitários, outra coisa é a autonomia de que, apesar de tudo, o País dispõe para poder salvaguardar interesses próprios. Designadamente no que respeita à economia alimentar, eles não têm sido salvaguardados. Aceitámos que as disciplinas de produção, que nos impossibilitariam de desenvolver áreas fundamentais da produção, sejam aplicadas a partir de 1991 e podíamos ter exigido e defendido que só o fossem depois da segunda etapa da adesão — isto é um exemplo!

Mais: tínhamos um período de transição, tínhamos a possibilidade de salvaguardar, designadamente, as disciplinas de produção, mas, enfim, foram para 1991. No entanto, curiosamente, desde logo o Regulamento n.º 79/A condicionou o investimento exactamente nas produções em que a Comunidade é excedentária; «desde já» — está lá escrito!, foi assinado pelo Sr. Ministro!

Concluirei — porque o tempo não dá para mais — com uma questão sobre a formação profissional. A este ritmo significa que daqui a 100 anos teríamos os nossos agricultores todos abrangidos pela mesma. Reduzido a 50 anos, a metade, o resultado qual é?...

Sobre a extensão rural direi que a média geral neste país é superior a 3500 agricultores por técnico extensionista. Onde é que vamos no apoio técnico por este caminho? E os senhores tiveram durante anos o regulamento do PADAR para aplicar, e não o fizeram.

Para concluir, gostaria de colocar-lhe esta pergunta: o Sr. Ministro não se referiu à questão da expulsão de agricultores que se está a processar em Odemira — foi um exemplo, mas poderíamos ter dado outros!

A dúvida é a seguinte: não o fez porque o Sr. Primeiro-Ministro ainda irá responder a isso, dado que foi ele que fez a entrega dessas terras, ou não o fez porque se sente inibido perante ele, já que expulsa agricultores sem o conhecimento do Sr. Primeiro-Ministro, agricultores que ele próprio colocou?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação.

O Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação: — Responderei rapidamente, na medida em que disponho apenas de dois minutos.

Ao Sr. Deputado Luís Capoulas direi que concordo com as considerações que fez em relação às deficiências da nossa estrutura fundiária.

Há que trabalhar no sentido do emparcelamento no Norte do País e há que apoiar a reforma antecipada de agricultores mais idosos, o que, neste momento, está em discussão na Comunidade Económica Europeia e que se espera vir a ser implementado a partir do próximo ano.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Álvaro Brasileiro, direi que as importações de carne de ovino, no fundo, não são mais do que o reflexo da aplicação de um regulamento comunitário a todos os países da Comunidade.

No entanto, o nosso mercado tem uma sensibilidade extraordinária: consumimos 13 000 t de carne de ovino por ano e ainda não tinham sido importadas mais de 40 t e já os preços tinham descido de 420\$/kg, em Dezembro, para 300\$, isto no prazo de um mês. Daí o facto de o Governo ter accionado, em Bruxelas, um pedido de suspensão de importações, que foi concedido, ao contrário do que aconteceu com outros países, como foi o caso da Espanha.

Prevê-se para breve a apresentação de uma nova organização de mercados para os ovinos, na qual Portugal, Espanha, França, Grécia e Itália, ou seja, os países do Sul da Europa, irão tentar defender uma protecção face não aos ovinos da Comunidade mas sim aos que vêm da Nova Zelândia e da Austrália, países com quem a Comunidade tem um tratado bilateral para a importação de 135 000 t por ano.

Portanto, à questão que respeita aos preços da carne de ovino respondo dizendo que o preço desceu de 400\$/kg para cerca de 200\$ há cerca de três meses e que recentemente subiu para 300\$, pelo facto de ter sido travada a importação de carne de ovino através do referido acordo com a CEE.

Uma voz do PCP: — Isso não se passa assim em Beja!

O Orador: — Se deseja o valor, dir-lhe-ei que em Beja o valor de ontem era de 290\$/kg, mas pode conferir.

Risos do PSD.

Hoje o Sr. Deputado Rogério de Brito surpreendeu-me, pois costuma fazer-me 25 perguntas e hoje só me colocou umas 7 ou 8, até já me sinto bastante privilegiado com o facto!...

Risos.

Relativamente à sua apreensão quanto às produtividades, o Instituto Nacional de Estatística diz, no seu boletim, que houve um aumento de 60%, portanto este é um valor oficial e não um valor inventado por alguém.

Por outro lado, em 1981, o valor da produção era de 1 057 000 t, em 1986, era de 1 550 000 t, e, em 1987, esperamos um valor de 1 700 000 t.

É evidente que ...

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, V. Ex.^a esgotou o tempo global do Governo, pelo que agradeço que conclua a sua resposta.

O Orador: — Concluo já, Sr. Presidente.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Afinal o tempo foi mal gerido, Sr. Ministro!...

O Orador: — O tempo não foi mal gerido, os senhores é que me fazem geri-lo mal!... Gerem mal o vosso tempo e fazem os outros gerirem mal.

Aplausos do PSD.

Em relação à balança agro-florestal, os factos estão à vista e poderei fornecer os valores: de um défice de 60 milhões em 1984 passou-se para um défice de 40 milhões em 1985 e para um *superavit* em 1986. Não vale a pena discutir, pois os valores estão à vista.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — E quanto à balança agro-alimentar?

O Orador: — A balança agro-alimentar inclui o sector do peixe, que, neste primeiro semestre, teve um grande desequilíbrio com o aumento de importação de bacalhau em 80% e um aumento de preço médio do bacalhau seco em 40%.

Relativamente à questão do investimento anárquico, já referi que através dos programas específicos dos PEDARs vão estabelecer-se prioridades e cumpriremos os prazos definidos e acordados pela Comunidade para a apresentação desses programas.

Quanto à linha orientadora da PAC e sobre o não terem sido defendidos convenientemente os interesses dos nossos agricultores, direi que através do Protocolo 24 assegurámos o aumento da capacidade de produção agro-alimentar e que, na realidade, temos conseguido ser isentos dessas restrições.

Em relação à formação profissional, é evidente que num país que no princípio da década tinha 3 ou 4 escolas de formação agrícola e que neste momento tem já mais de 20 escolas em funcionamento, prevendo-se que dentro de três anos terá 40 dessas escolas, apesar de ser ainda pouco, é o que tem sido possível fazer. E isto tem representado um esforço enorme para o sector. Com efeito, de uma situação em que praticamente não havia formação profissional passou-se hoje para uma outra em que há regiões do País com uma formação profissional bastante extensa.

Finalmente, em relação à expulsão dos agricultores de Odemira, quero dizer, em primeiro lugar, que a orientação dada no Ministério é a de honrar completamente os compromissos assumidos.

Não conheço em pormenor essa questão, no entanto, a actual lei prevê que no caso de ser atribuída uma reserva tem de dar-se prioridade aos seus proprietários. Tentámos acabar com isso ao apresentar aqui uma proposta que os senhores, na altura, chumbaram, ou seja, os senhores não permitem que corrijamos a legislação e depois vêm queixar-se dessa mesma legislação. Mas, estejam calmos, na próxima legislação isso será contemplado.

O PSD tem uma noção muito clara das suas responsabilidades na zona de intervenção da reforma agrária! É talvez uma situação que os Srs. Deputados do Partido Comunista não gostam de encarar, mas, nas últimas eleições, o PSD passou a partido «número um» na zona de intervenção da reforma agrária. Com efeito, somos o partido mais votado nessa zona. Façam as contas e verão que, com a queda brutal que têm sofrido associada à nossa subida, passámos de uma situação de terceiro para primeiro partido.

O Sr. José Magalhães (PCP): — O Sr. Ministro deve fazer uns cálculos especiais!

O Orador: — Faça as contas nos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Setúbal e Santarém e verá que, no total, o PSD passou a ser o partido «número um» na zona de intervenção da reforma agrária.

Aplausos do PSD.

Uma Voz do PCP: — Não é verdade!

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Então o PSD é maioritário e nós é que elegemos mais deputados? Como é isso?

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Travaram-se nesta Assembleia, aquando da discussão do Programa do Governo, dois debates diferentes, um dos quais entre as forças que, apesar de tudo e de uma maneira geral, representam e assumem o presente. Como paradigma desse debate coloca-se como epicentro do mesmo o debate entre o PS e o PSD.

Mas travou-se um segundo debate nesta Câmara, entre as forças do passado, as forças de algumas décadas, e as do presente. É o debate protagonizado entre o Partido Comunista e a restante parte da Câmara aqui presente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sobre o primeiro vale a pena falar. Sobre o segundo pouco há a dizer.

Sobre o primeiro debate que aqui se travou há a registar elementos centrais de convergência e alguns elementos de divergência, o que será natural.

Mas tão importante como realçar a convergência e a divergência é ressaltar o paralelismo entre o debate

que hoje tem lugar aqui e o paralelismo que esse mesmo debate teve nesta Câmara em 1976, aquando da discussão do I Governo Constitucional. Porquê? Porque a história da democracia portuguesa depois do 25 de Abril teve fases diferentes.

Depois da fase do processo revolucionário, extinta praticamente com as eleições legislativas que deram origem ao I Governo Constitucional, assistiu-se nesta Câmara a um debate em que, curiosamente, os principais protagonistas foram, também, o PS e o PSD.

No final desse debate, o líder de então do PSD, Dr. Francisco Sá Carneiro, afirmou claramente que o PSD apoiava a maior parte das medidas nas áreas a que o Partido Socialista se propunha.

Mais: não lhe apresentou qualquer moção de rejeição ao Programa do Governo de então, liderado pelo Partido Socialista e pelo Dr. Mário Soares.

E por que é que o PSD o fez nessa altura? Porque estávamos no início da segunda fase do processo democrático português, eu diria, a primeira fase da construção e da institucionalização do processo democrático português.

Havia que consolidar a democracia, havia que aperfeiçoá-la, havia que cortar, criar uma barreira clara entre o passado revolucionário e o presente democrático que se pretendia. O importante era construir a democracia.

Nessa altura o PSD contribuiu par o prestígio e a força do governo do Dr. Mário Soares e pôde até, durante ano e meio, apoiar grande número de diplomas que constituíram durante muitos anos a trave mestra do ordenamento jurídico-político-institucional português em domínios da economia e da agricultura. Leis que, dada a correlação de forças então existente, a matriz ideológica predominante na sociedade portuguesa, o curto tempo de vida do próprio 25 de Abril, foram o que foram e, com o tempo, permitiram a sua evolução, a sua adaptação a patamares superiores de desenvolvimento da democracia, daí o desenvolvimento lógico que tiveram, a evolução que tiveram, até com governos maioritariamente socialistas, e que hoje tem a sua expressão evolutiva normal no governo do PSD.

Nessa altura o PSD apoiou o governo do Dr. Mário Soares durante, pelo menos, um ano e meio, ou seja, até Novembro de 1977.

Nessa altura os pontos de convergência foram grandes. Hoje, como ontem, os pontos de convergência também existem!

Hoje, estamos no início da terceira fase do nosso processo democrático pós-25 de Abril.

19 de Julho marcou o início de uma nova etapa, a dos poderes maioritários com o método proporcional eleitoral que permite a um eleitor dar maioria a um partido para que governe de acordo com essa mesma maioria.

É uma terceira fase mais estabilizante, mais clara, mais perceptível, mais estimulante.

Hoje, como ontem, a posição poderia ser análoga, poderá mesmo ser análoga.

Podem inverter-se os papéis de quem está na oposição e de quem está no Governo, mas a matriz de relacionamento poderá, seguramente, ter pontos de convergência e convém destacá-los e assiná-los hoje aqui.

A intervenção do líder do Partido Socialista, na sequência da intervenção do líder do Partido Social-Democrata e Primeiro-Ministro, Prof. Doutor Cavaco

Silva, e a inter-relação entre os dois discursos é, por isso, estimulante, clara e proveitosa para a estabilidade do próprio País.

Se, porventura, existem elementos de aproximação, de centripetação da análise do poder político e da correlação de forças, todavia há fórmulas que, aparentemente, são de divergência.

A primeira fórmula de divergência é a da apresentação da moção de rejeição. Com o devido respeito, entendo o sentido e o alcance da moção de rejeição do Programa do Governo; comprehendo-a, mas não estou completamente de acordo com ela porque a apresentação da moção de rejeição do Programa do Governo é feita na lógica particular de o Partido Socialista querer assumir-se, naturalmente, como primeiro partido da oposição.

É uma demarcação na forma, mas o debate provou que não é uma demarcação na substância. É uma demarcação porque o Partido Socialista procurará apresentar-se como líder da oposição, mas não é a demarcação de alguém que, substantivamente, se opõe com vigor e determinação aos princípios essenciais que o Programa do actual governo veiculou, carreou para esta Câmara.

Por isso, o primeiro debate que teve lugar nesta Câmara foi importante para o futuro do País.

O segundo debate, o que a CDU traçou com o resto da Câmara, é um debate sem interesse, do passado, entre as décadas de história pretéritas e o futuro do País; dir-se-ia mesmo que na bancada do Partido Comunista e dos seus «aliados» está presente o século XIX, por vezes, a estratosfera política, mas não está presente o presente do século XX de Portugal.

É daí que se explica, naturalmente, a perda de poder, de apoio eleitoral, cada vez mais visível, do próprio Partido Comunista.

Risos do PCP.

Nesta segunda tónica tenta o Partido Comunista explicar que este governo nada tinha a ver com o 25 de Abril. É a ideia mais falsa que existe.

O programa do 25 de Abril é um programa dos três «dês»: democratizar, descolonizar, desenvolver. A democratização do País está conseguida, apenas se aperfeiçoa. A descolonização está feita, da maneira que o foi, mas está feita. Mas desenvolver é o aspecto que nenhum português lúcido e responsável pode considerar como obra acabada, diria mesmo, em trânsito suficiente.

Por isso, a acção e o compromisso do governo do professor Cavaco Silva e do PSD nesta Câmara são um compromisso com a terceira directiva do 25 de Abril, ainda por cumprir, ainda por realizar.

Aplausos do PSD.

Desenvolver, para os sociais-democratas, é assegurar o equilíbrio entre duas realidades: a do crescimento, do progresso económico, por um lado, e a da solidariedade social, por outro.

No passado, alguns ou muitos portugueses falaram excessivamente do exercício da solidariedade social sem, todavia, encontrarem o contraponto normal, natural, fundamental e estrutural que o justifica, garante, legítima e o permite, ou seja, o crescimento económico.

Em discurso da oposição, em discurso hoje do Partido Socialista, ouvimos falar de solidariedade social.

Mas que sentido faz a solidariedade quando o exercício da mesma está condicionado pela não existência de meios suficientes para a promover, quando o seu exercício não tem capacidade suficiente para garantir-lá?!

Por isso, hoje, a primeira obrigação de um social-democrata é a de garantir o crescimento económico, ao mesmo tempo que ele encontra fórmulas de crescimento progressivo e auto-sustentado, e de garantir, a partir daí, exercícios de solidariedade social.

É por isso que, quando o Sr. Deputado Basílio Horta, que não tive o prazer de ver aqui ontem, tentava recolocar o programa actual do PSD e do seu governo como um programa de decalque do CDS, cometeu um erro de percepção. É que o programa do PSD retoma duas realidades distintas. O Sr. Deputado olhou para a primeira delas mas não olhou para a segunda. Identifica-nos, seguramente, com o CDS um sentido de encontrar fórmulas e instrumentos que garantem e acelerem o crescimento económico, mas para os sociais-democratas o crescimento económico não é um fim, é um meio, e isso distingue-nos do CDS!

Aplausos do PSD.

O crescimento económico não é um fim em si próprio.

Não é justificável a identificação de uma variável instrumental com uma variável estratégica.

Não é justificável no plano político a consideração de um meio como se fosse um fim em si mesmo.

Aproximam-nos, por isso, uns elementos, mas afastam-nos-ão outros.

É por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o crescimento, o desenvolvimento, é uma palavra chave, e, nesse aspecto, a reestruturação do sector empresarial do Estado assume papel importante. E importante por diversas ordens de razões: primeiro, por uma razão de princípio, uma razão teórica, que retrato numa frase lapidar do discurso do líder do Partido Socialista, Dr. Vítor Constâncio: «Não se pode acreditar tanto hoje nas nacionalizações como acreditávamos no passado como forma de instrumentalização dos objectivos gerais para a sociedade.»

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Muito bem!

O Orador: — O que o líder do PS diz é exactamente o que nós dizemos. É que, em alguns casos, as nacionalizações, as estatizações, quiseram complementar e prolongar no tempo uma certa forma de salazarismo, uma certa forma de domínio e tutela da sociedade pelo Estado, quiseram manifestar uma desconfiança do Estado perante o cidadão, quiseram outorgar ao cidadão um estatuto político de menoridade, quiseram prolongar uma forma de controle e de tutela tipicamente salazarista, com outra capa, outra cor, outra figura, mas em que, na prática, os objectivos se confundiam da mesma maneira.

Foi por isso que no plano teórico dos princípios a estatização em muitos casos conduziu à criação de burocracias, não suficientemente controláveis pelo próprio Estado.

A estatização conduziu, em muitos casos, à perda de peso, de importância, do próprio consumo; em muitos casos conduziu a situações hostis aos trabalhadores, aos contribuintes, aos consumidores.

A história mundial, onde as nacionalizações tiveram lugar, está cheia de exemplos que demonstram a irresponsabilidade a que conduziram certas políticas de nacionalizações.

É por isso que em países com governos trabalhistas — veja-se o exemplo da Nova Zelândia — se assiste ao facto de, apesar de um programa de desnacionalizações operadas por um líder socialista, o governo trabalhista continuar a ganhar as eleições.

Veja-se o exemplo da insuspeita Áustria, que foi apresentado durante muitos anos como paradigma do modelo socialista democrático, e que, hoje, com os socialistas no poder, é o paladino do desmantelamento do aparato produtivo do próprio Estado.

Vejam-se exemplos com outras matrizes políticas em qualquer parte do mundo.

Estamos, portanto, de acordo que se trata de um problema de princípio. Mas é também um problema prático e concreto em Portugal: é que o seu resultado foi negativo. E não se acuse, como alguns fazem, com o argumento de os governos serem desta ou daquela cor, de os gestores serem desta ou daquela cor, porque gestores públicos e governos — desde 1975 — tivemos de todas as cores políticas. O problema não é um problema de pessoas, é um problema de sistema, que não deu métodos, não deu frutos, não deu resultados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos de acordo e celebramos aquilo que o Governo considera como essencial para reestruturar o sector empresarial do Estado e com isso desestatizar. É que desestatizando não estamos, com isso, a diminuir o peso do Estado, estamos, sim, a diminuir o seu peso excessivo, estamos a reconduzir o Estado aos seus limites normais em democracia, e não aos seus limites excessivos que foram introduzidos em situações não democráticas.

O que está em causa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é o modelo lógico de o Estado ser ao mesmo tempo interventor no campo e definidor das regras que ele próprio vai praticar. O que está em causa é um estatuto ambíguo para um Estado que ao mesmo tempo é árbitro e jogador. Diz como se joga e joga a favor das regras que ele próprio fixa. Esta ambiguidade do Estado, esta caracterização do Estado, numa situação de controle excessivo da economia, é que é a situação anómala, errada e incorrecta, e como tal tem de ser ultrapassada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Socialista sabe isso e disse-o. E disse-o bem! Pôs «ses», pôs reservas, condicionou, mas os condicionalismos políticos que o PS disse nesta Câmara são muitos dos condicionalismos políticos que o governo do Sr. Professor Cavaco Silva também colocou nesta mesma Câmara e antes do discurso do próprio Partido Socialista.

Desta forma, quando o PS tenta fazer a demarcação justificativa da sua moção, ele contrapõe algumas ideias que — no nosso humilde ponto de vista — não são razoáveis.

Diz o PS: «Recusamos o Estado em situação de debilidade, recusamos o Estado mínimo.» Daria a impressão que o PSD aceita a tese do «Estado mínimo», mas o PSD não aceita nem a tese do «Estado mínimo» nem a tese do «Estado exígua». O PSD aceita, sim, e define

a regra de um Estado adequado às suas missões. O PSD não quer que o Estado deixe de ter as suas instruções, directivas e poderes, no âmbito da regulação e da coordenação da actividade da sociedade.

Mais: o Estado social-democrata não prescinde de ser o representante das classes e dos estratos sociais que não têm capacidade reivindicativa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, terminou o tempo global do PSD. Peço-lhe que finalize as suas considerações.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Terminei já, Sr. Presidente.

Dizia eu que o PSD, enquanto for governo, não prescinde de fazer essa defesa, como tal não tem sentido o PS acusar o PSD de querer um «Estado mínimo».

Quando o Partido Socialista, em segundo lugar, diz que continua a defender o papel insubstituível do Estado na prossecução da chamada solidariedade social, dir-se-ia que o PSD prescinde. Mas não! O PSD assume-a como necessária, só que a assume com uma garantia prévia: é que haja meios financeiros para esse mesmo exercício.

Srs. Deputados do Partido Socialista, não vale a pena falar do exercício da solidariedade social sem meios financeiros para o seu exercício, e o que nós fazemos é falar em instrumentos prévios para obter esses meios, de modo que se garanta esse mesmo exercício da solidariedade social.

Srs. Deputados, por último, falaram VV. Ex.^{as}, como matriz fundamental identificadora do PS, como contraponto ao PSD, de uma nova visão de empresa, de um novo esquema de participação, de um novo esquema de diálogo social. E foram mesmo mais longe quando disseram que as Grandes Opções do Plano que o Governo apresentou na anterior legislatura eram um documento — segundo a expressão do Sr. Deputado Almeida Santos — quase risível. Com certeza foi por lapso que VV. Ex.^{as} não puderam ler o capítulo «Reforma de empresa», onde ideologicamente os autores mais importantes, aí consagrados e citados, são os principais teóricos hoje do socialismo democrático francês. São Pierre Rosanvallon, Alain Minc e Alain Toussaint que lá estão presentes.

E quando os senhores, por má fé ou por não terem tido tempo de o ler, desconhecem isso, no mínimo, não podem citar algo onde está presente uma nova visão, uma nova concepção de empresa que talvez seja muito mais evoluída e muito mais capaz do que aquela que, em alguns tempos, VV. Ex.^{as} praticaram.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Terminei de uma maneira simples e expressiva, de acordo com aquilo que o eleitorado, que me elegeu e que fez escolher o PSD como partido maioritário, determinou. O eleitorado manifestou-se com esperança e com vigor nestas eleições pela existência de uma maioria política clara. Mas o debate que hoje aqui foi traçado e o resultado de 19 de Julho confirmam e aumentam ainda mais essa esperança.

O eleitorado puniu comportamentos políticos, premiou outros comportamentos políticos, mas o consenso em domínios fundamentais que aqui hoje foi obtido permite encarar ainda o futuro com maior esperança e com maior tranquilidade.

A figura do «Inverno do nosso descontentamento» é uma figura retórica. A figura da esperança e do provar de uma nova esperança que nos surja — e que se consagra! — é hoje a imagem fundamental que decorre deste debate e das eleições de 19 de Julho.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Uma vez que não tem tempo, o Sr. Deputado Narana Coissoró pede a palavra para que efectue?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, mas para defesa da honra da bancada há sempre tempo.

O Sr. Presidente: — Tem razão, Sr. Deputado. Nesse caso, concedo-lhe a palavra.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Julgava eu, ou julgava a minha bancada, que depois do resultado de 19 de Julho o Sr. Deputado Ângelo Correia teria aprendido a não se servir da tribuna da Assembleia da República para fazer discursos comícios como é seu hábito; não só discursos comícios mas discursos em que revela profunda ignorância do programa e dos conceitos de outros partidos. Levado por si próprio, entusiasmado com as suas próprias palavras, com a sua própria voz, atribui aos outros o que não existe na realidade, mas o que apenas povoava a sua imaginação.

O Sr. Deputado Ângelo Correia disse aqui que havia dois debates: assim quis, em primeiro lugar, mostrar ou dividir as oposições, as oposições de esquerda, entre o PC e o PS — isso não é connosco! Mas, depois, disse ter havido outro debate, que classificou de «debate do passado», em que também o resto da Câmara tinha participado. O Sr. Deputado não foi capaz de dizer em que é que o CDS participou no debate do passado. Convidado por isso o Sr. Deputado Ângelo Correia a dizer, a explicar em que parte o CDS participou no «debate do passado».

Risos do PSD.

Em segundo lugar, ao referir-se à pergunta que o meu colega de bancada Sr. Deputado Basílio Horta ontem fez, disse aqui uma coisa absolutamente sem sentido ao dizer que o CDS queria o crescimento económico pelo crescimento económico, como meio e fim em si, e que a diferença entre o CDS e o PSD residia no facto de o crescimento económico para o PSD ser um meio e não um fim. Disse assim uma banalidade, que, ainda por cima, é errada.

O CDS, como partido democrata-cristão, como partido personalista, como partido humanista, desde a sua fundação até hoje, nunca renegou o primado da pessoa humana sobre todos os outros valores. Consta isto da nossa actuação, do nosso programa, da nossa intervenção e de tudo quanto temos vindo a dizer desde que somos partido.

Dizer que para o CDS — o partido democrático cristão — o crescimento económico é um fim em si mesmo é pura ignorância do Sr. Deputado Ângelo Correia, que, por outro lado, quis ao mesmo tempo estabelecer uma similitude entre o «Estado exíguo» e o «Estado mínimo».

Compreendo que o Sr. Engenheiro Ângelo Correia não saiba nada sobre o conceito do «Estado exíguo». E não sabe!, porque, se soubesse, não fazia essa similitude. Desafio-o, pois, a dizer qual é o conceito que tem de «Estado exíguo».

Risos do PSD.

Em terceiro lugar, quero apenas dizer que se a maioria que nesta Câmara o Partido Social-Democrata disfruta serve estas ofensas, serve para este tipo de afirmações em relação a outros partidos — que estão aqui porque, sinceramente, querem fazer uma oposição construtiva, colaborante e dialogante —, então vamos mal e é mau exemplo logo no primeiro dia em que o Governo ainda não está investido. Se é assim agora, o que será quando o Sr. Deputado Ângelo Correia tiver o Governo em plenas funções...?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia, para prestar esclarecimentos.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, eu não queria participar no estilo em que o Sr. Deputado Narana Coissoró formulou as suas considerações, porque não me parece que tenham correspondido minimamente àquilo que eu disse e muito menos àquilo que quis dizer.

Em primeiro lugar, porque quando estabeleci dois tipos de diálogo — e tentei protagonizar o primeiro entre o PS e o PSD — foi porque eles tiveram maior expressão natural e percentual no próprio debate. O segundo tipo de debate — disse eu — foi travado entre o PCP e o resto da Câmara, resto onde estavam, simultaneamente, o PS, o PRD, o CDS e o PSD. Coloqui V. Ex.^a exactamente no mesmo estilo, no mesmo sítio e no mesmo local onde nós próprios nos sentávamos. Não foi por isso uma atitude de isolamento do CDS. V. Ex.^a é que tentou auto-isolar-se, sem eu o fazer ou sem eu o ter feito; lamento que V. Ex.^a tenha tido uma interpretação restritiva e exígua em termos políticos.

Risos do PSD.

A segunda questão que me obriga a responder é a questão, exactamente, do «Estado exíguo» e «Estado mínimo».

O Partido Socialista, na expressão do Sr. Deputado Vítor Constâncio, disse que «o PS recusa o 'Estado mínimo'», o que é uma expressão correcta do ponto de vista do PS, tal como é uma expressão correcta do ponto de vista do PSD. Mas, ao mesmo tempo que aproveitei a referência ao «Estado mínimo», há duas referências culturais: uma que se faz ao «Estado mínimo» e outra que se pode fazer ao «Estado exíguo», sem qualquer analogia ou similitude entre «Estado exíguo» e «Estado mínimo». Pelo contrário, são figuras conceituais separadas e por isso as separei, se não nem isso teria dito; teria só dito uma que era suficiente para a compreensão do Sr. Deputado Narana Coissoró!...

Risos do PSD.

Terceira e última questão: oh! Sr. Deputado Narana Coissoró, o facto de o PSD ter, como o Sr. Deputado Basílio Horta ontem disse — foi ele que disse e não eu — tido o voto de milhares de militantes e simpatizantes do CDS não nos vai provocar uma atitude hos-

til ou de superioridade ou de vanguarda em relação ao CDS; pelo contrário, vamos manter o mesmo estilo de relação, séria, cordata e de bom relacionamento que sempre tivemos e teremos no futuro com o CDS. Não é isso que nos vai fazer mudar. Simplesmente ontem o Sr. Deputado Basílio Horta fez uma pergunta um pouco capciosa — julgo que ao Sr. Primeiro-Ministro — ao dizer: «Bom, afinal o que o PSD está hoje a praticar é o programa do CDS.» Essa foi a expressão do Sr. Deputado Basílio Horta e, com o devido respeito, o que eu quis dizer foi que há elementos identificadores e comuns entre o programa político do CDS e o do PSD, como há elementos de identificação entre o programa do PSD e o do PS, por exemplo.

Mas que há, naturalmente, diferença há! E se V. Ex.^a não as encontrou e se não são essas que eu disse — pedirei desculpa antecipadamente ao CDS pela minha má compreensão do seu programa —, então houve um erro terrível: é que o País percebeu mal! O País percebeu aquilo que eu disse e não aquilo que V. Ex.^a disse e por isso votou em nós.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lilaia.

O Sr. Carlos Lilaia (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: A análise do Programa do Governo evidencia desde logo uma ausência completa de calendarização para as principais medidas que nos diferentes domínios e sectores este executivo propõe. Tal evidência é, no mínimo, surpreendente, para mais tratando-se de um governo de legislatura, com a sua acção balizada temporalmente pelo apoio que lhe é dado pela sólida maioria de que disfruta o partido que o apoia. Como entender, então, esta ausência: falta de confiança na sua maioria ou desejo expresso de não se comprometer? Escolhemos como hipótese de trabalho a segunda.

O Governo libertou-se das promessas eleitorais, diz que faz, que irá fazer, mas evita os compromissos temporais precisos.

Mais uma vez vai gerir o tempo à sua maneira, definindo e implementando as diferentes acções e medidas quando isso se afigure mais conveniente aos interesses do Governo e do partido que o apoia.

A ausência de calendarização é, em termos gerais, não deseável pelos motivos já referidos, mas é particularmente nefasta nos domínios em que a ausência de vontade política para a acção mais caracterizou os governos anteriores. É o caso, por exemplo, do ordenamento do território, da política regional e da regionalização.

Retomar nesta intervenção o tema da regionalização tem justificação e oportunidade, como procuraremos demonstrar.

Durante as perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, na sequência do discurso de apresentação do Programa do Governo, apontaram-se as linhas demasiado tímidas e vagas do Programa do Governo acerca da regionalização.

O partido que mais promessas fez aos Portugueses em matéria de processo de regionalização e de participação dos cidadãos na vida democrática fica-se agora,

uma vez chegado ao poder numa situação de maioria, pela vaga referência à necessidade de uma lei de definição de atribuições e competência das autarquias regionais.

Não encontrou o Sr. Primeiro-Ministro melhor resposta do que avançar com os já usados argumentos dos perigos da regionalização e de dizer, sem nenhuma razão, de que não deu início à regionalização porque o Governo foi derrubado na Assembleia da República.

Como V. Ex.^a sabe, Sr. Primeiro-Ministro, é a Assembleia da República que deve ter capacidade de iniciativa e de condução de um processo com as características da regionalização. Aliás, o próprio Governo o reconhece no seu Programa quando diz: «O Governo empenhar-se-á na aprovação pela Assembleia da República de uma lei quadro sobre a regionalização que permita uma decisão sobre as funções e competências das regiões administrativas.» É pena que se tenha ficado apenas por aqui.

O Sr. Primeiro-Ministro sabe quem na anterior legislatura colocou nesta Assembleia os maiores entraves a um decisivo avanço na regionalização. Permite-me, contudo, que lhe recorde que quem detém o poder, ainda que transitório, como é o caso, não quer reparar, não quer descentralizar. É esta a verdade, mas o Governo deve assumi-la. Se quer «congelar» a regionalização, que não faça falsas promessas e, sobretudo, que evite os embustes.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, se realmente pretende sugestões para o seu programa aqui tem uma: procure um grande consenso nesta Assembleia para o processo de regionalização. Apresente-nos um calendário de acções, não se fique apenas pelas funções e competências.

A regionalização não tem riscos, ou antes, os riscos da regionalização são efectivos apenas para os grupos de interesses instalados no aparelho administrativo e para todos os que receiam a transformação e a modernização da sociedade.

A importância que o PRD tem atribuído à criação das regiões administrativas reforçar-se-á em breve com a reapresentação a esta Câmara de um projecto de lei quadro das regiões administrativas.

Em matéria de poder local o Programa não se figura inovador, dando talvez razão à intervenção do Sr. Ministro do Plano e do Ordenamento do Território de que o Programa seria nesta área um programa de continuidade. Em todo o caso, a referência à disponibilidade do Governo para elaborar uma proposta de lei definindo critérios para a criação e extinção de municípios e freguesias e para a elevação de povoações a vilas e cidades afigura-se importante e vem ao encontro das posições assumidas pelo PRD nesta Câmara. Tendo sido, na anterior sessão legislativa, o PSD campeão na apresentação de iniciativas neste domínio, muitas vezes com propósitos eleitoralistas e de nítido favorecimento do caciquismo local, sempre se regista a iniciativa, muito embora compreendendo a confusão e apreensão que, naturalmente, grassará no Grupo Parlamentar do PSD.

E a prova evidente disso são, pela leitura do *Diário da Assembleia da República*, os três primeiros projectos de lei apresentados a esta Câmara, que versaram, exactamente, sobre esta matéria, em nítida contradição com o Programa do Governo e com aquilo se disse na bancada do PSD.

Aspecto positivo é também a referência às medidas de apoio à construção e reparação de edifícios para sede de municípios e juntas de freguesias.

Mas aqui a experiência anterior aconselha prudência, há que esperar pelo próximo Orçamento do Estado.

Preocupante é também a afirmação contida no Programa de que a revisão da Lei dos Baldios atribua claramente ao poder local a responsabilidade pela administração de terrenos baldios.

No mínimo, é necessário mais prudência. Pela minha parte, recomendaria ao Governo a leitura de vasta documentação existente nesta Assembleia sobre baldios e resultante do trabalho de comissão.

Chegados ao ordenamento do território e à política regional, logo nos confrontamos com o mau prenúncio de conceitos hoje ultrapassados e que parecem vir da década de 60. Espera-se que a anunciada lei quadro do ordenamento do território dissipe o mau presságio. Mas para quando essa lei quadro fundamental? Também aqui o Governo não quer compromissos temporais.

Para que não fiquem dúvidas e para que depois não apresentem «gato por lebre», convirá desde já adiantar que para o PRD a elaboração do esquema de ordenamento do território deve ser a sede própria para discutir as opções fundamentais que se colocam ao nosso país, desde a sua inserção na Europa e no mundo até à espacialização das políticas agrícola, industrial ou de recursos humanos, necessárias à resolução dos problemas nacionais.

Finalmente, Sr. Ministro do Plano e do Ordenamento do Território, as referências contidas no Programa aos PIDRs são insuficientes e a sua intervenção de hoje nada mais acrescentou nesta matéria. Já concluiu o Ministério os trabalhos de revisão do enquadramento destes planos? Qual a avaliação que faz da sua execução? A minha — adianto-lhe já — não é muito positiva. Que novos PIDRs vai o Governo lançar, pois já deve ter ideias sobre isto? Certamente não estará a aguardar pela apresentação do Orçamento do Estado. Em minha opinião, seria aqui a altura oportuna para fazer o seu anúncio; outro entendimento tem o Governo.

Finalmente, uma breve referência a uma passagem do Programa onde se refere que a demarcação de áreas de expansão urbana e o planeamento urbanístico em geral podem corresponder adequadamente às necessidades dos que procuram habitação, prevenindo assim a construção clandestina. Quem isto escreveu ainda não percebeu a génese dos clandestinos em Portugal, sobretudo no período pós-25 de Abril. Não teve oportunidade de ver essa magnífica obra cinematográfica do neo-realismo italiano *Il Tecto* e nunca encontrará as vias necessárias para utilizar, de forma socialmente útil, as pequenas poupanças das famílias, que, de forma desordenada, são aplicadas na construção clandestina para resposta ao problema da habitação que o Estado não dá. Mas também aqui o Governo prefere menos Estado. Ao nível do discurso e para as áreas que abordei, o Governo reconhece a necessidade dos grandes consensos para a realização das grandes reformas necessárias ao desenvolvimento do País. Pela nossa parte ficamos a aguardar a passagem das palavras aos actos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, passando ao período de encerramento do debate, de acordo com o que ficou estabelecido em conferência de líderes, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro, para uma intervenção.

O Sr. Raul Castro (ID): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Há 200 anos, Adam Smith publicava a sua célebre obra *Estudos sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* e nela defendia que «quanto menos Estado melhor».

O Programa do Governo e o discurso do Sr. Primeiro-Ministro retomam esta tese do século XVIII de «menos Estado» como uma das características da modernização do País.

Estranha modernização seria esta orientada pelo regresso a princípios de há dois séculos!

Na verdade, se a tese de Adam Smith se comprehende no tempo em que foi formulada, quando importava remover todos os obstáculos ao desenvolvimento do sistema capitalista que então nascia, ela não pode hoje deixar de ser um princípio anacrónico, mero travesti de modernidade.

De resto, todo o Programa do XI Governo é enfomado pelo propósito não do progresso mas do retrocesso a condições económicas, sociais e culturais que existiram no nosso país antes do 25 de Abril.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Muito bem!

O Orador: — Não se trata, aliás, de soluções originais.

Quando o Sr. Primeiro-Ministro diz que é difícil catalogar a sua política, só tenta beneficiar de uma duplidade: invoca os princípios da social-democracia, mas, na prática, o que usa e aplica é o que se tem chamado a «solução liberal», que não tem nada a ver, como é evidente, com o liberalismo histórico, por contraposição ao miguelismo e a que outros chamam o «capitalismo popular».

Esta política não tem nada de original, pois não representa senão um esforço para figurar no «retrato da família» em que posam Reagan, Herut Kol, Margaret Thatcher e outros, todos fiéis adeptos seguidores de Hayek e Milton Friedman, nos mesmos princípios que o Programa do XI Governo defende: a imperiosidade da ordem espontânea do capitalismo, a substituição da justiça social pela noção de solidariedade, o monetarismo como cerne para a saída da crise, o novo crescimento passa por menos Estado, os empreendedores são a cavalaria económica do nosso tempo, a iniciativa privada é excelente para tudo, para a saúde, para o ensino, para a segurança social ...

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Muito bem!

O Orador: — Simplesmente, e parafraseando um desiludido alemão deste «neoliberalismo», Rüdiger Alt-mann, pode também dizer-se deste governo que «o Governo limita-se a alimentar uma atmosfera conservadora sem ideias, um crescimento sem objectivos».

Esta política, que o Governo já vinha aplicando nos vinte meses do seu anterior mandato, considerando os

empreendedores não apenas a cavalaria económica do nosso tempo, mas a cavalaria, a infantaria e a artilharia, teve e terá um lamentável resultado: a concentração de rendimentos cada vez maiores num sector restrito da população e a agudização da injustiça social na distribuição dos rendimentos.

E ignora e viola, nomeadamente, o princípio da garantia da existência dos três sectores: público, privado e cooperativo.

Mas ignora também os resultados que ela produziu no Japão, um dos países que a pôs em prática, onde não só os trabalhadores de serviços são obrigados, por escassez de tempo, a almoçar na própria mesa onde trabalham, mas que colocou ainda o Japão como o país mais industrializado em que é mais elevado o suicídio de adolescentes, como observa Guy Sorman em *A Solução Liberal*.

De resto, uma política contra o 25 de Abril e as transformações sociais e culturais que ele introduziu na sociedade portuguesa, em que este programa do XI Governo se insere de forma radical e ultramontana, e que vem sendo posta em prática há onze anos, é bem sintetizadas, quando à juventude, na análise de Maria Luísa Braula Reis publicada no número especial da revista *Desenvolvimento*, de Maio de 1986:

No caso português, o mito da juventude participativa construiu-se a partir do empenhamento dos jovens nas mudanças sociais operadas em 1974 e nos movimentos que as precederam. Hoje a situação mudou. De sujeito activo socialmente, a juventude aparece com interesses imediatistas e transformada em sujeito consumidor de grande parte das manifestações de cultura dominante, veiculadas através dos *mass media*. De grupo coeso e possuidor de forte espírito associativo, os jovens encontram-se marginalizados e atomizados, com uma mentalidade individualista, construída grandemente pela competitividade imposta. Tanto na vida escolar (acesso ao ensino superior) como no mundo do trabalho (falta de emprego).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Também sem originalidade, o PSD e o seus governos invocam como seu grande objectivo as «reformas de estrutura».

Trata-se de um conceito nascido entre as duas guerras, como nota Michel Rocard, «inventado por Henri de Man para designar o conjunto de transformações, distinto das ‘reformas de repartição’, da natureza do poder económico e político, que há que introduzir no próprio seio do capitalismo».

Tal significa, em primeiro lugar, que as «reformas de estrutura» visam perpetuar o capitalismo, à revelia do objectivo estabelecido na Constituição de assegurar a transição para o socialismo.

E, em segundo lugar, que tais «reformas de estrutura», como distintas das «reformas de repartição», são alheias à preocupação de intervir na área da repartição dos rendimentos.

Sucede que se tem agravado nos vinte meses de exercício do anterior governo a desproporção na distribuição do rendimento em relação ao capital e ao trabalho. Quer dizer: com esta política do Sr. Primeiro-Ministro o capital cada vez recebe mais e os trabalhadores cada vez menos do rendimento nacional.

Com certeza porque se trata de uma realidade indesmentível e porque é matéria inconveniente para o Governo, o Sr. Primeiro-Ministro, sintomaticamente, deixou sem resposta o pedido de esclarecimento que formulámos sobre esta matéria.

E também sintomaticamente deixou o Sr. Primeiro-Ministro sem resposta outro ponto importante por nós suscitado: como é possível considerar «positivo e muito encorajador o balanço dos primeiros 19 meses de adesão à CEE», referido a p. 51 do Programa do Governo, em face do agravamento do défice da balança comercial em mais 50% nos seis primeiros meses deste ano?

Verifica-se que o Sr. Primeiro-Ministro não gosta de falar no défice da balança comercial. E é pena. Até porque em tal défice têm um peso decisivo os bens de consumo, o que não tem nada a ver com o investimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: Já seria muito grave que quem há poucos dias jurou fidelidade à Constituição a ignore nas medidas essenciais que defende no seu programa de governo.

Porque se todos os constitucionalistas merecem o nosso respeito, é pouco abonar-se com a opinião de alguns deles, de mais a mais se há um órgão próprio para definir a conformidade das leis da Constituição. Mas é igualmente muito grave, da parte de quem aju-ramentou o cumprimento da Constituição, propugnar o objectivo de a desfigurar através da sua revisão.

Para quem tão insistentemente invoca a legitimidade maioritária da sua eleição há-de ser sempre algo que constitui motivo de maior estranheza procurar tornar esquecido que a lei fundamental do nosso país foi aprovada em 1976 pela grande maioria dos deputados constituintes, incluindo os que representavam o partido do Sr. Primeiro-Ministro.

E treze anos volvidos não são apenas as liberdades estabelecidas na Constituição que estão profundamente enraizadas na grande maioria dos portugueses; são os seus direitos e garantias, são as transformações económicas, sociais e culturais, são a participação dos cidadãos, que não se esgota no exercício periódico do direito de voto.

Quando V. Ex.^a afirmou, durante a campanha eleitoral, que as últimas eleições eram tão importantes como o 25 de Abril cometeu um grande erro de avaliação. O 25 de Abril foi e será, de longe, mais importante que quaisquer eleições, seja qual for o seu resultado, porque não é só um marco histórico na evolução da sociedade portuguesa, é e será o pulsar novo da esmagadora maioria do nosso povo.

Aplausos da ID e do PCP.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, como não houve intervalo regimental, suponho que muitos dos Srs. Deputados não se devem ter apercebido de que já entrámos na fase de encerramento do debate, em que, como é habitual, os deputados costumam estar presente no hemiciclo. Sugeria, a propósito, que se seguisse aquilo que é costume fazer quando se procede a uma votação, isto é, que se fizesse tocar a campainha para chamar os deputados para o hemiciclo.

O Sr. Presidente: — Assim se fará, Sr. Deputado. Entretanto, peço ao Sr. Vice-Presidente José Manuel Maia Nunes de Almeida o favor de me substituir por uns momentos na presidência.

O Sr. Vice-Presidente José Manuel Maia Nunes de Almeida assumiu a presidência.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia Nunes de Almeida): — Srs. Deputados, muito obrigado pela vossa saudação.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Presidente em exercício, penso que me cabe a mim saudar a sua estreia na presidência desta Assembleia.

Queria começar por dizer que, de facto, alguns dos Srs. Deputados talvez não tenham dado conta de que estamos no período de encerramento do debate do Programa do Governo. Já começa a ser coisa antiga nestas terras que quem tem coisas para dizer tenha de ir «pregar aos peixinhos», como fez o nosso santo de Lisboa, Santo António! Mas, ainda assim, vamos lá!

Depois da saudação que dirigi ao Sr. Presidente em exercício, queria saudar a nomeação do «ecologista oficial do reino» por parte da maioria, o Sr. Deputado Mário Maciel.

Risos do PCP.

Essa nomeação vem diminuir uma grande parte das preocupações do Partido Ecologista Os Verdes no que concerne à política do ambiente do futuro governo.

De facto, manter um *status* de «ecologista oficial» penso que é garantia de que o ambiente, afinal, não vai ser tão esquecido assim! De qualquer modo, face a esta ironia, e ainda que desejemos melhor saúde ao Sr. Deputado, que é «verde por dentro» — não sei se isto tem que ver com a nova técnica da radiografia a cores, espero que não —, estamos abertos ao diálogo e penso que todos somos poucos para a defesa do ambiente.

Reportando-me mais concretamente àquilo que aqui foi debatido, o Programa do Governo, queria começar por dizer que, para nós, os ecologistas do Partido Os Verdes, ficou claro que a política que vai ser prosseguida pelo XI Governo Constitucional, em matéria de defesa e de relações com o exterior, é uma política que está, decididamente, «de pernas para o ar», em relação ao grande esforço que a maioria dos povos do mundo está a fazer para encontrar a paz. É lamentável que quando Portugal vai ter que celebrar os 500 anos da sua mais feliz, digamos assim, passagem pela História da Humanidade o faça «de pernas para o ar». E digo «de pernas para o ar», pois há pouco foi referida aqui a descolonização e, a esse propósito, recordo que o território de Timor é da nossa responsabilidade.

Neste momento em que estou aqui a falar quase de certeza que alguém deve estar a ser torturado no território de Timor e isso tem a ver connosco, com a nossa segurança, com as nossas responsabilidades.

É, pois, urgente que este governo assuma as suas responsabilidades.

Não basta dizer que tem uma maioria, aliás, isso ainda acresce às responsabilidades que tem de gover-

nar todo o país e aqueles territórios que ainda estão sob administração portuguesa.

No que respeita às nossas relações com o bloco ocidental, já aqui tive oportunidade de referir que há uma grande confusão por parte do Sr. Primeiro-Ministro, e certamente do seu governo, entre o que são os valores e os interesses ocidentais. Penso que também já tive ocasião de dizer que os Portugueses foram um dos povos que teve uma mais decisiva contribuição para anular as barreiras entre os valores ocidentais e os restantes. Aproveito para recordar aqui que da confusão dos valores ocidentais de então com os interesses ocidentais resultou, nomeadamente, o incremento do tráfico de escravos.

Ainda em relação à defesa do nosso território e às relações com o exterior — e estas duas áreas não se devem separar —, penso que este governo tem a obrigação de defender os reais interesses do nosso povo, sejam eles económicos, culturais ou de qualquer outra natureza. No entanto, não foi assim que foi anunciado. De facto, confundiu-se a assunção dos compromissos anteriores, a Organização do Tratado Atlântico Norte, com a defesa dos interesses nacionais.

Os Srs. Membros do Governo sabem tão bem como eu que a participação num projecto de guerra que está condenado ao fracasso não vai ser a defesa dos interesses nacionais, assim como o não vai ser a instalação em território nacional de bases que estão condenadas por todos os povos do mundo onde estão instaladas, desde o Japão à Alemanha Federal, passando pela Coreia do Sul, Itália, Grécia, Turquia. Todos os povos, todas as comunidades, as têm condenado e não vamos ser agora nós, o povo da cauda da Europa, a aguentar aquilo que os outros já se deram conta de que não é bom para a sua segurança.

No que concerne ao capítulo da justiça, do Programa do Governo resalta a aplicação urgente da Lei da Segurança Interna. Penso que todos os deputados presentes nesta Câmara tiveram oportunidade de reparar no elevado número de «seguranças» que aqui está presente sempre que membros do Governo aqui fazem a sua aparição. Ora isto é um sintoma preocupante, pois estamos no «santuário» da democracia e, a nosso ver, não corremos aqui o risco de qualquer atentado. É um sintoma preocupante para nós ver esta quantidade de «seguranças», porque nos leva a pensar numa aplicação da Lei de Segurança Interna que não tenha, de facto, em consideração as necessidades de segurança e estabilidade do povo, mas sirva, isso sim, para guardar determinados senhores.

Uma voz do PSD: — Está completamente baralhado!

O Orador: — Em relação à lei eleitoral, fala-se no número excessivo de deputados. A esse propósito gostaria de propor que, se for levada a cabo a redução do número de deputados, se tivesse em consideração a produtividade e o interesse dos deputados, independentemente das posições políticas que expressam.

Obviamente, não sou um especialista ou analista da parte económica — temos sobrejtos analistas dessa questão —, mas não queria deixar de referir que a política de risco de consumismo para que se faz apelo não deixará de ter certamente um impacte negativo na qualidade do ambiente e na defesa do consumidor, repercutindo-se certamente no bem-estar, que é um

termo sobrejamente usado no Programa do Governo. Numa política de consumismo não se pode estimular o consumo sem se dar condições às pessoas para adquirirem os produtos. Não é possível manter esses consumidores com a devida sanidade mental, e isso é uma das causas que leva muitas vezes ao crime, ao roubo, à toxicodependência, à prostituição e a todos os males que são sobrejamente conhecidos.

Quanto ao ordenamento do território, já tivemos também oportunidade de afirmar aqui que a sua liberalização vai certamente gerar uma destruição ainda maior de parcelas do nosso território que até agora se têm mantido à margem da ganância de certos especuladores, nomeadamente imobiliários, e de certos madeireiros.

Em relação à agricultura, ficamos sem saber se, de facto, vamos ter agricultura ou agricultores, o que não é a mesma coisa! Realmente apela-se aqui aos jovens agricultores, à modernização da nossa agricultura, mas estamos a três anos do fim do período de transição, e, com este ritmo de modificação e com a falta de respeito que existe com aquele agricultor que ainda vive na terra, o que vai suceder é que Portugal ficará com uma única opção em termos agrícolas na CEE: ser o museu da agricultura! Não vejo outra saída!

Em relação à política florestal, não foi aqui referido pelo Governo se os eucaliptos vão ou não invadir áreas sagradas da agricultura, como sejam as áreas transmontanas.

Também nada se disse sobre as energias renováveis e os incentivos que se devem dar a quem queira trabalhar na investigação e na aplicação dessas energias. Apenas foi aqui dito: «Não ao nuclear» pelo Sr. Deputado Carlos Coelho. Mas o Sr. Deputado não está no Governo, e não basta dizer que não ao nuclear em Portugal. Neste campo, e nas relações com o exterior, é preciso entrar em conversações urgentes com o Estado Espanhol no sentido de não virmos nós, os Portugueses, a ser afectados pelo tremendo programa nuclear do Estado Espanhol.

Quanto aos transportes, parece que vamos ser o país das auto-estradas! Penso que ninguém ignora o impacte ambiental que têm as auto-estradas em países pequenos como o nosso e com ecossistemas tão variados que vão desde o semideserto até às áreas de floresta de folha caduca. Construir auto-estradas indiscriminadamente é cortar pelo meio territórios animais, e recordo que os animais também têm direito a viver nas condições que a Natureza lhes impõe, e não como nós queremos.

Não queria terminar sem fazer uma referência especial à intervenção do Sr. Ministro da Educação, pois o Sr. Ministro, de facto, conseguiu fazer renascer em nós a esperança que já julgávamos perdida. Também, em outras alturas, outros ministros da Educação fizeram renascer esta esperança em nós, e eu quase que me tinha prometido nunca mais acreditar num ministro da Educação. Porém, vou conceder ao Sr. Ministro o benefício da dúvida e fico a aguardar os factos. Fiquei convencido de que vai começar a valer a pena ser professor, quer para mim, quer para os meus alunos!

Queria terminar com uma referência à relação que nos próximos anos vai haver entre a comunicação social e a vida democrática. Penso que em democracia é fundamental que a comunicação social seja isenta e não

cale nem ignore a voz das minorias. A comunicação social não pode ser a «voz do dono», nessa medida deixo aqui um alerta aos profissionais da comunicação social, e é para esses que neste momento me dirijo. Há uma parte do Programa do Governo que diz, quase textualmente, que uma escola de jornalismo irá contribuir para que finalmente em Portugal o jornalismo seja independente e competente; portanto, isto é de algum modo aceitar que o não tem sido. No entanto, penso que a culpa não será sempre dos Srs. Jornalistas, mas que tem muito a ver com as pressões a que têm estado sujeitos.

Desejo deixar aqui expressa a garantia de que o Partido Ecologista Os Verdes está disposto a colaborar em todas as tarefas de manutenção do equilíbrio e da prossecução da paz, da qualidade de vida e do bem-estar dos Portugueses.

Estamos atentos, estamos alerta e podem contar connosco!

Aplausos do deputado da ID João Corregedor da Fonseca.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Moreira.

O Sr. Adriano Moreira (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Srs. Deputados: Neste debate sobre o Programa do Governo devíamos ter oportunidade de alguém repetir os discursos de Almeida Garrett e José Estêvão sobre a questão da ordem e da justiça que se seguirá.

Estamos no porto Pireu, mais uma vez, e não vai ser fácil prognosticar a evolução do regime que mudou sem alterar o sistema, e sem revisão constitucional, para um presidencialismo de primeiro-ministro a que as eleições conduziram.

O sistema é o mesmo, e portanto continuamos a entender que é mau, e, se a revisão constitucional não lhe der remédio consensual, havemos de assistir às consequências do normativismo dos factos estabelecidos, aceitando-os sem os prever.

É por isso que o Partido Socialista tem nas suas mãos uma responsabilidade acrescida, em que sempre temos insistido, desta vez para que o normativismo jurídico venha rapidamente disciplinar os factos, alterando o sistema que foi ocupado contra todas as previsões dos constituintes, para demonstração de que estavam enganados e não tinham feito uma Constituição adaptada à realidade do País.

Temos obrigação de dizer isto, não porque possamos dar qualquer ajuda com os votos na Câmara, mas porque, raras vezes, algumas ideias de quem não tem poder são úteis a quem o tem, como se demonstra com o conteúdo do Programa do Governo homogeneamente social-democrata que nos foi prometido, e aqui está, e ou seria assim ou não haveria este Governo. Por outro lado, também o devemos dizer porque, sem necessidade para o Programa, o Primeiro-Ministro deu uma explicação do 19 de Julho baseada na posição do comportamento das oposições para com o seu governo, e com isto não faz justiça a si próprio, nem dá oportunidade de consolo às oposições que ele reconheceu construtivas, mas sofreram a mesma razia.

Alguns entendidos julgam que a engenharia social bem gerida teve mais a ver com isso, numa eleição em que praticamente não houve debate de ideias, e esta-

mos inclinados a dar-lhes o benefício da evidência: mas julgamos que não é por esta rama das coisas que iremos ao encontro das necessidades do País, que passa melhor sem tais ensaios de diálogo inútil.

O eleitorado fez o que lhe pareceu estar nas suas mãos, que era mudar o regime, esperando que o Parlamento faça agora, como pode e deve, o trabalho de mudar o sistema e de corrigir a Constituição.

No entretanto, é também previsível que, não fazendo o Parlamento uma coisa e outra, a própria Constituição poderá ser reinterpretada pelo normativismo dos factos, com uma nova filosofia do Tribunal Constitucional, que virá a ter outra composição, e com uma nova forma de ponderar do Conselho de Estado, que igualmente sofrerá mudança.

É urgente para os interesses do País que o consenso sobre a revisão constitucional se adiante à pressão dos factos, que acabam sempre por ter razão, mesmo sem ela.

Do nosso lado não queremos uma Constituição de carga ideológica, mas já temos dificuldade em admitir que um governo a não tenha e digam que as ideologias morreram, uma afirmação a que ninguém, salvo fora do ramo, se atrevia, pelo menos desde a década de 60, porque sabe-se perfeitamente que o fenómeno é outro. Tão outro que no mesmo discurso se reprende o nacionalismo que abreviadamente chamamos doentio, sem todavia definir o nacionalismo sadio que invoca para os novos tempos da internacionalização e da interdependência, mas sabendo certamente qual é sem o dizer.

Pela nossa parte entendemos que faz parte do nacionalismo sadio assumir a mudança estrutural da comunidade internacional e da nossa condição desde 1986, e por isso damos razão aos que se preocupam com a defesa da identidade nacional, que não tem relação de essência com a mudança mundial da realidade das soberanias, e julgamos deficiente o Programa do Governo porque não atendeu às repetidas chamadas de atenção que foram feitas na Câmara e fora dela para esta grave questão, algumas delas constantes de projectos de lei que vão caducando com as legislaturas.

Quando dizemos que estamos a consentir na exportação de Portugal, esperaríamos que o Governo tomasse isso a sério no Programa, e não está lá nada: para exemplificar, talvez os serviços do Ministério da Justiça possam facilmente verificar nos registos que propriedades de valor histórico e cultural passaram para as mãos de estrangeiros no termo de Sintra, apenas no último mês, e isto porque Sintra é toda de valor histórico e cultural. Com estas coisas preocupam-se os países das Comunidades Europeias, e não são nacionalistas doentios, e é necessário atender às dificuldades que levam a esta cedência.

Consideramos inaceitável a leveza do programa da defesa, que apresenta um resumo abreviado dos conceitos básicos do Instituto de Defesa Nacional, mas a respeito da necessidade de uma nova grande estratégia nacional, que não existe talvez desde 1972, é completamente omisso.

Não pode considerar-se minimamente satisfatório um programa de política externa, para um país fortemente dominado por factores exógenos, que não nos dá conta da debilidade a que chegou o aparelho diplomático, nem adverte sequer o País de que temos estado a redu-

zir a capacidade do exercício do nosso direito de representação activa e passiva. E se não começa por aqui não pode ir tão longe quanto necessitamos.

Não pode aceitar-se que o Programa omita a necessidade inadiável de enfrentar o caos do ensino superior, em que o Governo plebiscitado teve fortíssimas responsabilidades, com a sementeira de alvarás que produziu, prejudicando a qualidade do ensino privado, que tanto defendemos.

Defendemos sempre a privatização da economia, e que ela viria de fora, se não tivéssemos a coragem de a fazer autonomamente. Mas não é aceitável que o Programa a adopte ignorando a dívida interna para com os expropriados sem justa indemnização; que nos deixa na dúvida sobre se a fará com sentido social suficientemente defendido para não proliferar o modelo que se passea espontâneo pela Bolsa; e que, finalmente, surpreenda o eleitorado que abandonou os seus próprios partidos para lhe dar força com a inquietação lançada sobre o cargo fiscal que vai provavelmente debilitar a fraquíssima classe média, sem a qual não há estabilidade social recuperável e duradoura.

Depois do que a todos ensinaram no 19 de Julho, também aprenderão assim alguma coisa sobre a diferente segurança que existe entre votar em consciência e votar útil.

É agora mais urgente do que era antes que se defina um regime jurídico para o segredo de Estado, isto para que as oposições tenham alguma segurança sobre o que fiscalizam e criticam, acabe definitivamente a prática de o Parlamento perguntar pelo que precisa de saber e o Governo responder se lhe parece. O próprio Governo deveria tomar uma iniciativa, e o Programa não a menciona.

Por causa da engenharia social, que vai entre nós com tão grande desenvolvimento e consequências, em termos de as pequenas forças sociais e políticas serem facilmente silenciadas, a comunicação social não precisa apenas que se mexa na titularidade da propriedade, do que ainda precisa é de um estatuto equivalente ao das profissões liberais para defesa dos profissionais da comunicação, que não têm nada a ver com os analistas adventícios e servidores ocasionais de projectos políticos. O Programa não cuida disto.

Sabemos muito bem que os nossos votos não fazem já falta à estabilidade e ao Governo, e, portanto, não tem para o Programa gravidade nenhuma se lhos não dermos, porque grande parte do nosso eleitorado já os deu.

Mas tem importância para o futuro do País, para o respeito devido às minorias, para a salvaguarda da autonomia da sociedade civil, para a integridade do pluralismo, que não fiquem omitidas estas críticas construtivas, mesmo quando o poder de quem as faz é nenhum, dirigindo-se ao poder excessivo de quem escuta. Porque, como ensinou o padre António Vieira, o poder tudo não está em fazer tudo o que se quer, está em poder fazer o que se deve e em não poder fazer o que se não deve. Com a palavra, e sem força, o nosso intuito é, como no passado, tentar ajudar o Governo e o Parlamento a fazerem o que devem, e a não fazerem o que não devem, para benefício comum dos Portugueses.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hermínio Martinho.

O Sr. Hermínio Martinho (PRD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O PRD esperava mais e melhor do Programa que acabámos de debater.

Uma Voz do PSD: — É natural!

O Orador: — Este governo disfruta de condições sem precedentes para afirmar, abertamente, um projecto de mudança da sociedade portuguesa. De resto, isso mesmo o PSD prometeu aos Portugueses no seu manifesto eleitoral.

O Programa que nos últimos dias foi debatido nesta Assembleia fica aquém do manifesto eleitoral do PSD, não só em termos de coerência interna, como também nas mensagens que contém.

Este último inspirava-se no *slogan* de que «Portugal não pode parar». O Programa, esse, pretende deixar clara a ideia de que, para não parar, Portugal precisa de ter uma Constituição mais compatível com as propostas de acção governativa.

Utilizando um pouco de humor, ocorre perguntar se o Governo não deveria ter apresentado à Câmara dois programas: um a implementar após a revisão constitucional e o outro — um programa digamos que intercalar — a aplicar até à revisão constitucional.

No discurso que pronunciou nesta Assembleia, o Sr. Primeiro-Ministro afirmou que «o voto de 19 de Julho não foi [...] um voto na estabilidade pela estabilidade, mas um mandato para, na continuidade em relação ao anterior executivo, se executar uma política, se levar à prática um projecto».

Mas que projecto está contido no Programa do XI Governo Constitucional?

Que finalidades, que objectivos, que metas, que programas finalizados? Que prioridades? Que hierarquização das mesmas, que calendarização da respetiva execução?

É certo que, como também já tinha sido referido pelo Sr. Primeiro-Ministro no discurso da tomada de posse, este executivo representa uma linha de continuidade do X Governo Constitucional, mas também é certo que o Programa deste não dava igualmente resposta apropriada às questões colocadas.

Quer isto dizer que não é ainda desta vez, apesar — mas, certamente, não por causa — da tão proclamada viragem de 19 de Julho, que os Portugueses passarão a conhecer, com a necessária clareza, o modelo de desenvolvimento de que terão de ser agentes e beneficiários.

Curiosamente, no capítulo dedicado ao planeamento e desenvolvimento regional — o qual, aliás, surge perfeitamente desgarrado no cômputo de um programa que faz do mercado o regulador exclusivo e absorvente de vida económica — afirma-se a «necessidade de definição de uma estratégia de desenvolvimento económico e social regionalmente diferenciada» e salienta-se a exigência de «concretização de medidas e de acções, coextensivas entre si, sob a forma de programas».

A estratégia aludida não se encontra ainda minimamente configurada no Programa do Governo e, quanto a programas, não me apercebi de que no documento em apreço houvesse qualquer listagem, mesmo que meramente indicativa. No entanto, no discurso de apresentação do Programa foi afirmado pelo Sr. Primeiro-

-Ministro que «o XI Governo conhece o rumo e saberá estabelecer o ritmo adequado à resolução dos principais problemas do País».

Achávamos importante que os Portugueses também pudessem verificar, no Programa em apreço, rumos e ritmos, até para que, como parece ser desejo do Sr. Primeiro-Ministro, a política passe, «naturalmente», a ocupar uma parte menor nas preocupações do cidadão comum...

A tentativa de cobertura integral de todas as áreas em que se exerce a acção governativa e a qualidade de algumas partes do Programa — saliento, em especial, o capítulo relativo à educação e espero que a prioridade consistente no aumento significativo da despesa pública no sector possa concretizar-se por forma que finalmente possamos ombrear nesta área decisiva com a generalidade dos países europeus desenvolvidos —, apesar dessa qualidade, não fazem esquecer as grandes preocupações que aquele nos suscita.

As reformas estruturais enunciadas não se encontram devidamente explicitadas e desenvolvidas, acrescendo que algumas delas se afiguram, como já referi, condicionadas pelos resultados da revisão constitucional. É, porém, possível, em certos casos, ler e ver nas entrelinhas. Tome-se o caso da política de redução dos custos unitários de produção. Nesse ponto afirma-se, e cito, «que deverá ser proporcionado às empresas um mais fácil ajustamento das escalas de produção para acomodar as alterações do mercado de bens e serviços». A perplexidade que forçosamente invade o leitor desvanece-se rapidamente quando, logo a seguir, se diz que, «neste domínio, ganha especial relevo a flexibilização do mercado de trabalho»... será este o sentido essencial da tão proclamada e desejada reforma das leis laborais?

E que vai, em concreto, fazer-se para solucionar a situação caótica que se vive na zona de intervenção da reforma agrária? Qual o sentido e o alcance pretendido na revisão da Lei de Bases da Reforma Agrária, que nunca foi cabal e adequadamente aplicada? Não devemos esquecer que o Ministério da Agricultura está, há largos anos, sob a responsabilidade do PSD. É este mesmo um caso, em nossa opinião, em que a estabilidade, por si só, não basta. É preciso o projecto, que, uma vez mais, infelizmente, ainda neste programa, não aparece definido.

E, no que toca às leis eleitorais, que quererá significar a expressão «aproximar eleitos e eleitores, assegurando um equilíbrio ponderado entre os valores da fidelidade na representação e na estabilidade institucional»? Quererá prenunciar-se, se me é permitido o exemplo, que poderá vir a ser corrigida a situação do PRD, que, tendo recebido cerca de 10% da votação do PSD, só poderá fazer-se representar neste hemicílio por menos de 5% dos deputados eleitos pelo PSD?

Noutros planos, o Programa denota vulnerabilidades.

A alegada viragem é insuficiente para que se defina uma política integrada de defesa nacional — noto que, nesta área, o Governo não parece ter tido em devida consideração, salvo no tocante à necessidade de estruturação orgânica do Ministério da Defesa Nacional, as conclusões da recente interpelação do meu partido sobre esta matéria — ou para ultrapassar os tradicionais lugares-comuns em domínios tão importantes como, entre muitos outros, o sector cooperativo, a construção, o comércio, o turismo ou a justiça.

Há, porém, uma área em que o Programa é claro, forte e determinado. Refiro-me à reforma do sector empresarial do Estado. O Governo diz que nada tem contra este sector. Dou de barato que assim seja, mas, na prática, é como se tivesse, e muito. A posição do PRD nesta matéria é bem conhecida.

Na anterior legislatura viabilizámos algumas propostas de transformação do estatuto de certas empresas públicas, porque, como o Governo, também consideramos que o sector público produtivo não é intocável. Não podemos, porém, deixar de discordar profundamente da reforma, ou, melhor, da contra-reforma, intentada pelo Governo, que se nos afigura como possivelmente algo irreflectida, visto que a privatização indiscriminada poderá comportar novas sequelas que agravarão as deficiências e insuficiências do nosso sistema produtivo.

Sr. Primeiro-Ministro, onde estão as soluções industriais e financeiras prometidas pelo anterior governo para cinco das grandes empresas públicas? Não foi o derrube do governo que tornou impraticável a sua apresentação, porque, nessa data, como V. Ex.^a bem sabe, a promessa, estava já largamente atrasada...

Terá este governo — alegadamente, um governo de continuidade — mudado de ideias?

Também nós queremos menos Estado e melhor Estado, e no PRD também se quer apostar na «iniciativa privada dos Portugueses».

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, não nos arriscaremos, com atitudes e comportamentos que não ponderem adequadamente a realidade, a vir a ter ainda, ou poder vir a ter ainda, mais Estado e pior Estado?

No Programa em análise há várias lacunas e muita fé messiânica.

De entre as lacunas saliento a para nós mais importante: a organização e implementação de medidas concretas susceptíveis de combater eficaz e duradouramente o desemprego.

Na Europa a que pertencemos a questão do desemprego é, reconhecidamente e no dizer de Jacques Delors, «a questão mais angustiante da última década».

Em Portugal parece que assim não é, porque existe o PCEDED — que o Governo volta a assumir por inteiro —, e este esclarece de forma incontrovertida que em Portugal, na próxima década, o desemprego não constituirá problema de tomo. E isto porque o Governo está preocupado com o assunto e haverá criação líquida de postos de trabalho bastante para conter o desemprego em limites toleráveis...

Sr. Primeiro-Ministro, é, a nosso ver, imperdoável que um assunto de tamanha importância — mormente para a juventude, que este governo tanto diz querer apoiar — tenha sido praticamente votado ao ostracismo.

Não basta, em nossa opinião, Sr. Primeiro-Ministro, alterar a designação de Ministério do Trabalho e Segurança Social para a de Ministério do Emprego e da Segurança Social para combater o porventura mais profundo desequilíbrio estrutural do nosso sistema económico.

A verdade é que a resolução do desemprego parece continuar a ser uma das tais fés messiânicas deste governo. E não se diga, Sr. Primeiro-Ministro, que o desemprego baixou em Portugal em resultado das acções desencadeadas pelo X Governo.

A apostar nas leis do mercado sofre no Programa do Governo uma única excepção — refiro-me ao contrato de médio prazo que, no seio do Conselho Permanente de Concertação Social, se procurará celebrar com os trabalhadores, esperando-se que estes aceitem — e cito:

Uma evolução dos salários reais que salvaguarde a competitividade e estimule o emprego, de modo a alcançarem-se salários reais positivos, mas moderados, em troca de menos desemprego.

O círculo virtuoso da desinflação exige, com efeito, que os salários sejam definidos em função da inflação esperada e não em função da passada.

Mas, eventualmente, na mesma sede — o Conselho Permanente de Concertação Social — não deveria o Governo obrigar-se a corrigir, progressiva mas firmemente, a sua política de repartição do rendimento por forma a que a parte do trabalho no rendimento nacional se aproxime dos valores registados na CEE?

A manutenção da actual situação constituiria uma «originalidade» inexplicável no seio de uma CEE a que queremos pertencer de facto e não apenas de direito.

Sr. Primeiro-Ministro, foi dito por V. Ex.^a que «governar é decidir, mas é, também, estabelecer prioridades». Na mesma ocasião, V. Ex.^a referiu que «Portugal não deve ter originalidades». Concordo, Sr. Primeiro-Ministro. Em nossa opinião, uma das que não devemos ter é a de decidir sem ter estabelecido prioridades.

Esperamos que as prioridades sejam atempadamente definidas e hierarquizadas. Esperamos, também, que o espírito de diálogo que o Sr. Primeiro-Ministro diz querer introduzir no relacionamento com esta Assembleia se traduza na apresentação e debate das prioridades de desenvolvimento que forem definidas.

A propósito dessa postura dialogante, não posso deixar de criticar, vivamente, a anunciada revogação da Lei n.º 28/87, de 29 de Junho, sobre a participação da Assembleia da República na definição das políticas comunitárias. Terá essa lei algum princípio que viole o alegado desejo de, cito, «os assuntos comunitários serem objecto de diálogo regular e transparente com a Assembleia da República»?

As decisões estratégicas devem ser tão participadas quanto possível, sobretudo quando tais decisões dinamam de um governo que — cito o seu discurso na tomada de posse do Sr. Primeiro-Ministro — não quer «que ninguém se sinta marginalizado, quaisquer que sejam as suas convicções».

Por nós, continuaremos fiéis aos nossos princípios, apreciando as propostas de lei do Governo estritamente por critérios de mérito e eficácia social.

A concluir, quero dizer a V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, com a franqueza que me é habitual, que, para o PRD, a apresentação de uma moção de confiança por parte do Governo não seria interpretada como um acto de hipocrisia, mas antes como atitude clarificadora do debate e afirmação da autoridade democrática do Governo.

Tal atitude, de resto, não seria insólita, visto que um outro governo — o VI Constitucional, de que, aliás, V. Ex.^a fez parte —, também ele maioritário, chefiado por homem reconhecidamente avesso à hipocrisia — o Dr. Sá Carneiro —, optou por propor a esta Câmara um voto de confiança ao seu programa.

Aplausos do PRD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O debate do Programa do Governo trouxe uma grande clarificação dos propósitos, planos e objectivos do PSD e do novo executivo Cavaco Silva e dos perigos que deles decorrem para o regime democrático consagrado na Constituição da República. O PCP considera que estão confirmadas todas as principais acusações que fez à política do Governo e é por isso de opinião que no termo do debate se justifica plenamente propor a rejeição do Programa do Governo.

É de salientar desde logo que o Sr. Primeiro-Ministro faz assentar toda a projectada acção governativa em dois pressupostos inaceitáveis.

O primeiro é o de que os resultados eleitorais de 19 de Julho confeririam ao Governo legitimidade para levar a cabo uma vasta operação de alteração do regime, reclamando abertamente uma Constituição à medida do Governo. Isto não é e não pode ser assim.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Ninguém contesta a legitimidade de um governo executar com base na maioria obtida o seu programa. Mas tem de fazê-lo, obrigatoriamente, no quadro do regime. Mal andaria o País se mudasse de Constituição sempre que se forma uma nova maioria ou conformasse a Constituição a cada novo programa do governo, em vez de ser este a conformar-se e a dar cumprimento à Constituição.

Aplausos do PCP.

É também inaceitável a concepção redutora e limitativa que o Primeiro-Ministro revelou sobre o papel e os direitos dos partidos da oposição, bem como o espartilho paternalista e ameaçador em que pretende envolver todos os que se oponham às concepções e acções ilegais e inconstitucionais do Governo. Percebe-se que ao Governo conviesse uma oposição domesticada que o aplaudisse com frequência e pedisse licença para o criticar. Mas isso não seria uma oposição. Tal qual está consagrada na Constituição e faz parte integrante da vida democrática do nosso país, que não começou — como se sabe — com a chegada do Prof. Cavaco Silva ao tablado do poder mas com o 25 de Abril de 1974.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Ao clarificar os grandes objectivos do Governo, o debate não só veio legitimar como tornar indispensável o reforço da oposição à política projectada pelo novo executivo do PSD.

Confirmou-se que o Governo pretende destruir as empresas públicas e nacionalizadas, entregando-as ao grande capital, e liquidar a reforma agrária, numa gigantesca operação de espoliação que, ao contrário do que diz o Governo, não se destina ao desenvolvimento económico do País, antes servindo exclusivamente os interesses dos grandes grupos económicos, as ávidas clientelas do Governo.

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Com esta operação o que se visa não é o bem-estar dos Portugueses mas a concentração monopolista, que põe em risco a subordinação do poder económico ao poder político.

O debate dissipou ilusões quanto à verdadeira política do Governo em relação aos trabalhadores e à população laboriosa, demonstrando que o Governo prepara não a melhoria das condições de vida mas aquilo a que chama as «escolhas dolorosas», isto é, a contenção salarial, os cortes orçamentais nas áreas sociais. Para o Governo devem ser os trabalhadores a suportar os custos da redução do consumo e da baixa da inflação. É na contenção salarial que se quer fazer assentar a baixa dos custos do investimento e da produção e a capacidade de autofinanciamento e a competitividade das empresas. É a isto que o Governo chama uma política de justiça social?

Com este objectivo de intensificação da exploração dos trabalhadores e visando desapossá-los de direitos fundamentais, o Governo prepara um vastíssimo pacote laboral, compreendendo a liberalização dos despedimentos, a penalização dos trabalhadores em matéria de horários, faltas, férias e feriados, o esvaziamento das garantias dos trabalhadores em matéria de contratação colectiva. Mais: o Governo quer introduzir limitações à liberdade sindical, revendo a legislação conquistada com o 25 de Abril.

Tal é a estabilidade que o Primeiro-Ministro promete aos trabalhadores portugueses! E poderá alguém convencer-se de que eles vão aceitá-la conformados e sorridentes, que não vão agir e reagir, como é seu direito legal e constitucional?!

Aplausos do PCP.

Poderá alguém julgar que os Portugueses vão alegrar-se ao verem-se abandonados na doença e na velhice, devido à limitação drástica das responsabilidades do Estado nos campos da saúde e da segurança social, com a liquidação do SNS, o aumento dos medicamentos, a privatização crescente da segurança social?!

Significativamente, o Governo, que está empenhado em que haja menos Estado em sectores essenciais ao bem-estar dos Portugueses, aposta decididamente no reforço dos aparelhos policiais, dos serviços de informações e outras estruturas representativas do Estado. Não se trata portanto de reduzir o Estado, trata-se de reduzi-lo em áreas de responsabilidade que podem transformar-se em campo de negócios do capital e das clientelas do Governo.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Exacto!

O Orador: — É isto que o Governo considera «modernização» do País. É isto que o Governo tende apresentar aos jovens como um modelo exaltante, embrulhado em ilusões e promessas. Mas não é! Seria um retrocesso, e um grande retrocesso histórico. Para nós, comunistas, não são velharias a firme defesa da independência nacional, que o Governo enfeuda à CEE, à NATO e aos interesses dos Norte-Americanos.

Não são velharias o aproveitamento e valorização dos nossos recursos e energias internas, que o Governo desperdiça ou põe nas mãos de interesses estrangeiros, a subordinação do poder económico ao poder político democrático, que o Governo subverte.

Não pode modernizar o País um governo que assenta toda a sua estratégia económica na sobreexploração dos trabalhadores, que torna o País cada vez mais dependente de centros de decisão externos e deixa invadir pelo capital estrangeiro áreas e sectores mais rentáveis da economia portuguesa, ao mesmo tempo que estrangula os pequenos e médios agricultores, esbulha os rendeiros e os povos dos baldios e condena à falência milhares de empresários no comércio e na indústria.

Modernização não pode nunca significar a liquidação da siderurgia e das construções navais, o abandono do projecto do Alqueva e de outros grandes projectos nacionais, o desmantelamento de empresas tão fundamentais como a TAP, a RN, a EDP, o agravamento dos problemas do povo no campo da saúde, da habitação, as tentativas de domesticar o poder local democrático e atrasar o processo de regionalização. Esta política não resolverá os problemas nacionais e muitos dos que foram tentados por promessas eleitoralistas a seu tempo verão o negro futuro que o Governo prepara.

Aplausos do PCP.

Alertar para tudo isto não é ver fantasmas, como diz o Primeiro-Ministro, mas denunciar projectos reais do Governo que até têm nome, como se vê, e são verdadeiras ameaças. Pela nossa parte, sabemos distinguir-las daquelas outras medidas no campo da justiça, da reforma fiscal, da educação e da Administração Pública exigidas há muito pelos mais diversos quadrantes e para as quais já contribuímos e continuaremos a contribuir com projectos de lei e outras iniciativas concretas.

Mas não é aí que está o essencial do Programa do Governo. O cerne do Programa do Governo é a reconstituição do capitalismo monopolista de Estado, com perigosas limitações das liberdades e direitos dos cidadãos. Revestem particular gravidade dois propósitos governamentais claramente revelados: o primeiro é o propósito de o Governo agir em desrespeito e afrontamento sistemático da constituição, preparando uma revisão tendente à sua revogação, e o segundo é o projecto de revisão de todas as leis eleitorais, incluindo a do Presidente da República, para propiciar ao PSD o controle de todos os órgãos do Estado e a sua perpetuação no poder.

Não tem outro propósito também a entrega dos órgãos de comunicação social públicos aos grandes grupos económicos. Trata-se de um golpe no pluralismo e da criação de condições para uma manipulação ainda maior e mais directa da opinião pública.

A resposta a um tal projecto não pode ser outra senão a firme rejeição desta política e deste programa, a qual, não tendo o Governo apresentado um voto de confiança, só pode exprimir-se através da votação de moções de rejeição. Foi esta a razão pela qual apresentámos a nossa e votaremos a favor da moção do PS, não evidentemente porque partilhamos os considerandos dessa moção, que definem tão-só a concepção e estilo de oposição do PS, mas porque partilhamos um objectivo que é comum — a rejeição do Programa do XI Governo.

Nada nos afastará deste rumo fundamental e não surtirão efeito em relação ao PCP a intriga, o divisionismo, as tentativas de classificar a oposição em «bem-comportada» e «mal-comportada», o acirrar de inaceitáveis tentações hegemónicas que a gravidade da situação torna ridículas. Compreende-se que o primeiro-ministro

aponte como único caminho de credibilidade para a oposição o colaboracionismo com o Governo e o desentendimento entre os partidos democráticos, percebe-se que convinha ao Governo uma oposição que não tivesse divergências quanto à substância das políticas do Governo, que objectasse tão-só aspectos pontuais e formais da sua concretização — e mas isso não seria oposição nenhuma e é patente que aquilo que pretendem o Governo e o PSD é quebrar a resistência à execução dos seus projectos, desvalorizar a contestação da sua política e assegurar a sua permanência no poder.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Exacto.

O Orador: — Pela nossa parte, e face aos perigos que generalizadamente se reconhecem, tudo faremos para que se mantenham abertos os caminhos do diálogo entre os partidos da oposição e todos aqueles que se opõem à política do Governo e aos que no futuro virão a fazê-lo.

Aplausos do PCP.

Temos como partido fundas raízes no nosso povo, na sua história, nas suas tradições de luta, nas mais diversas e difíceis situações. Enfrentaremos o futuro com confiança. Confiamos profundamente em que o povo português não deixará perder Abril, saberá defender a democracia e as suas conquistas.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Sampaio.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Como já aqui foi salientado, as eleições de 19 de Julho consagraram, mais uma vez, a completa normalização dos mecanismos institucionais do nosso regime democrático.

Das eleições legislativas resultou uma maioria parlamentar absoluta e desta um governo que está hoje — e vai estar — perante nós.

Do voto popular — e só falo da parte que a nós respeita — resultou também o grupo parlamentar socialista, quer com o valor que em si mesmo encerra, quer com a posição de que desfruta no conjunto da oposição.

O resultado da consulta popular exprime um juízo de relatividade entre os concorrentes partidários. Mas a sua expressão diversificada promana da mesma e única legitimidade.

Há pois maioria parlamentar e Governo.

Há oposição, com a composição que se conhece.

A oposição socialista, como é óbvio, reconhece e respeita a maioria. Por todas as razões, e principalmente porque ela própria aspira a sê-lo também, isto é, deseja, na altura própria, ser poder.

Ressaltar o óbvio e o elementar significa apenas recordar que não é de hoje nem de ontem o nosso empenhamento na defesa desses princípios. Não nos afastaremos deles.

Mas a legitimidade que atrás referi significa também, em sociedades como a nossa, que o julgamento dos comportamentos dos governos e das oposições se faz salutarmemente apenas pelo cidadão eleitor, e sê-lo-á tanto mais relevante quanto mais vastos e transparentes forem os caminhos da participação e da cultura, da educação e da consulta.

Entendamo-nos pois: não cabe à oposição dizer ao Governo como este deve executar o seu programa. À oposição compete criticar, fiscalizar, contrapropor, promover a aparição de alternativas. A oposição é um mandato e é desse modo que o exerce e o pretende cumprir. É ela também a esperança de uma parte dos Portugueses. A oposição socialista tem o seu programa eleitoral, é uma alternativa que aspira a concretizar-se no quotidiano, pelos métodos que a legalidade comporta.

A oposição é participante indispensável na formulação do interesse nacional em concreto. Pede-lhe o quadro democrático que o faça sem ambiguidade, com a abertura e a disponibilidade que aspira a ver praticadas por todos, sem traficâncias de princípios nem escamoteamento das dificuldades.

É evidente que o País necessita de novos e desejáveis consensos nacionais. Mas, como estes não são neutros nem assépticos, não se trata de nos dispormos a engrossar a maioria governamental.

A conflitualidade vital e necessária da vida democrática reduz-se-ia assim ao unanimismo ou à deluição da alternativa. O consenso não é uma paralisia nem o desaparecimento da divergência ou da diferença. O consenso é um novo caminho, um compromisso entre posições diversas. A abertura ao diálogo é inerente à nossa postura democrática; a corporização da alternativa política que protagonizamos é a nossa exigência de responsabilidade perante o País.

Por outro lado, também não cabe ao Governo nem à maioria que o suporta formular juízos sobre os conteúdos ou as formas como se deve processar a actividade da oposição.

Compete-lhe — isso sim — a enorme e transcendente tarefa de assegurar o quadro democrático que permita a alternância. As intenções registam-se. Mas é pelas acções quotidianas e pelos desígnios estratégicos que tudo se clarificará.

Estamos no final deste debate e de algum modo num entreacto, balizado por uma consulta popular e pelo início da acção de um governo para quatro anos. O julgamento político de um governo faz-se perante a sua acção concreta. Estamos assim no limiar desse período — nesta sede, agora, apreciamos estratégias e intenções programáticas.

O Partido Socialista analisou profunda e responsávelmente o Programa do Governo e a nossa participação neste debate — iniciado de forma globalizadora pelo Sr. Deputado Vítor Constâncio — teve como objectivo dar a esta Câmara o conjunto de fundamentais motivos pelos quais o rejeitamos. Facto normal em sociedades democráticas, que requerem coerência, clarezza e a expressão pública das diferenças e das divergências, em nome evidentemente de alternativas.

Sem nos repetirmos, permitam-me que refira, em nosso entender, três temas que julgamos cruciais no nosso futuro.

O primeiro tem a ver com as relações entre Governo e oposição, Governo e Assembleia da República, Governo, poder e sociedade.

O segundo relaciona-se com a questão da modernização.

O terceiro tem a ver com a política externa.

Quanto à primeira questão: um certo sentido comum entre os cidadãos e a abertura de uma sociedade são

essenciais ao viver democrático. Sem o primeiro, dificilmente teríamos uma sociedade. Sem a segunda, o viver democrático entra em crise.

Como vários salientam, o desenvolvimento dos valores e do sentido comum não se produz com a pretensão ou o exercício de uma estratégia de uniformidade, mas pela fundamental expansão do pluralismo.

Uma sociedade democrática, em que a participação surge como pedra basilar sem a qual a modernização não é assumida globalmente, necessita da essencial legitimidade da multiplicidade e do pluralismo. A comunicação aberta, que permita a expressão dos valores, das aspirações e dos anseios, quer na sua manifestação entre si quer na sua oposição e contradição, constitui condição indispensável da nossa vivência colectiva.

É por isso mesmo que o viver democrático é o contrário da política sacralizada. As condições de uma vida possível passam pela renúncia à unanimidade. A riqueza da controvérsia é alimento para participação necessária e para as sínteses que fazem avançar os povos.

O Governo irá ser julgado pela forma como se posicionar perante o pluralismo.

As suas provas práticas imediatas nesta área serão decisivas. As já prestadas no domínio das relações com a Assembleia da República e no quadro da comunicação social exigem uma radical mudança de atitude.

Toda a questão estará em saber como o Governo e a maioria se propõem aceitar o pluralismo em concreto e no quotidiano desta casa, se a actividade fiscalizadora e propositiva desta Câmara irá ter algo a ver com as exigências, todas as exigências, de um parlamento vivo e moderno, de algo que reflecte o País real e se liga a ele em todos os momentos. Porque entre uma câmara de ressonância, de cumprimentos e de cordialidades e o que o País espera — e nós queremos — de um parlamento moderno, vai uma enorme e substancial diferença.

As reacções governamentais e do PSD sobre alguns importantíssimos debates parlamentares em passado recente (e o trabalho das comissões que o possibilitou) mostraram que a divisão de poderes entre o Governo e Parlamento não está por eles correctamente e totalmente entendida. Por isso mesmo não cessaremos de reivindicar os nossos poderes legítimos em todos os momentos.

O mesmo se passa com as medidas previstas para a comunicação social. Não sacralizamos o que quer que seja — mas o Governo não pode fazer-nos esquecer todos os fenómenos de concentração e de domínio na comunicação social moderna, nomeadamente em sociedades democráticas. Isto nada tem a ver com a independência deseável dos senhores jornalistas. Tem tudo a ver com a possibilidade do seu exercício.

Os combates pela modernização exigem soluções de progresso que possam unir livremente os Portugueses e que reforcem a coesão nacional.

Por isso, continuamos — e cada vez mais — fiéis à pedra-de-toque do socialismo democrático — a solidariedade — sem nos impressionar-mos um momento com a sua utilização formal por outros.

As grandes medidas anunciadas pelo Governo e o modo como parece disposto a implementá-las comportam o risco da divisão e do confronto.

Não encerram nem podem corporizar a nossa concepção de sociedade.

Não queremos sociedade duais, dos *have* e dos *have not*, do Norte e do Sul, do Litoral e do Interior, das periferias dependentes e tristes e dos centros aniquiladores do individualismo criador.

O Sr. António Barreto (PS): — Muito bem!

O Orador: — O progresso não é asséptico nem neutro.

O progresso e a modernização — a que aspiramos — têm de ser medidos pelo facto de que a sua formulação e execução geram coesão social e são expressão de solidariedade.

Aceitamos todos os desafios da modernização que a sociedade portuguesa hoje encerra.

Mas não abdicaremos de afirmar, em todas as vertentes e circunstâncias, que o progresso, a estabilidade e a coesão social são mutuamente dependentes e que a valorização de um dos termos sobre os outros desvirtua a natureza do objectivo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A abertura, a participação e o diálogo social são assim, sem prescindir dos recursos que o Estado pode e deve mobilizar, a garantia de defesa do desenvolvimento na solidariedade que é exactamente o contrário da modernização selvagem.

Somos, por isso, contra o desfazer pelo desfazer. Somos a favor do fazer do modo que enunciámos.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Penso que é democraticamente salutar dizer que, por tudo quanto temos dito, existem fundamentais diferenças entre nós.

Não abdicamos da supremacia do homem integral e é por isso que não privilegiamos o homem económico ou a simples racionalização técnica de uma suposta política perfeita.

Os direitos humanos, políticos, económicos, sociais e culturais sobrepõem-se, no nosso pensamento, a direitos parcelares, segmentários e passageiros.

Consideramos a Nação Portuguesa como o conjunto dos Portugueses na sua pluralidade e complexidade, integrados nas suas comunidades, com a sua memória, os seus sentimentos e a sua consciência.

Consideramos que são os critérios globais de funcionamento (da eficiência ao lucro, da inovação à tolerância) e as finalidades das empresas, vistos uns e outros à luz dos valores humanos, que, num Estado democrático e numa nação solidária nos seus objectivos, se devem sobrepor aos interesses estritamente parcelarizados.

Lutaremos pela tolerância, pela informação e pelo respeito humano tanto na Administração Pública como na empresa privada. Temos para ambos os sectores a mesma cara, os mesmos princípios e a mesma filosofia política.

Deve ser a solidariedade a inspirar e a marcar os limites da modernização. Nenhum lucro vale um homem, nenhuma eficiência justifica o sofrimento.

Em matéria de política externa, importa reafirmar que o acumular de alguns consensos não dispensa o seu salutar aprofundamento, no quadro de um empenhamento colectivo e nacional.

Apesar de constante e legitimamente reivindicada, e contrariamente ao que acontece em muitas democra-

cias ocidentais, é exíguo o diálogo entre o Governo e esta Assembleia nesta matéria. Sem alteração ou invasão de competências, esperamos poder participar de forma activa e informada nas respostas ao desafio europeu, no equacionamento de perspectivas nacionais quanto às grandes questões da cena internacional.

O País só tem a ganhar com isso e não há maneira mais legítima de participar, a níveis diversificados, na defesa do interesse nacional.

Sr. Primeiro-Ministro, nada tivemos a objectar, na medida do nosso conhecimento, ao posicionamento e actuação do anterior governo quanto à questão magna de Timor-Leste. Pela nossa parte, continuamos dispostos a assumir as responsabilidades que nos cabem no quadro nacional.

A posição que ouvimos sobre esta matéria durante este debate constitui uma substancial alteração.

A dúvida sobre os caminhos agora pretendidos pelo Governo permanece como uma questão nacional de magna importância e não pode deixar de ser oportunamente esclarecida pelos meios normais.

O Partido Socialista proporá a esta Assembleia a constituição da comissão eventual sobre Timor-Leste para dar sequência e continuidade ao trabalho importante que se desenvolveu, em comissão idêntica, na legislatura anterior.

Falei do nosso posicionamento.

Falei do que representamos como oposição.

Estão claras as nossas diferenças — além do mais, em matéria de política económica para o desenvolvimento, quanto ao papel do Estado, quanto às relações laborais, à visão da empresa moderna, à distribuição do rendimento, à incapacidade de perspectivar o feminino na sociedade, à participação, à solidariedade social, quanto à concepção sobre todas as vertentes em que se devem manifestar, e que importa assegurar, o pluralismo e a cultura nas sociedades abertas e democráticas.

Mas essas diferenças são normais entre governo e oposição. Entendemos que é salutar afirmá-lo em nome da transparência e dignificação da vida parlamentar, recusando fazer oposição implícita, abstinente e silenciosa. Não somos hipócritas.

A nossa moção de rejeição do Programa do Governo aparece, assim, como a forma regimental que temos de reafirmar a diferença neste momento — diferença que é a riqueza da democracia e a garantia da sua vitalidade.

Cumprimos deste modo o nosso dever de oposição: servir o regime democrático para melhor servir o País.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Correia Afonso.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Nos termos regimentais, e como já foi dito, está a terminar o debate do programa do XI Governo Constitucional.

Numa análise política global do que tem vindo a ocorrer em Portugal nos últimos dois anos não é possível esquecer as eleições de Outubro de 1985, os vinte meses seguintes do governo Cavaco Silva, as eleições de 19 de Julho passado, com a vitória do PSD por maioria absoluta, o Programa do XI Governo Constitucional e o respectivo debate, a decorrer neste Parlamento. Só os saudosistas do passado, qualquer que seja o seu sinal ideológico, é que não se aperceberam ainda da extraordinária mudança que, mesmo à frente dos nossos olhos, está a processar-se em Portugal. Mudança estrutural, democrática. Mudança formal no estilo de governar. Mudança substancial nas medidas governativas e nos resultados alcançados.

Treze anos passaram sobre a Revolução de 25 de Abril.

Os Portugueses constatam, com orgulho e satisfação, que a democracia se consolidou em Portugal, que um novo ciclo de estabilidade e esperança se iniciou.

Finalmente, surgiu a oportunidade de cumprir as metas de desenvolvimento, progresso e justiça social, há tantos anos prometidas.

Marcado confessadamente por preocupações não apenas políticas, mas também de ordem económica, social e cultural, só agora o regime instituído em Portugal está em condições de vir a assegurar a aplicação dos três princípios que caracterizam as democracias europeias ocidentais e constituem uma condição indispensável à estruturação e funcionamento de um Estado democrático moderno: a representação, a legalidade e a separação de poderes.

Do conceito de soberania popular decorre naturalmente o princípio da representação.

Dele tem resultado o processo democrático da escolha dos governantes que têm conduzido os destinos do País desde 1976.

Nele repousa a sua legitimidade.

Sobre a aplicação do princípio da representação, não têm surgido problemas nem dúvidas ou hesitações.

O funcionamento do regime democrático tem, no entanto, de estar sempre sujeito a regras prefixadas.

É o princípio da legalidade, que ainda hoje, infelizmente, não se aplica — ou é deficientemente aplicado — em parte do território nacional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Estão agora, depois de 19 de Julho, criadas as condições para que a legalidade democrática se estenda e chegue a todo o País.

Quanto ao princípio da separação de poderes, que — segundo Montesquieu — tem como objectivo o de garantir a liberdade e defender a democracia, a sua aplicação tem também passado por dificuldades.

Trata-se, no fundo, da regra de delimitação de competências dos órgãos de soberania, modernamente entendida com flexibilidade, como, aliás, ressalta do artigo 114.º da nossa Constituição.

Só agora, após as eleições de 19 de Julho, é possível pôr termo à agressão à regra da separação de poderes, agressão que a oposição, então maioritária, assumiu na última legislatura e que foi uma constante sempre presente nesta Câmara.

Princípio da representação, para determinação ou escolha dos titulares do poder político.

Princípios da legalidade e da separação de poderes, para delimitação da esfera de exercício desse poder político.

Estas terão de ser as traves mestras da democracia que nos coube construir e agora se impõe defender.

Ao XI Governo Constitucional e ao Grupo Parlamentar do PSD caberá agora a missão histórica de

rematar, completar e aperfeiçoar o edifício da democracia, implantando-o em todo o território nacional, nomeadamente pela garantia da aplicação dos princípios da legalidade e da separação de poderes.

Com o acto eleitoral de 19 de Julho abriu-se, portanto, a porta ao aprofundamento, consolidação e modernização da democracia pluralista ocidental em Portugal.

Como escreveria Raymond Aron, passou a existir estabilidade e eficácia, porque o Governo é a expressão de uma maioria parlamentar e dura o tempo que durar essa maioria.

Há efectivamente uma mudança, mas essa mudança foi principalmente de mentalidades.

Os Portugueses têm acreditado na democracia.

Em 19 de Julho, treze anos depois da Revolução de 25 de Abril, os Portugueses passaram não só a acreditar mas também a querer a estabilidade e a eficácia do regime democrático.

Numa democracia pluralista, como aquela em que vivemos, todos somos, Srs. Deputados, legítimos e directos representantes do povo português, além de garantes do próprio regime.

A Assembleia da República é assim o coração e o cérebro da democracia, o local por excelência onde está depositada a legitimidade democrática em cada legislatura.

Aqui deve situar-se todo o confronto político das ideias.

Aqui deverá ser trazida, debatida e decantada toda a contribuição das forças políticas com assento parlamentar.

Nós, democratas, estamos nesta Assembleia como ponto de encontro para um diálogo aberto, capaz de produzir ideias e soluções que traduzam a participação de todos os representantes do povo português.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nós, sociais-democratas, respeitamos as oposições, sem sujeições nem complexos, não para lhes passarmos atestados de bom comportamento, mas porque consideramos bem-vindo qualquer contributo susceptível de melhorar o futuro dos Portugueses, única razão da nossa presença aqui.

Esta é a nossa perspectiva e o entendimento que temos do regime democrático.

Aqueles que, com assento neste Parlamento, já declararam ir deslocar para outros locais a luta política ofereceram aos Portugueses o verdadeiro, mas triste, retrato da sua identidade e intolerância.

Aplausos do PSD.

Confessam que não sabem perder.

Desmascaram-se num conceito de democracia, que não é o nosso.

Não aceitam que o povo português lute pelo desenvolvimento, pela liberdade, pela solidariedade e pela justiça social e que rejeite as ideias totalitárias que lhe querem impor, ideias ultrapassadas, velhas de mais de 100 anos.

Esses estão isolados; esses estão, felizmente, cada vez mais sós.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Programa ora em debate é um testemunho da determinação e competência com que o XI Governo Constitucional — com especial evidência para o Sr. Primeiro-Ministro — quer afrontar o futuro.

Escolheu o caminho da mudança, já iniciado pelo anterior governo minoritário.

Rejeitou os dois pessimismos de que nos falou Keynes: o pessimismo dos revolucionários, para quem tudo está tão mal que só a violência pode levar à mudança, e o pessimismo dos reaccionários, para quem o equilíbrio da vida económica e social é tão precário que nenhuma experiência deve ser tentada.

O Programa do Governo, sem procurar a rotura institucional, aponta, portanto, para a mudança, mas por via reformista.

Sendo o Programa do Governo, na linguagem constitucional, uma previsão donde «constarão as principais orientações políticas e medidas a adoptar ou a propor nos diversos domínios da actividade governamental», é naturalmente possível retirar da globalidade do texto os principais objectivos daquele órgão de soberania para os próximos quatro anos.

O Governo vai acentuar ou fortalecer a defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos — é esta a primeira constatação.

Para esse efeito, entre outras medidas previstas, anuncia: a procura da eficiência na segurança dos cidadãos e no combate à criminalidade e a outras formas de violência; a reformulação da orgânica e administração judiciárias; a implementação do acesso ao direito e aos tribunais; o alargamento do acesso à educação e à cultura, com a reforma e modernização deste sector e a resolução dos graves problemas que afectam os jovens; a reformulação e modernização da área da comunicação social.

O Governo afirma ainda, no seu Programa, o respeito pelos compromissos internacionais e obriga-se à defesa permanente e intransigente dos interesses portugueses, onde quer que se situem.

É nesta perspectiva que se inserem a assunção do nosso lugar na Organização do Tratado do Atlântico Norte, as tarefas de integração europeia e de cooperação, o papel do nosso país face às comunidades portuguesas do mundo.

O Governo, no seu Programa, aposta também na melhoria do nível e da qualidade de vida dos Portugueses. Indica assim, entre outros desideratos: a modernização administrativa; a redução da inflação, a reforma fiscal e uma política de rendimentos e preços; a defesa do consumidor; uma política de ambiente e recursos naturais; o redimensionamento do sector empresarial do Estado e a redução da sua intervenção numa perspectiva essencialmente política e económica e não apenas contabilística; a vitalização da iniciativa privada; a definição de uma política industrial e energética; o desenvolvimento da política agrícola; a redução da carência habitacional.

Mas o Programa do XI Governo Constitucional mostra igualmente uma profunda preocupação de solidariedade, de justiça social, de protecção dos mais desfavorecidos: aponta para a reorganização dos serviços de saúde, de forma a garantir e melhorar o acesso e qualidade dessa prestação, bem como a privilegiar os utentes; prepara o apoio às vítimas de crimes e de outras formas de violência; anuncia a racionalização da segurança social como suporte do cidadão nos seus momentos de maior dependência; aposta na redução do desemprego, na melhoria das condições do trabalho e no combate à utilização fraudulenta da mão-de-obra.

O Programa do Governo não se limita, portanto, a proclamar a abertura de uma estrada para o futuro.

É um roteiro que nos diz qual o trajecto que escollheu e qual o local onde nos conduzirá.

Nessa viagem que o XI Governo Constitucional nos propõe para os próximos quatro anos, a bússula está apontada para o desenvolvimento, para a modernidade e para o progresso.

Não será uma nova fase dos descobrimentos, agora em comemoração, mas continua a ter ainda um sentido forte de expansão para a Europa já descoberta.

De qualquer forma, o objectivo maior, sempre sentido em cada página do Programa, é a liberdade do homem, indissociável da dignidade da pessoa.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Contra este Programa foram tomadas iniciativas de rejeição pelo Partido Socialista e pelo Partido Comunista Português.

A apresentação de moções de rejeição não é facultada pela Constituição como mero exercício académico parlamentar.

Aconselha a existência de suportes políticos concretos que evitem, ou pelo menos disfarçem, a vocação de certos partidos para a produção de actos políticos sem conteúdo ou, o que é pior, com efeitos políticos contrários aos desejados.

Se forem recusadas as moções de rejeição apresentadas, como espero, essa recusa terá agora o significado político claro de aprovação positiva do Programa do XI Governo Constitucional, com um mais forte empenhamento desta Câmara.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PSD, consciente de que representa a maioria do povo português, vai participar na grandiosa obra que o Programa do XI Governo Constitucional promete.

Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a e o Governo a que preside têm a confiança do Grupo Parlamentar do PSD para executar o Programa que apresentou a esta Câmara.

Mas tem mais: tem também consigo a esperança dos Portugueses, que sabem ter direito a um futuro melhor.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro para proferir a sua intervenção final.

Aplausos do PSD.

O Sr. Primeiro-Ministro (Aníbal Cavaco Silva): — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O debate que agora termina caracterizou-se, na maioria das intervenções, por uma discussão serena, contrapondo pontos de vista naturalmente divergentes, mas que foram expressos — com uma ou outra excepção — sem agressividades deslocadas e, por vezes até, com um espírito construtivo que me apraz registar.

É um motivo de esperança em relação ao trabalho profícuo que se espera desta Assembleia nos próximos quatro anos.

Estou convencido de que todo este ambiente reflecte já, em parte, as novas condições de estabilidade que, por vontade expressa do eleitorado, vão passar a marcar a vida política portuguesa.

O País só tem a ganhar com este novo clima, que importa aprofundar: um clima de abertura ao diálogo, de moderação, de aceitação sem ressentimentos nem segundas intenções da vontade democraticamente manifestada pelos Portugueses, um clima em que Governo e oposições troquem pontos de vista sem crispação e tendo como objectivo alcançar, sempre que possível, largos consensos na resolução das grandes questões nacionais e assim conseguir melhores resultados para o País.

O Governo sai assim encorajado e confiante deste debate. Não que alimentemos ilusões quanto à attenuação das dificuldades que teremos de vencer, ao longo dos próximos quatro anos, para levar à prática o nosso Programa. E, entre essas dificuldades, sabemos, já sabíamos, ir encontrar a obstrução sistemática daqueles para quem a nossa estratégia de progresso levará necessariamente a uma maior perda de audiência e de credibilidade junto dos Portugueses. Desses esperamos todo o género de obstáculos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Saímos, no entanto, encorajados não só pela ausência de autênticas críticas de fundo sérias, convictas e credíveis ao nosso Programa, mas sobretudo pelos indícios detectados no decorrer do debate que apontam para um novo estilo de fazer política por parte de algumas oposições, que assim parecem começar a compreender a mensagem que no passado dia 19 de Julho os Portugueses dirigiram aos políticos. Aguardamos com expectativa a demonstração prática das intenções manifestadas.

Surpreendeu-nos, no entanto, ver ainda alguns a criticarem o Programa do Governo utilizando esquemas ideológicos e um tipo de linguagem que, além de completamente ultrapassados, os levam aparentemente a acreditar que os seus pontos de vista defendem os trabalhadores e o povo em geral, muito embora os trabalhadores e o povo, numa maioria nítida, hajam já dito de maneira insofismável aquilo que realmente querem.

Tornou-se assim bem claro o motivo que levou o Partido Comunista a lutar contra a convocação de eleições. Compreende-se, na verdade, que, após a votação da moção de censura, esse mesmo partido haja tentado tudo para constituir um novo governo, evitando eleições, ou seja impedir que uma opinião pública maioritária se transformasse em apoio maioritário ao partido do Governo. Sabendo-se, aliás, o seu fraco apreço pelo que designam de democracia formal ou democracia burguesa, nem é de estranhar tal atitude pouco democrática, que felizmente não vingou.

Por tudo isto, não surpreende a iniciativa do Partido Comunista de apresentar uma moção de rejeição ao Programa do Governo.

De facto, são radicalmente distintas as concepções que temos da acção política e dos objectivos nacionais. O entendimento do Governo quanto ao progresso do País e à melhoria das condições de vida dos Portugueses nada tem a ver com a forma estreita e dogmática que caracteriza a actuação daquele partido.

O Partido Comunista continua sem compreender que o seu discurso já não faz sentido, que a instrumentalização dos trabalhadores está definitivamente rejeitada

pelos próprios, que a confiança que hoje se vive em Portugal é uma realidade inquestionável.

Apenas um mês após as eleições, talvez seja ainda cedo para certas forças políticas, que se alimentam de toda uma mitologia ideológica e nela vivem encerradas em circuito fechado, começarem a abrir-se à realidade. Mas não sou totalmente pessimista, mesmo quanto a estes casos. A nossa prática de permanente respeito pelas oposições, de disposição ao diálogo e de moderação numa acção governativa com um horizonte de quatro anos ajudá-los-á, gradualmente, a abandonarem os seus fantasmas.

Se lamento a postura rígida e fechada de certa oposição, não quero, ao invés, deixar de me congratular pela atitude mais responsável manifestada durante o debate por outros deputados da oposição.

A democracia portuguesa, como qualquer outro genuíno regime representativo, necessita de um razoável grau de consenso em torno de questões fundamentais para a vida da comunidade nacional. Não pretendemos, como é óbvio, que as oposições concordem com o Governo. Isso seria uma perversão da democracia. Vivemos, felizmente, num regime pluralista e é saudável que os partidos tenham opiniões diferentes e as defendam aberta e vigorosamente. Mas é positivo que se gerem consensos em torno das questões básicas. É isso que desejamos venha a acontecer sempre que possível.

Assim, registamos com agrado a afirmação do Partido Socialista de que aceitava os resultados eleitorais sem azedume nem ressentimentos. As palavras a esse respeito pronunciadas são, em si mesmas, um testemunho do grau de maturidade já atingido pela democracia portuguesa e, simultaneamente, um bom contributo para o reforço do espírito de sã convivência democrática.

Merece também o nosso aplauso a promessa de que o Partido Socialista será oposição dialogante e, pressupõe-se, construtiva. Aguardamos para ver concretizadas na prática estas positivas intenções. É certamente salutar para a vida política portuguesa que o Partido Socialista esteja a tentar ultrapassar barreiras ideológicas tradicionais em que se havia entrincheirado, assim procurando recuperar o contacto com a modernidade e o espírito de renovação patentes em outros partidos socialistas europeus.

Registámos também a abertura para a busca séria e responsável de convergências entre os partidos democráticos. Esperamos que se apresentem para o diálogo definitivamente libertos das *vulgatas* que até há bem pouco tempo ainda faziam parte do seu programa. Neste ponto, ficámos com algumas apreensões, porque foram ainda muitos os reflexos do conservantismo ideológico que surgiram à superfície. Esperemos que com o tempo acabem, por decantação, por passar definitivamente para o museu das velharias políticas.

E a prova de que o Partido Socialista ainda não conseguiu ultrapassar um certo estilo de fazer política foi-nos dada precisamente pela apresentação de uma moção de rejeição ao Programa do Governo sem querer fundamento sério.

Com certeza que não esperávamos a aprovação do nosso programa nem é exigível que os partidos da oposição, por maior que tenha sido a sua derrota eleitoral, declarem o seu apoio às propostas governamentais.

Mas esperávamos, isso sim, que, a haver moção de rejeição, dela constasse as razões justificativas da sua apresentação. Dizer que se rejeita um programa só porque ele não é o nosso, como fez o Partido Socialista, é manifestamente pouco e revela, no mínimo, uma notória falta de argumentos.

Aplausos do PSD.

Curiosamente, no texto da moção de rejeição, surge uma frase lapidar: «O programa do PS é diferente do PSD.»

Mas então haveria de ser igual, Srs. Deputados?

Apresentar uma moção de rejeição com o único argumento de que se é oposição transforma esse importante mecanismo jurídico-institucional num mero «pró-forma», banalizando um instrumento que, pela sua dignidade constitucional, devia merecer uma rigorosa e justificada utilização.

Aplausos do PSD.

A seguir a lógica desta iniciativa, todos os partidos da oposição teriam de apresentar sempre moções de rejeição, o que seria no mínimo absurdo e dificilmente comprehensível pela opinião pública.

A verdadeira razão desta moção de rejeição reside, pois, no facto de este partido continuar tremendamente necessitado de afirmação perante si mesmo e perante as oposições.

Aplausos do PSD.

Daí esta sua posição, muito mais determinada pela necessidade de cumprir um ritual ou satisfazer uma obrigação do que pela consideração dos reais interesses do nosso país.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Houve quem nos acusasse de provocar instabilidade no País ao propormo-nos executar as grandes reformas para cuja concretização o povo português claramente nos mandou.

É curiosa esta noção de estabilidade. Para os que a invocam, não foi desestabilizador ter deliberadamente destruído o aparelho produtivo nacional e ter imposto ao País todo um conjunto de regras cuja rigidez impede o desenvolvimento e a melhoria do bem-estar. Para esses, não foi desestabilizador ter tolhido a livre iniciativa económica, social e cultural dos Portugueses com o alargamento tentacular das burocracias estatais. Para eles, não é desestabilizador manter condições que dificultam o desenvolvimento do País e a melhoria das condições de vida da população.

Para esses, na prática verdadeiros conservadores, a estabilidade seria deixar tudo na mesma, mantendo situações absurdas herdadas não do 25 de Abril mas do 11 de Março e da tentativa totalitária que ele simbolizou, seria não ter a coragem de tomar as medidas indispensáveis para vencer o desafio da integração plena na CEE.

Não é essa a estabilidade que o povo português quer. Mostrou-o bem ao votar em 19 de Julho num projecto e numa prática política, visando precisamente libertar o País das sequelas colectivizantes que nos têm impedido de mais rapidamente nos aproximarmos dos padrões de vida europeus.

Quem é que verdadeiramente defende a estabilidade? Os que permanecem agarrados, por mera cegueira ideo-

lógica ou por conveniência partidária, aos entraves ao progresso económico e social legados pelo período revolucionário, ou aqueles que se propõem corrigir tais situações e apontam caminhos do futuro?

O povo português mostrou claramente não ter dúvida.

Recorrendo a velhos «chavões» ideológicos que gozam de cada vez menor audiência entre nós, como em todo o mundo, houve quem designasse a política do Governo como manifestação de uma opção de classe — uma opção de classe, entenda-se, a favor dos ricos, dos patrões, dos capitalistas, dos latifundiários.

É de alguma forma um insulto dirigido à grande maioria dos que em nós votaram.

Aplausos do PSD.

A sociedade moderna não se compadece com definições ideológicas esquemáticas. É um facto que existem classes e interesses contraditórios na sociedade, que os diferentes grupos dirigem ao Estado reivindicações de carácter diferenciado e muitas vezes contraditório, mas daí não se segue, como pretendem alguns, que tudo possa reduzir-se a um conflito entre duas classes completamente antagónicas.

Ouvimos aqui alguns discursos que pareciam feitos a pensar noutros modelos de sociedade, em que, afinal, há uma oposição total entre governantes e governados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nas sociedades pluralistas e abertas, como a nossa, a multiplicação dos interesses e a emergência de novas necessidades originam conflitos muito diversificados. As clivagens sociais não se processam todas seguindo a mesma linha divisória e irredutível. É por isso que um discurso baseado num entendimento simplista e esquemático das relações sociais está completamente desligado da realidade e terá cada vez menos hipóteses de encontrar apoios.

Por outro lado, ao reconhecermos a existência desses conflitos, tornamos também claro que o nosso governo não é um governo para grupos ou classes particulares. É um governo que se pautará pela prossecução do interesse nacional, esperando que os diferentes grupos que possam ser eventualmente prejudicados, neste ou naquele caso, por uma determinada medida da política governamental, venham contudo a compreender que é do seu interesse que o País tenha à sua frente um governo que realiza, no conjunto da sua actividade, a maior utilidade social.

É do interesse de todos, e não apenas de um abstracto interesse geral, e do interesse individual de cada um dos cidadãos que, por exemplo, o País se desenvolva, que a Administração Pública encontre maiores níveis de eficiência, que se verifique um assinalável crescimento económico, sem prejuízo da qualidade de vida, que haja um maior acesso aos bens culturais. É a pensar nestas necessidades concretas que iremos governar.

O que nos interessa — e o povo português comprehende-o muito bem — é desenvolver o País, vencer definitivamente situações de carência socialmente inaceitáveis que ainda afligem muitos em Portugal.

Não fechamos os olhos a tais situações, bem pelo contrário, é para lhes pôr cobro que, acima de tudo, continuaremos a trabalhar.

Por isso, apostamos em voltar a dar confiança às regiões do Alentejo e de Setúbal, vítimas das loucuras ideológicas daqueles que se dizem defensores dos trabalhadores, para que aí também se manifestem em pleno as potencialidades da iniciativa privada, cresça o investimento, surjam novos empregos, subam os salários.

Aplausos do PSD.

Estamos certos de que daqui a quatro anos o País estará melhor, e, se houver da vossa parte, Srs. Deputados, uma atitude de colaboração nas grandes tarefas do desenvolvimento, Portugal daqui a quatro anos estará mesmo muito, muito melhor. E então, independentemente das preferências políticas de cada um, teremos todos a satisfação de saber que a próxima geração tomará os destinos do nosso país em condições bem mais favoráveis do que aquelas que o passado recente nos legou.

Alguns mostraram não entender ainda o sentido positivo para a democracia portuguesa da capacidade revelada pelo anterior governo para se aproximar dos problemas e das aspirações da grande maioria da população. Por isso falaram a despropósito de economismo, consumismo, pragmatismo, falta de ideias, etc.

À nossa forma de actuar, que as eleições de 19 de Julho confirmaram de maneira espectacular, têm alguns chamado populismo, não querendo reconhecer que fomos, sim, um governo popular. Insistem esses em passar um atestado de menoridade ao povo português — e ele mostrou bem que é, afinal, muito mais esclarecido do que alguns presumiam. Continuam a não entender a importância que atribuímos ao compromisso que nos liga à população: lutarmos sem descanso para resolver os seus problemas concretos. Esse compromisso foi testado durante vinte meses de governo e as conclusões tirou-as o eleitorado em 19 de Julho. Não vamos alterar a nossa conduta.

Aplausos do PSD.

Temos uma visão muito clara do que deve ser a evolução do País, no quadro de um regime político inequivocamente democrático, pluralista e ocidental.

Acontece que a nossa visão política de Portugal, sufragada com toda a clareza pelos Portugueses, não está presa a esquemas ideológicos ultrapassados nem condicionada por reflexos simplistas, típicos dos que ignoram a complexidade do mundo real. Por isso é eficaz a nossa acção; por isso os Portugueses acreditam em nós.

Perante a grande vitória eleitoral que o povo entendeu dar-nos em Julho, logo se começaram a ouvir vozes — que tiveram expressão durante este debate — prevenindo para o Governo dificuldades resultantes, paradoxalmente, da própria dimensão da vitória. Segundo tais pseudoanálises, o Governo encontraria sérios problemas em contentar um tão vasto e diferenciado leque de eletores, ou melhor, de facções políticas e económicas com interesses divergentes, que votaram em nós e que iriam competir agora pelos favores do Executivo.

Uma tão completa inversão de perspectivas apenas se explica pela circunstância de tais pretensas análises partirem geralmente de quem não gostou absolutamente nada da nossa vitória eleitoral. O grau de apoio que obtivemos por parte do povo português deixou-os confundidos e desanimados; procuram agora consolar-se, tentando fazer das fraquezas força, com a ideia pere-

grina de que a própria dimensão desse apoio, superando as tradicionais distinções ideológicas entre esquerda e direita, iria constituir para o Governo um motivo de embaraço. Cada um consola-se como pode.

Aplausos do PSD.

Vale a pena, no entanto, dizer alguma coisa sobre essa questão dos *lobbies*, dos grupos de pressão, de que alguns tanto gostam de falar.

O partido que apoia o Governo, como apoiava o anterior, apresentou ao eleitorado o seu projecto. Mais do que isso: a prática do governo precedente mostrou aos Portugueses o que fizemos e como fizemos, o que queríamos fazer e em parte não conseguimos devido à obstrução das oposições. Votado por larga maioria, esse projecto deve agora ser posto em prática.

É esse o nosso dever perante o eleitorado. É essa a obrigação patriótica e democrática que iremos cumprir. Para além desta, que é indeclinável, não temos quaisquer facturas a pagar a quem quer que seja.

Aplausos do PSD.

Ao contrário do que acontece com a grande maioria da população portuguesa, alguns dos Srs. Deputados parecem ainda não ter entendido a nossa forma de estar na política. Durante os últimos vinte meses, demos um testemunho claro de governar com transparência e rigor, sem atender a interesses sectoriais ou de grupos, que não podem prevalecer sobre o interesse nacional. É uma questão de coerência: não cedemos a pressões, não queremos saber de eventuais grupos, governamos segundo o entendimento que fazemos do interesse do País — entendimento esse que o povo português expressivamente sufragou.

De facto, os grupos de pressão não me impressionam. Mostrei-o bem no passado recente. E, como disse na abertura deste debate, não vou mudar.

Naturalmente que o Governo não ignora a existência, na sociedade portuguesa, de estratos sociais que requerem uma particular atenção. Por isso privilegiámos a juventude e prestamos um cuidado especial a todos os que ainda sofrem de carências graves, de natureza económica, social, de saúde, idade e outras.

A solidariedade social, que constitui um dos princípios básicos da nossa acção, impõe um empenhamento preferencial na melhoria da situação dos mais desfavorecidos.

Aplausos do PSD.

Igualmente não ignoramos, na linha do que há momentos salientei, que a sociedade portuguesa, como qualquer outra sociedade aberta e democrática, é constituída por inúmeros grupos, designadamente grupos profissionais e económicos, que muito legitimamente procuram defender os seus interesses.

A ênfase que pomos na acção do Conselho Permanente de Concertação Social mostra bem, de resto, quanto prezamos a importância dos interesses sectoriais organizados, sobretudo quando se conjugam em função do superior interesse nacional.

E julgamos ainda que a nova dinâmica da sociedade civil, possibilitada pelo período de estabilidade governativa agora iniciado, envolve necessariamente a existência de um número crescente de grupos e instituições, competindo livremente para afirmarem os seus pontos

de vista e os seus interesses. É positivo que tal aconteça, e não admira que aqueles que defendem uma sociedade monolítica se sintam incomodados com a vitalidade da expressão dos diferentes interesses sociais.

Mas tal nada tem a ver com aceitar, por um lado, que grupos de pressão, quaisquer que eles sejam, possam determinar a acção do governo e, por outro, que o interesse público resulte corporativamente da bissecção entre os interesses sectoriais privados. Não é essa a nossa maneira de governar.

Aqueles que, à falta de melhores argumentos, invocam os fantasmas dos grupos de pressão, reflectem um tipo de fazer política a que pusemos termo — uma acção política que se esgotava no palavreado e em manobras de bastidores, com um poder estatal enfraquecido e, então sim, à mercê dos interesses pessoais e de grupo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O novo ciclo da vida política portuguesa, que o X Governo inaugurou e agora se aprofunda, não se compadece com uma tal visão mediocre da política. Aqueles que, por incapacidade ideológica, por frustração eleitoral ou por disposição pessoal, ainda não compreenderam que vivemos tempos novos em Portugal, têm de acordar para a realidade, sob pena de perderem a pouca credibilidade que ainda lhes resta junto do povo português.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A proposta do Governo de reduzir o peso do sector empresarial do Estado foi objecto de várias referências ao longo do debate.

Compreendemos que se oponham à redução do peso do Estado na vida portuguesa aqueles que fizeram da estatização uma via — felizmente frustrada — de tomada do poder e de instauração de um regime colectivista, que o povo português rejeitou categoricamente. De resto, a ideologia que os norteia classifica de exploração toda a actividade empresarial privada, pelo que apenas como mal menor temporário aceitam a subsistência de unidades privadas, por muito que tentem dissimular a sua doutrina. Por isso, desse lado sempre virá uma oposição total à redução do peso do sector empresarial do Estado.

Temos, no entanto, alguma dificuldade em entender as posições de forças políticas democráticas face à evidência dos factos, que nem os mais habilidosos raciocínios conseguem esconder.

O Partido Socialista parece querer encarar a questão do sector empresarial do Estado e da necessária privatização ignorando, na prática, a situação actual e concreta a que, neste domínio, se chegou em Portugal, doze anos após as nacionalizações do 11 de Março.

Não se trata de discutir, em abstracto, qual a dimensão ideal para o sector empresarial do Estado, nem qual o nível óptimo de intervenção directa do Estado na economia. O que está em causa é corrigir uma situação que a experiência revelou, inequivocamente, ser nefasta para o progresso económico e social do País que somos.

A imensa maioria das nacionalizações nada teve a ver com considerações de eficiência económica ou de justiça social. Surpreende que alguns tenham esquecido, no meio das suas dissertações teóricas, que o brutal aumento do peso do Estado na economia e na socie-

dade portuguesas foi um instrumento, entre outros, da tentativa de transformar o nosso país numa sociedade colectivizada.

Aplausos do PSD.

Essa foi a lógica que presidiu à génese do sector empresarial do Estado que agora temos. Por isso este é um sector sem coerência interna, agrupando unidades da mais variada natureza e dimensão. É que, há doze anos, o que se pretendia era destruir o sector privado e, através de uma política de terra queimada, tomar de assalto todos os centros do poder.

O Partido Socialista bateu-se então, com grande coragem, contra tal tentativa totalitária. É pena que hoje ainda resista a tirar todas as consequências daquela sua atitude, como se tal sector público empresarial houvesse sido fruto de qualquer deliberação democrática, como se ele tivesse sido configurado em função de objectivos de eficácia económica ou de justiça social e como se tal sector não tivesse acumulado, ao longo dos anos, um volume arrepiante de prejuízos directos e indirectos.

Aplausos do PSD.

Seria extremamente grave para o futuro do País adiar por mais tempo a correcção desta situação.

É esta realidade que nenhum exercício de consolidação de grande amplitude entre o balanço e as contas do Estado e o balanço e as contas das empresas públicas consegue apagar; afinal um tipo de exercício teórico não muito diferente daquele que era utilizado para demonstrar a superioridade do dirigismo económico sobre a economia de mercado.

Os efeitos da redução do peso do sector empresarial público português serão altamente positivos, e surpreende que partidos democráticos, depois de todo este tempo e perante a evidência dos factos, ainda percam tempo a tentar demonstrar a neutralidade financeira da operação.

Srs. Deputados, é tempo de abandonar preconceitos e enfrentar corajosamente a realidade.

Aliás, é bem ilustrativa da nossa atitude a disposição que o Programa do Governo consagra de libertarmos o Estado da propriedade dos jornais que presentemente estão na sua esfera. Deliberadamente renunciamos assim a eventuais veículos de influência da opinião pública em favor do Governo. Não é isso que importa para nós. O que realmente visamos é o progresso da economia e da sociedades portuguesas, objectivo que está bem acima de interesses partidários e corporativistas.

A privatização parcial de certas empresas públicas, por transformação em sociedades anónimas de economia mista — dentro dos presentes limites constitucionais e nos termos da lei a aprovar por esta Assembleia —, permite, de facto, proceder ao reforço de capitais próprios e ao saneamento financeiro de outras empresas públicas que, ou pela sua natureza de serviço público ou pelo seu objectivo estratégico para o País, ou apenas pelo seu desequilíbrio patrimonial, não devam ou não possam ser alvo das mesmas transformações em sociedades anónimas.

O saneamento financeiro em empresas pesadamente endividadas fará reduzir muito significativamente os seus custos e, portanto, contribuirá para corrigir a sua situação de prejuízos crónicos. Em várias dessas empre-

sas públicas o saneamento financeiro terá de ser associado a reestruturações e investimentos de modernização.

Chegou aqui a classificar-se como manifestação de uma política económica conservadora a circunstância de se considerar — como se faz no Programa do Governo — o controle da inflação como um objectivo importante da acção governativa.

Pelos vistos, pelo menos nesta matéria, o Partido Socialista Português ainda não absorveu os ensinamentos que poderia retirar da experiência e da prática recentes de outros partidos socialistas da Europa. Recordo que em vários países europeus governados por socialistas o objectivo de combater a inflação passou, nos últimos anos, a ter uma alta prioridade, às vezes como reflexo directo das experiências infelizes que vieram demonstrar serem vãs as tentativas para expandir solidamente o emprego sem se haver assegurado uma razoável estabilidade de preços.

O *aggiornamento* dos socialista portugueses ainda não chegou, porém, a este domínio tão vital para o bem-estar presente e futuro das populações. Afinal, quem é conservador?

Aplausos do PSD.

O nosso espaço político, como tive ocasião de afirmar noutra sede, é o espaço da inteligência crítica, da moderação e do diálogo sem dogmatismos, onde se faz a síntese criadora entre a liberdade individual e a solidariedade social, entre a dignificação do Estado e a defesa da vida privada; um espaço onde progressivamente se afirmam novos conceitos e sensibilidades de bem-estar, uma nova ética do trabalho, uma nova preocupação pela qualidade de vida e pelo ambiente.

Queremos a realização do homem pela utilização das suas capacidades, a sua valorização em todos os aspectos essenciais, a sua participação na determinação dos destinos colectivos da sociedade.

Defendemos a igualdade de oportunidades, competindo ao Estado assegurar os direitos que a tornem efectiva.

Reconhecemos a livre iniciativa e o funcionamento dos mecanismos de mercado como a melhor forma de preservar a liberdade dos indivíduos, conseguir maior eficiência na afectação dos recursos, estimular a produção, favorecer a modernização e realizar o progresso material.

Como deixei claro ao longo deste debate, não somos dogmáticos quanto à intervenção do Estado na economia. Aceitamos que ela tenha lugar em certas condições: para corrigir as ineficiências e as discrepâncias entre custos privados e sociais, para promover a justiça social, para preservar a independência do poder político e impedir formas de domínio económico que travam o desenvolvimento.

O conservadorismo revela-se hoje na forma como algumas formações políticas ainda se agarram a tabus ultrapassados, utilizam esquemas mentais caducos, revelam dificuldade de adaptação às mudanças contemporâneas. Os próximos quatro anos são também um grande desafio para essas forças. Oxalá evoluam elas próprias, tal como o País, no sentido da modernidade.

Quero aproveitar para esclarecer que não será o Governo a determinar quem lidera a oposição. O Governo, assim como a opinião pública, irão concluir, a partir da prática dos vários partidos que se opõem

ao Governo, qual deles lidera efectivamente a oposição, o que — ao contrário do que ingenuamente parecem supor alguns — não se resume a uma mera resulante da aritmética eleitoral, mas constitui uma questão política bem mais complexa. A experiência dirá se o Partido Socialista estará à altura das responsabilidades que os seus eleitores lhe atribuíram como o partido mais votado da oposição. Por isso, aguardamos a prova dos factos, sendo tentados, por agora, a interpretar a apresentação da moção de rejeição como dificuldade de adaptação à nova realidade portuguesa criada pelas eleições de 19 de Julho.

Aplausos do PSD.

A nossa preocupação pela justiça social não serve, como fazem alguns, apenas para enfeitar discursos: ela manifesta-se na prática.

As afirmações aqui proferidas sobre a evolução dos salários reais, para além de incorrectas, são reflexo da desadaptação que alguns ainda revelam em relação ao novo ciclo político e económico em que o País entrou em finais de 1985.

Já demonstrámos que é através de uma governação séria e rigorosa, que suscite um clima de confiança favorável ao desenvolvimento, que se torna possível melhorar o poder de compra dos trabalhadores e reduzir o desemprego. Os trabalhadores compreenderam isso e têm vindo a recusar o seu apoio às forças políticas que tentam conduzi-los para reivindicações enganadoras e para tentativas de perturbar a paz social.

Volto a afirmar que é firme política do Governo continuar a garantir a subida do poder de compra dos salários e das pensões, de forma gradual, mas segura, para evitar recuos e sobressaltos, e a actuar, também de forma permanente, de modo a reduzir o desemprego.

Aproveito para dar uma informação que recebi há poucas horas e que irá certamente abalar ainda mais os profissionais do ceticismo e os que insistem em fechar os olhos à realidade portuguesa.

A taxa de desemprego, no 2.º trimestre de 1987, bai-xou para 8,5%, o que contrasta com 10,3% no período homólogo de 1986. É o valor mais baixo desde que são produzidos inquéritos ao emprego em Portugal e reflecte um aumento de 113 000 pessoas na população empregada, nos últimos doze meses, e uma diminuição do desemprego de 17,1%.

Aplausos do PSD.

E para aqueles que têm dificuldade em entender o significado de uma taxa de desemprego, em Portugal, de 8,5% — porque não consta do texto escrito do meu discurso —, informo que a mesma taxa é, nos países da CEE, de 11,5%.

Estamos indiscutivelmente no bom caminho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Mereceu o sector da saúde algumas referências, por parte do Partido Comunista, que manifestamente não têm nenhuma correspondência no Programa do Governo e a não terão na prática que se vai seguir.

A saúde dos Portugueses sofreu excessivamente no passado com a instabilidade das políticas e com a politização das decisões, das escolhas e das estruturas.

Alguns não têm ainda consciência de que uma coisa é a noção de que o Estado deve ser o garante do acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde — concepção que obviamente acolhemos — e outra, bem dife-

rente, é a de que o Estado deve ser o único e universal prestador desses cuidados.

Há que definir a repartição de responsabilidades entre o sector público e o privado e clarificar a intervenção de um e outro no nosso sistema de saúde. Ao Estado caberá sempre garantir o efectivo acesso de todos aos cuidados de saúde, a fiscalização da prestação desses cuidados e a responsabilização de todos os que os prestam.

Quero também tranquilizar os Srs. Deputados que leram mais apressadamente o nosso programa na parte respeitante à política de ambiente. Ela continuará a ser uma aposta forte do Governo, no sentido de que os utilizadores dos recursos naturais sejam responsabilizados pela sua gestão, por forma que estes sejam transmitidos ainda em melhores condições às gerações futuras.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O X Governo fez um esforço significativo neste domínio, no campo das acções e da legislação, que ninguém, honestamente, ousa contrariar. Prolongaremos determinadamente no mesmo sentido.

Foi levantada também a dúvida sobre a possibilidade de conciliar a redução do peso do Estado na comunicação social e a abertura da televisão à iniciativa privada com o importante papel que lhe é atribuído no Programa do Governo para o acesso e a difusão da cultura.

É óbvio que a colaboração com a televisão poderá sempre fazer-se, quer ela seja pública quer privada. O que se pretende é promover a produção nacional de interesse cultural. Não é relevante que as entidades emissoras sejam públicas ou privadas. Em qualquer circunstância o Estado poderá apoiar e encorajar essa produção do mesmo modo que o Estado apoia filmes e não explora salas de cinema, apoia pintores e não possui galerias ...

A Sr.ª Helena Roseta (PS): — A Galeria Almada Negreiros é do Estado!

O Orador: — ..., apoia publicações e não detém as editoras.

Aplausos do PSD.

O Estado intervirá sempre de forma supletiva e correctora; é esta a filosofia geral do Governo explicitamente afirmada.

Interrogo-me, no entanto, sobre se a dúvida suscitada traduz satisfação e concordância relativamente ao papel cultural desempenhado pela nossa televisão pública nos seus 30 anos de existência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como já tive ocasião de dizer no discurso de abertura, defendo o princípio do equilíbrio entre os órgãos de soberania e a necessidade de não confundir as suas competências. Essa posição decorre de uma questão de princípio, e, por isso, não podemos deixar de lamentar que algumas forças partidárias tenham do funcionamento das instituições um entendimento unicamente determinado pelo seu particular interesse táctico numa determinada conjuntura política — e aqui, neste debate, surgiram alguns exemplos dessa lamentável atitude; mas de uma coisa podemos estar certos: deles não rezará a história.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Logo que foram conhecidos os resultados das eleições, o dirigente de um partido político, que durante a anterior legislatura não se cansava de realçar o papel da Assembleia da República, afirmou que o centro de acção do seu partido não está no Parlamento. Torna-se pois evidente que a tão apregoada defesa do prestígio da Assembleia e as declarações a favor de interpretações extensivas das competências parlamentares serviam apenas um objectivo partidário e não eram mais que um expediente para debilitar o poder executivo do Estado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Comportamentos deste tipo — que poderemos considerar reveladores de uma verdadeira hipocrisia institucional — não servem a consolidação do regime e alertam-nos para a necessidade de as forças políticas democráticas procurarem a resolução dos conflitos na sede própria e não contribuarem, por acção ou inacção, para um enfraquecimento das instituições democráticas e para a diminuição do prestígio dos órgãos de soberania.

Temos esperança de que aqueles de que não rezará a história, a que me referi há pouco, se irão, com o tempo, adaptando à nova e mais frutuosa realidade democrática.

Da nossa parte, continuaremos a interpretar o Estatuto da Oposição cumprindo escrupulosamente (e nem seria necessário dizê-lo) aquilo que nele está disposto. Mas, para além disso, importa desenvolver as relações políticas entre o Governo e partidos da oposição, de forma a assegurar um clima favorável ao progresso do País.

As nossas relações políticas não poderão evidentemente ser as mesmas com as formações da oposição que connosco comungam dos mesmos valores democráticos do que com aquelas que só tacticamente se referem a esses valores, mas que realmente se identificam com princípios incompatíveis com a concepção do mundo e da vida perfilhada pela esmagadora maioria dos portugueses. E isto apesar de entendermos que o Partido Socialista não começou bem, na sua tentativa de afirmar-se como alternativa credível, ao propor a rejeição do Programa do Governo sem conseguir fundamentar seriamente a sua decisão.

Do ponto de vista da consolidação do regime democrático e da criação do clima institucional adequado ao desenvolvimento, importa, em especial, um relacionamento entre o Governo e o principal partido da oposição marcado pelo princípio da lealdade democrática e com espírito construtivo. Aguardamos agora, com especial interesse, para ver se a posição do Partido Socialista que fará vencimento no futuro será a do seu líder ou a atitude dissonante aqui manifestada por um seu colega de bancada.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Num debate parlamentar, como aliás na generalidade das ocasiões da luta política, às vezes tão importante como as palavras que se dizem é a forma como as palavras são ditas: a força que os diferentes intervenientes põem nas suas afirmações. A este respeito, Srs. Deputados, deixem-me dizer-vos que levo da discussão do Pro-

grama do Governo uma impressão nítida: muitas das críticas que a oposição nos dirigiu foram feitas com grande falta de convicção. A oposição, quando nos criticou, não acreditou muito naquilo que estava a dizer.

Sentiu-se aqui, claramente, que existem no discurso político limitações impostas pela credibilidade de quem o profere. Mesmo quando as intervenções foram preparadas por partidos relativamente organizados e aqui foram impecavelmente lidas, a verdade é que transpareceu, na atitude de quem as leu, o maior ou menor grau de adesão àquilo que foi dito.

E eu não posso acreditar que alguns dos Srs. Deputados que nos criticam — e que são, aliás, pessoas bem informadas — consigam sustentar, convictamente, que nós tenhamos, por exemplo, uma política contra os jovens, quando é evidente que o X Governo Constitucional foi aquele que pela primeira vez pôs em prática uma política integrada e global de juventude, ou então que se diga que o Governo não tem política de ambiente, quando o Governo a que presidi foi precisamente aquele que mais sensibilizou a população portuguesa para os problemas da qualidade de vida e da necessidade de conservar determinados bens que são património das gerações vindouras, ou, ainda, que se sustente que este governo teria uma determinada «opção de classe» contra os trabalhadores e a favor de interesses mais ou menos inconfessáveis, quando foi com o X Governo que o poder de compra dos salários e das pensões registou aumento mais expressivo.

Ao fazerem afirmações deste género, os seus autores perdem a credibilidade. Penso que uma das lições a retirar das eleições de 19 de Julho reside, precisamente, na necessidade de todos os responsáveis políticos procurarem um discurso credível, isto é, com o mínimo de congruência com a realidade. Se não o fizerem, correm o risco de ficarem a falar consigo mesmos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: À acção do XI Governo Constitucional presidirá um grande projecto de mudança e modernização, a cuja concretização gostaríamos de ver associada esta Assembleia da República.

O povo votou em nós para transformarmos Portugal numa nação mais desenvolvida, mais justa, mais próxima dos nossos parceiros europeus da CEE.

É isso que iremos fazer, sem desfalecimentos nem desânimos; com trabalho, muito trabalho. Estamos no Governo, como disse, para agir e não apenas para reagir a estímulos conjunturais. Somos Governo para levar por diante as grandes reformas que os Portugueses sufragaram com o seu voto. Não iremos desiludi-los. Estaremos à altura da confiança em nós depositada.

Os Portugueses já nos conhecem. Não nos acomodamos às situações existentes, que necessitam de ser modificadas. Não estamos no poder pelo poder. Estamos no poder para servir o País, cumprindo a vontade democraticamente expressa pelos Portugueses.

Com serenidade, em espírito de diálogo e de moderação, mas com inabalável determinação, vamos mudar Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está encerrado o debate sobre o Programa do Governo.

Entretanto, deram entrada na Mesa duas moções de rejeição, apresentadas pelo PS e pelo PCP, que foram em devido tempo distribuídas e a cuja leitura o Sr. Secretário vai proceder.

Foram lidas. São as seguintes:

Moção de rejeição

O Partido Socialista é oposição ao XI Governo Constitucional.

Uma oposição natural, dialogante e aberta, mas uma oposição sem qualquer ambiguidade, pronta a assumir o papel de crítica e fiscalização do Governo, atenta e combativamente, como é seu dever democrático.

Esta posição do PS decorre linearmente da sua natureza de alternativa de poder ao PSD, da clara diferenciação das suas propostas políticas e do veredito popular expresso nas urnas em 19 de Julho.

O programa do PS é diferente do do PSD.

As divergências que nos separam do Governo são normais entre Governo e oposição. Entendemos que é salutar afirmá-las, em nome da transparência e dignificação da vida parlamentar, recusando fazer oposição implícita, abstinente e silenciosa.

Nestes termos e nos do n.º 3 do artigo 195.º da Constituição, o Partido Socialista propõe a rejeição do programa do XI Governo.

Moção de rejeição

Tendo em conta o grave conteúdo e implicações para a situação dos trabalhadores e outras camadas laboriosas, para o desenvolvimento do País e para o regime democrático-constitucional da política apresentada no Programa do Governo, tal qual foi posta em relevo no decurso do debate, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, ao abrigo do artigo 183.º, n.º 2, alínea g), da Constituição da República Portuguesa, apresenta a seguinte moção:

A Assembleia da República rejeita o Programa do XI Governo.

Srs. Deputados, nos termos do artigo 225.º do Regimento da Assembleia da República, vamos passar à votação das referidas moções de rejeição, sendo primeiramente votada a moção de rejeição apresentada pelo PS.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD, votos a favor do PS, do PCP, do PRD, da ID e de Os Verdes e a abstenção do CDS.

Srs. Deputados, vamos de seguida proceder à votação da moção de rejeição apresentada pelo PCP.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS, votos a favor do PCP, da ID e de Os Verdes e as abstenções do PS e do PRD.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Pede a palavra para que efectue, Sr. Deputado?

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Para, Sr. Presidente, nos termos regimentais, requerer a contagem dos votos desta última moção de rejeição.

O Sr. Presidente: — Assim se fará, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, na sequência do pedido formulado pelo Sr. Deputado Correia Afonso, propunha que fosse também feita a contagem da primeira votação.

Protestos do PSD.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Sr. Presidente, a Mesa não necessita das minhas recordações, mas o que é facto é que a contagem se deve requerer logo após a própria votação.

Vozes do PCP: — Essa agora!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, anuncio à Mesa que, para não criar dificuldades e não atrair os nossos trabalhos, prescindo da primeira contagem.

Risos do PSD.

Srs. Deputados, o Sr. Primeiro-Ministro já deu bastantes provas de arrogância para que os Srs. Deputados ...

Protestos do PSD.

... tenham, pelo menos, a serenidade de permitir que os deputados da oposição façam uso das figuras regimentais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Dizia eu, Sr. Presidente, que prescindo da contagem que pedi, porque já estão evidentes e claros os objectivos do Sr. Deputado Correia Afonso.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, tendo em atenção as solicitações à Mesa e as declarações do Sr. Deputado Carlos Brito, vai proceder-se à contagem da votação referente à moção de rejeição apresentada pelo PCP.

Procedeu-se de novo à votação, com contagem dos votos.

Srs. Deputados, o resultado da contagem a que se acabou de proceder é o seguinte: a moção foi, de igual modo, rejeitada, com 146 votos contra, 30 votos a favor e 54 abstenções.

Aplausos do PSD.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração de voto.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Sr. Deputado Lopes Cardoso, peço imensa desculpa de o interromper, mas, se não interpelo a Mesa neste momento, tal interpelação perderá o seu efeito útil.

Sr. Presidente, creio que, nos termos regimentais, não há neste momento lugar a qualquer declaração de voto, pensamento que gostaria de justificar em duas palavras.

O n.º 2 do artigo 92.º do Regimento diz, textualmente, o seguinte:

As declarações de voto que incidam sobre moção de rejeição do Programa do Governo, moção de confiança ou de censura ou sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado podem ser formuladas oralmente pelos grupos parlamentares ou agrupamentos parlamentares.

Até aqui pareceria que o Sr. Deputado tem razão.

Porém, o n.º 3 do mesmo preceito regimental estatui que «as declarações de voto orais a que se refere o número anterior não podem exceder quinze minutos, salvo o disposto no artigo 146.º».

O artigo 146.º refere-se à conferência de líderes, sendo que, portanto, como neste caso foram estabelecidos tempos globais, não podem haver tempos adicionais para declarações de voto.

Os tempos já foram todos esgotados; nenhum dos grupos ou agrupamentos parlamentares tem, neste momento, tempo disponível para fazer declarações de voto. Isto a menos que a Mesa comprove que algum dos partidos presentes dispõe ainda de algum do tempo que foi acordado e concedido pela conferência de líderes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa sabe que não há tempos disponíveis.

No entanto, como, por razões que são óbvias, não me encontrava presente na conferência de líderes em causa, solicitava aos representantes dos grupos parlamentares presentes na citada conferência me esclarecessem do entendimento estabelecido.

Aliás, Srs. Deputados, rectifico a minha afirmação, dizendo que o Grupo Parlamentar do PCP ainda dispõe de três minutos.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, sabemos que dispomos ainda de tempo, o qual reservámos — porque gerimos bem — para a eventualidade de termos de fazer uma declaração de voto.

No entanto, parece-nos que não nos devemos preverecer dessa situação e que seria importanteclarar a questão agora suscitada pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, visto que tal questão terá, naturalmente, implicações para o futuro.

Assim, e nesse sentido, quero dizer que na conferência de líderes parlamentares esta questão não foi abordada — é a verdade do que se passou. Portanto, sempre considerámos a questão da distribuição dos tempos sem abordar o problema das declarações de voto.

Só numa última troca de impressões, e quando o anterior Presidente desta Assembleia dizia que depois da declaração final do Sr. Primeiro-Ministro não haveria mais intervenções, é que lembrei aos restantes deputados presentes na conferência dos representantes dos grupos parlamentares que haveria intervenções desde que se verificasse a apresentação de moções de rejeição, pois, nesse caso, havendo votações, haveria o direito a fazer declarações de voto.

Ainda assim, não atendemos a questões de tempo, mas creio que as objecções levantadas pelo Sr. Deputado Correia Afonso não têm fundamento, pois nesta situação não há Regimento que possa evitar que se produzam declarações de voto, tanto mais que elas terão, provavelmente, uma duração de três minutos, que é aquilo que suponho que o Regimento dispõe acerca desta matéria.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Sr. Presidente, gostaria apenas de confirmar que, de facto, nada ficou assente na conferência de líderes sobre a existência ou não de declarações de voto.

Realmente, isso não foi discutido e apenas se assentou nos tempos destinados a cada partido e ao Sr. Primeiro-Ministro para efeitos de encerramento, sem a alusão, repito, a declarações de voto.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Gostaria de prestar ao Sr. Presidente, aos Srs. Membros do Governo e aos Srs. Deputados uma informação adicional, a qual pode, aliás, ser confirmada pelo Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

É que o tempo foi distribuído para os períodos de abertura, de debate e de encerramento, sendo que, efectivamente, a conferência de líderes não tomou em conta a questão das declarações de voto. Por isso, creio que ainda mais se reforça o direito que os partidos têm agora de produzir tais declarações.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, visto não haver mais interpelações à Mesa, concedo a palavra, para uma declaração de voto, ao Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Irei fazer uma muito breve declaração de voto, em que não viria certamente a propósito retomar aqui as razões que justificaram a apresentação da moção de rejeição por parte do PS e o voto decorrente dessa apresentação.

Razões — isso, sim, importa aqui sublinhá-lo — que ficaram registadas ao longo de todo o debate. Pode estar-se de acordo com elas ou não; não se pode é negar que essa justificação foi feita durante o debate, nomeadamente na intervenção do meu camarada Vítor Constâncio.

Infelizmente, os mecanismos constitucionais não permitem uma afirmação positiva de vontade em relação a um programa do governo, na ausência de uma moção de rejeição.

O Governo entendeu que era seu pleníssimo direito, legítimo e compreensível, não apresentar uma moção de confiança. E, aliás, respondeu hereticamente a essa questão dizendo que não era hipócrita.

Como nós, PS, também não somos hipócritas, quisemos afirmar de forma clara a nossa posição no quadro dos mecanismos regimentais e constitucionais de que dispúnhamos e só o poderíamos fazer através da apresentação da moção de rejeição. Aliás, se dúvidas tivéssemos sobre quão salutar seria para a clareza das posições a apresentação desta moção de rejeição, a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro ter-nos-ia dissipado todas essas dúvidas e dado plena razão.

O modo como o Sr. Primeiro-Ministro pretendeu distorcer o sentido, o alcance e o fundamento da moção de rejeição apresentada pelo PS não nos deixa hesitar um só momento no entendimento de que, se assim não tivesse sido feito, o Sr. Primeiro-Ministro não deixaria, ao longo dos tempos, de afirmar que o PS não tinha manifestado a sua oposição ao Programa do Governo porque, provavelmente, se considerava incapaz de se assumir como alternativa, pois, no fundo, o Programa teria passado com a aceitação e, no mínimo, a cumplicidade envergonhada do PS.

Ao apresentarmos a nossa moção de rejeição, contribuímos para a clareza do relacionamento democrático, o que não aconteceu quando o Sr. Primeiro-Ministro distorceu aquilo que deveria ser entendido como um acto perfeitamente normal num regime democrático estabilizado. Ao contribuirmos para a clareza do funcionamento das instituições e para a definição clara do posicionamento de cada um de nós, estivemos no fundo a servir a democracia.

Em relação — muito rapidamente — à nossa abstenção face à moção apresentada pelo PCP, diria apenas que, entendendo nós que, para além da moção em si própria, os seus fundamentos se espraiam ao longo do debate, e não estando nós de acordo com os argumentos expressos pelo PCP ao longo do debate para fundamentar a sua moção de rejeição, não poderíamos obviamente votar a favor dela, tal como também não poderíamos votar contra, dada a nossa posição face ao Programa do Governo.

Restava-nos a atitude que assumimos e que nos parece mais correcta: a de nos abstermos.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apresentamos uma moção de rejeição ao Programa do Governo e votámos a moção de rejeição do PS pelas razões que deixamos largamente documentadas durante o debate e que foram referidas também na minha própria intervenção no encerramento das intervenções do meu grupo parlamentar.

Fizemos uma coisa e outra — apresentámos a moção de rejeição e votámos a moção de rejeição do PS — no uso de direitos constitucionais e regimentais que são conferidos ao nosso grupo parlamentar e consideramos preocupante que, da parte do Governo e do partido que o apoia, se tivesse verificado uma contestação tão viva e tão intolerante relativamente a um uso, tão normal e tão regular, de direitos regimentais e constitucionais.

Aplausos do PCP.

Também pensamos que a intervenção final do Sr. Primeiro-Ministro deu redobrada razão ao uso que fizemos destes mecanismos institucionais. Na verdade, o Sr. Primeiro-Ministro, depois de vários dias de contenção, teve aqui uma explosão de arrogância e intolerância em relação aos partidos da oposição, fazendo imputações, aos partidos e aos seus dirigentes, completamente distorcidas e que são um péssimo sinal dos dias que se vão seguir.

Pela nossa parte, pensamos que temos razões para estar mais vigilantes.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Sr. Presidente, é apenas para informar V. Ex.^a de que entrei na Mesa a minha declaração de voto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Correia Afonso.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Entendemos que em termos regimentais não há neste caso lugar a declarações de voto e, portanto, não aceitamos que aquilo que hoje se passou constitua um precedente para momentos semelhantes futuros.

Assim, por uma questão de coerência, não faremos declaração de voto e entregá-la-emos na Mesa.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, sejam quais forem os precedentes regimentais, depois de alguns dos partidos terem feito declaração de voto, não deixaremos de o fazer.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Votámos contra a moção de rejeição apresentada pelo Partido Comunista Português. Fizemo-lo, naturalmente, porque ela foi apresentada à Câmara com fundamentos que contrariam frontalmente tudo o que tem sido aspiração da nossa actividade política.

Abstivemo-nos na moção do Partido Socialista porque ela se apresentou como um mero exercício formal dos direitos que integram o Estatuto da Oposição. Apesar de serem muitos os pontos de coincidência entre o Programa que aqui discutimos e aquilo que é a nossa filosofia política — pela qual sempre nos debatemos, o que nos levou a votar contra a Constituição de 1976 —, este não é o nosso programa. Nós somos oposição, mas entendemos que o exercício meramente formal dos direitos da oposição não prestigia o Parlamento nem a mesma oposição. Por isso nos abstivemos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Em representação do Partido Os Verdes, votei favoravelmente as duas moções de rejeição apresentadas, da mesma forma como votaria qualquer outra que fosse apresentada com argumentos válidos.

De facto, consideramos que é obrigação da oposição votar uma moção de rejeição a um programa que, a ser aplicado, contribuirá para transformar Portugal no país do «safe-se quem puder». Aproveito para lamentar que, a esta hora da noite, alguns Sr. Deputado tenham tido o mau gosto de transformar os deputados eleitos em 19 de Julho em meros instrumentos de contagem aritmética.

De facto, e uma vez mais, o Sr. Primeiro-Ministro prova que tem razão quando afirma que «cada um consola-se como pode».

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, concluímos os nossos trabalhos, pelo que declaro encerrada a sessão.

Eram 21 horas e 10 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):
António de Carvalho Martins.
Carlos Manuel Oliveira da Silva.
Carlos Matos Chaves de Macedo.
Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.
Dinah Serrão Alhandra.
José Luís Bonifácio Ramos.
José Mário Lemos Damião.
Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.
Pedro Miguel Santana Lopes.
Vasco Francisco Aguiar Miguel.

Partido Socialista (PS):
Álvaro Jaime Neves da Silva.
António Carlos Ribeiro Campos.
António Manuel Oliveira Guterres.
Herder Oliveira dos Santos Filipe.
Jorge Luís da Costa Catarino.
José Luís do Amaral Nunes.
José Manuel Torres Couto.
Maria Helena do R. da C. Salema Roseta.
Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

Partido Comunista Português:
José Manuel Santos Magalhães.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Álvaro José Rodrigues Carvalho.
Aurora Margarida Borges de Carvalho.
Francisco Antunes da Silva.
José Manuel Rodrigues Casqueiro.

Partido Socialista (PS):

Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):

Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

Declarações de voto enviadas à Mesa, para publicação, relativas à votação das moções de rejeição do Programa do XI Governo Constitucional.

O programa do XI Governo Constitucional propõe-se mudar, por via reformista, a sociedade portuguesa, no caminho do desenvolvimento e da modernidade, e contém as principais orientações ou medidas a adoptar ou propor nos diversos domínios da actividade governamental.

Consolida os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Reafirma a determinação em respeitar os compromissos internacionais e em defender os interesses portugueses onde quer que se situem.

Perspectiva uma melhoria do nível e da qualidade de vida dos Portugueses, sempre condicionada por uma profunda preocupação de solidariedade, justiça social e protecção dos mais desfavorecidos.

O Programa do XI Governo Constitucional constitui ainda o desenvolvimento do programa eleitoral do PSD, que é depositário da confiança e da esperança da maioria do povo português.

Assim, o Programa foi objecto concreto do diálogo que com os eleitores manteve o PSD e tornou-se seu compromisso político.

Por todas estas razões — a que acresce o conteúdo vazio e falho de objectivo transparente das moções de rejeição do PS e do PCP —, o PSD votou contra as mesmas.

O Programa do XI Governo orienta-se pelo propósito do retrocesso a condições económicas, sociais e culturais que existiram no nosso país antes do 25 de Abril, possibilitando a acelerada concentração de rendimentos num sector restrito de população e agudizando a injustiça social na distribuição do rendimento nacional, através, nomeadamente, do regresso a velhas fórmulas do capitalismo nascente quanto à diminuição do papel do Estado, substituindo-o pela iniciativa privada, à revelia da Constituição.

Por isso, a Intervenção Democrática votou favoravelmente as duas moções de rejeição do Programa do XI Governo Constitucional.

Os Deputados da ID: *Raul Castro — João Corregeedor da Fonseca.*

Nos termos do artigo 92.º do Regimento da Assembleia da República, apresento, a título pessoal, a seguinte declaração de voto:

Votei favoravelmente a moção de rejeição do Programa do Governo apresentada pelo Partido Socialista porque entendo que as opções programáticas do XI Governo Constitucional correspondem:

À adopção de uma perspectiva neo-liberal, em que se propõe a crescente demissão do Estado e a devolução à iniciativa privada de sectores fundamentais para o desenvolvimento e bem-estar social, mantendo-se, no entanto, uma visão centralista em aspectos como a regionalização, o ordenamento e a política de ambiente;

Ao não cumprimento da exigência constitucional do Plano como «orientador, coordenador e disciplinador da actividade económica e social do País», sem prejuízo da sua natureza estratégica e de flexibilidade, e falta de garantias de participação democrática na elaboração do mesmo;

A uma visão centralista e excessivamente tutelada da regionalização, que não é encarada como processo continuado de partilha territorial do poder político e de participação real dos cidadãos na vida pública;

A uma posição ambígua em matéria de revisão da legislação eleitoral, pois a fórmula de «equilíbrio ponderado entre os valores da fidelidade na representação e da estabilidade institucional» não dá garantias de pleno respeito do pluralismo partidário e político;

À ausência de uma clara recusa da opção nuclear na política energética e omissão de posição sobre o desarmamento nuclear como contributo para a paz;

À ausência da dimensão cultural como elemento integrante da política externa e omissão das responsabilidades constitucionais de Portugal perante o direito à independência do povo de Timor-Leste;

À insensibilidade perante o fenómeno da escassez de mulheres nas instâncias de decisão e total incapacidade de introduzir o feminino na política e na cultura.

O Deputado Independente, *Alberto Martins*.

Nos termos do artigo 92.º do Regimento da Assembleia da República, apresento, a título pessoal, a seguinte declaração de voto:

Votei favoravelmente a moção de rejeição do Programa do Governo apresentada pelo Partido Socialista porque entendo que as opções programáticas do XI Governo Constitucional correspondem:

À adopção de uma perspectiva neo-liberal, em que se propõe a crescente demissão do Estado e a devolução à iniciativa privada de sectores fundamentais para o desenvolvimento e bem-estar social, mantendo-se, no entanto, uma visão centralista em aspectos como a regionalização, o ordenamento e a política de ambiente;

Ao não cumprimento da exigência constitucional do Plano como «orientador, coordenador e disciplinador da actividade económica e social do País», sem prejuízo da sua natureza estratégica e de flexibilidade, e falta de garantias de participação democrática na elaboração do mesmo;

A uma visão centralista e excessivamente tutelada da regionalização, que não é encarada como processo continuado de partilha territorial do poder político e de participação real dos cidadãos na vida pública;

A uma posição ambígua em matéria de revisão da legislação eleitoral, pois a fórmula de «equilíbrio ponderado entre os valores da fidelidade na representação e da estabilidade institucional» não dá garantias de pleno respeito do pluralismo partidário e político;

À ausência de uma clara recusa da opção nuclear na política energética e omissão de posição sobre o desarmamento nuclear como contributo para a paz;

À ausência da dimensão cultural como elemento integrante da política externa e omissão das responsabilidades constitucionais de Portugal perante o direito à independência do povo de Timor-Leste;

À insensibilidade perante o fenómeno da escassez de mulheres nas instâncias de decisão e total incapacidade de introduzir o feminino na política e na cultura.

A Deputada Independente, *Helena Roseta*.

AS REDACTORAS: *Ana Maria Marques da Cruz — Maria Leonor Ferreira*.

PREÇO DESTE NÚMERO: 304\$00

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.